



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LEONARDO WILEZELEK SOARES DE MELO

**ESTUDOS SOBRE A REALIDADE DAS TEORIAS DA
CONSPIRAÇÃO**

Londrina
2023

LEONARDO WILEZELEK SOARES DE MELO

**ESTUDOS SOBRE A REALIDADE DAS TEORIAS DA
CONSPIRAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Alves de Oliveira

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

de Melo, Leonardo Wilezelek Soares .

ESTUDOS SOBRE A REALIDADE DAS TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO /
Leonardo Wilezelek Soares de Melo. - Londrina, 2023.
119 f. : il.

Orientador: Moisés Alves de Oliveira.

Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) -
Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Teorias da conspiração - Tese. 2. Negacionismo científico - Tese. 3.
Mapeamento de controvérsias - Tese. 4. Educação em ciências - Tese. I. Alves de
Oliveira, Moisés. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências
Exatas. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação
Matemática. III. Título.

CDU 37

LEONARDO WILEZELEK SOARES DE MELO

ESTUDOS SOBRE A REALIDADE DAS TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moisés Alves de Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr^a. Alyne de Castro Costa
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a Cristiane Beatriz Dal Bosco Rezzadori
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr^a Bruna Jamila de Castro
Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Gustavo Pricinotto
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Londrina, 17 de abril de 2023

AGRADECIMENTOS

Grato à minha família, os quais incluo pais, irmão e avós, minha parceira de vida e nossa pequena cachorrinha, sem os quais o curso deste trabalho não teria sido possível, financeira ou amorosamente. Agradeço sua paciência por suportar o fardo de minha ansiedade em diversos momentos, com certeza agravada nos dias e noites investigando o tema desta pesquisa.

Grato a meus colegas do Grupo de Estudos Culturais das Ciências (GECCE), os quais menciono sobretudo meu orientador, Professor Dr. Moisés Alves de Oliveira, pelas discussões, debates e controvérsias em torno de minhas tensões investigativas, mas também pela liberdade de movimento que me permitiu traçar os caminhos que me trouxeram até o presente texto.

Grato à Professora Dr^a Rosana Figueiredo Salvi pelo recebimento inicial no Programa de Doutorado, responsável fundamental para que este trabalho tomasse o presente rumo.

Grato à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências de Educação Matemática (PECEM) e à Universidade Estadual de Londrina (UEL), pelo apoio financeiro e institucional para a realização desta pesquisa.

Por fim, grato a quase todos aqueles envolvidos nas controvérsias que tornaram possível a escrita desta tese, por lutarem para criar suas próprias realidades sobre as Teorias da Conspiração. Excluo, nesse quesito, os engajados em concepções reacionárias e socialmente destrutivas, reservando-os, se não minhas mais apazíveis considerações, ao menos o reconhecimento da ação de terem me tornado um sujeito mais forte e resiliente nesses últimos anos. Não foram tempos simples, mas sinto que posso finalmente dizer, na esteira de Belchior: ano passado eu morri, mas este ano eu não morro.

Meu amigo, a verdade verdadeira é sempre inverossímil, você sabia?
Para tornar a verdade mais verossímil, precisamos necessariamente
adicionar-lhe a mentira. Foi assim que as pessoas sempre agiram.

– Fiodor Dostoiévski, *Os Demônios*.

Afinal, não pode haver ambiguidade na verdade?

– William James, *Pragmatismo: um nome novo para algumas antigas
formas de pensar*.

RESUMO

MELO, L. W. S. **Estudos sobre a realidade das teorias da conspiração**. 2023. 119 f. Tese de Doutorado (Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

As teorias da conspiração são marcadas pelas polêmicas e o conceito que inscreve esse fenômeno pode ser considerado polissêmico. Além disso, os usos sociais angariados por essa expressão ultrapassaram suas dimensões lógicas, angariando condição de estigma. Visando explorar as incertezas desse cenário, meu objetivo nesta tese foi mapear os atores envolvidos em discussões a respeito das teorias da conspiração, refletindo sobre a realidade desse conceito a partir das ações evidenciadas em dois âmbitos digitais. Para isso, me embasei em metodologias de Mapeamento de Controvérsias (MC), tendo em suporte contribuições da Teoria Ator-Rede (TAR), além de outras contribuições oriundas do Pragmatismo, Epistemologia e Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia. Com esse ferramental filosófico, pude evidenciar os processos de fabricação conceitual das teorias da conspiração, que me permitiram descrevê-las sob o signo de um evento no qual são mobilizadas distintas formas de ação, englobando desde os atores engajados em alegações suspeitando de conspirações até aqueles que experienciaram essas produções controversas, criando, partir delas, significados socialmente compartilhados em um terreno propício para sua disseminação. Nesse âmbito, argumentei sobre a aparência quase universal de uma teoria da conspiração ser fruto de sua transformação em um hábito, denotando a essa expressão um caráter depreciativo profundo. Espero que as seguintes discussões possam influenciar pesquisadores e pesquisadoras da área de Educação em Ciências a se interessar pela perspectiva pragmática apresentada nesta tese, contribuindo para a promoção de discussões e debates sobre o negacionismo científico e do conspiracionismo.

Palavras-chave: Teorias da Conspiração; negacionismo científico; Mapeamento de Controvérsias; Educação em Ciências;

ABSTRACT

MELO, L. W. S. **Studies on the reality of conspiracy theories.** 2023. 119 p. Doctoral Thesis (Science Teaching and Mathematics Education) – State University of Londrina, Londrina, 2023.

Conspiracy theories are marked by controversies, and the concept that encompasses this phenomenon can be considered polysemous. Furthermore, the social uses associated with this expression have surpassed its logical dimensions, acquiring a condition of stigma. With the aim of exploring the uncertainties of this scenario, my objective in this thesis was to map the actors involved in discussions about conspiracy theories, reflecting on the reality of this concept from the actions evidenced in two digital environments. To achieve this, I relied on methodologies of Controversy Mapping (CM), supported by contributions from Actor-Network Theory (ANT), as well as other contributions stemming from Pragmatism, Epistemology, and Science and Technology Studies. With this philosophical toolkit, I was able to highlight the conceptual fabrication processes of conspiracy theories, allowing me to describe them as events in which different forms of action are mobilized, encompassing both actors engaged in suspicious allegations of conspiracies and those who have experienced these controversial productions, thereby creating socially shared meanings from them in a fertile ground for their dissemination. Within this scope, I argued about the almost universal appearance of a conspiracy theory being the result of its transformation into a habit, denoting a profound depreciative character to this expression. I hope that these discussions can influence researchers in the field of Science Education to take an interest in the pragmatic perspective presented in this thesis, contributing to the promotion of discussions and debates on scientific denialism and conspiracy thinking.

Keywords: Conspiracy theories; scientific denialism; Controversy Mapping; Science Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: GRAFO REFERENTE À COCORRÊNCIA DE PALAVRAS-CHAVE COM MAIS DE 3 OCORRÊNCIAS NO CORPUS.	31
FIGURA 2: GRAFO DAS RELAÇÕES DE COAUTORIA ENTRE OS AUTORES COM MAIS DE 3 APARIÇÕES.	32
FIGURA 3: GRAFO DE CITAÇÕES CONSIDERANDO OS AUTORES COM MAIS DE 3 MENÇÕES.	40
FIGURA 4: GRAFO DE COCITAÇÕES CONSIDERANDO OS REFERENCIAIS COM MAIS DE 10 COCITAÇÕES NO CORPUS.	40
FIGURA 5: MAPA DA REDE DE COLABORAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES COM MAIS DE 5 DOCUMENTOS REGISTRADOS.	46
FIGURA 6: A ORIGEM DAS FONTES DE FINANCIAMENTO COM MAIS DE 2 APARIÇÕES NO CORPUS.	49
FIGURA 7: DESLOCAMENTO DE PUBLICAÇÕES SOBRE TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO DESDE 1990 E A PROGRESSÃO DE UMA CONTROVÉRSIA EMERGENTE NO PERÍODO.	51
FIGURA 8: GRAFO REPRESENTATIVO DA REDE DE COMPARTILHAMENTO DE LINKS ENTRE GRUPOS DO FACEBOOK MENCIONANDO SOBRE TERRAPLANISMO E TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO.	70
FIGURA 9: REPRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE TERRAPLANISMO E TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO.	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Preâmbulo	12
1.2 Considerações metodológicas	15
1.3 Justificativa de pesquisa	19
1.4 Objetivos e questão de pesquisa	21
1.5 Organização da tese	21
ARTIGO I – TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO COMO MATÉRIA DE INTERESSE ACADÊMICO: MAPEANDO ARTIGOS COM A <i>WEB OF SCIENCE</i>	23
INTRODUÇÃO	23
BREVE RESUMO DE ABORDAGENS ACADÊMICAS SOBRE TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO	25
METODOLOGIA	27
RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
MAPAS DAS INSCRIÇÕES (O QUÊ E QUEM)	31
Três conceitos de teorias da conspiração: psicossocial, cultural e comunicacional	34
MAPAS DOS DESLOCAMENTOS (COMO, ONDE E QUANDO)	38
Como os autores citaram uns aos outros	39
Onde os atores distribuíram suas ações	45
Quando as pesquisas e os debates ocorreram	51
CONCLUSÕES	54
REFERÊNCIAS	56
ARTIGO II – O CONCEITO DE TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO EM CONTROVÉRSIAS SOBRE TERRAPLANISMO	61
INTRODUÇÃO	61
BREVE APANHADO ENVOLVENDO A CONTROVÉRSIAS SOBRE A TERRA PLANA	63
METODOLOGIA	66
Delineamento analítico	68
RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
Depreciação do terraplanismo e sua categorização como teoria da conspiração	72
Recusa da associação às teorias da conspiração	77
CONCLUSÕES	80
REFERÊNCIAS	83
ARTIGO III – TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO SOB O SIGNO DE UM EVENTO	87
INTRODUÇÃO	87
TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: TEORIAS OU OUTRA COISA?	89

NEM TODA ALEGAÇÃO DESCONFIANTE SE TORNARÁ UMA TEORIA CONSPIRATÓRIA.....	93
UMA DIFERENCIAÇÃO ENTRE ALEGAÇÕES DE CONSPIRAÇÃO E TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO.....	95
A FABRICAÇÃO SOCIOTÉCNICA DAS TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO.....	100
REFERÊNCIAS.....	104
2- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
3- REFERÊNCIAS.....	116

1. INTRODUÇÃO

1.1 Preâmbulo

A concepção de “verdade” tem uma trajetória intrincada na história do pensamento ocidental. Seja na formatação de fatos científicos no âmbito das Ciências naturais, seja como verdade jurídica nas alçadas do Direito, esse conceito carrega consigo implicações que perpassam ontologia, epistemologia, sociologia e outras esferas do conhecimento. A verdade pode ser arregimentada filosoficamente em função de um problema fundamental, atrelado à busca por correspondência entre objeto e fenômeno, ou ainda, em relação à coerência entre conjuntos de juízos, conforme conjecturaram filósofos de tradição kantiana (PERIN, 2010). Pode ainda ser distinguida a partir de sentidos que intensificam uma busca por apego à vida e, por conseguinte, sua própria superação em termos essencialistas e incondicionais, segundo descreveram filósofos na esteira de Nietzsche (BENOIT, 2021). De uma perspectiva pragmatista, não se resume a uma qualidade inerente a uma ideia, sendo entendida a partir de um processo de verificação no qual a “verdade ACONTECE a uma ideia, ela TORNA-SE verdade, é FEITA verdade por eventos” (JAMES, 2013, s. p., minha tradução, grifos do original). Dentre as várias interpretações e adaptações, a assunção da impossibilidade de abarcá-la em sistemas filosóficos estáveis e imparciais, consideração que uniu distintas correntes filosóficas, talvez seja um indício de sua própria relevância histórica.

Na contemporaneidade digital, um dos modos de desenvolvimento do conceito de verdade foi edificado em torno da noção de ‘pós-verdade’. Palavra do ano segundo o dicionário Oxford de 2016, ela descreve certas “circunstâncias nas quais as pessoas respondem mais a sentimentos e crenças do que a fatos” (OXFORD LEARNER’S DICTIONARY, 2016, minha tradução). Nesses termos, costuma ser empregada para elencar as narrativas alternativas emergentes em oposição a explicações oficiais, das quais podemos elencar as notícias falsas, a desinformação, o negacionismo científico e as teorias da conspiração. Essa expressão ganhou tamanha notoriedade nas últimas décadas que algumas abordagens a tem utilizado para caracterizar a presente época como uma “era da pós-verdade” (KEYES, 2004). Dessa linha de pensamento, questões como a atuação desenfreada das mídias sociais e as iniciativas de relativização da verdade científica por abordagens pós-modernas costumam ser imputadas como algumas de suas causas, uma vez que, supostamente, contribuiriam para o enfraquecimento epistêmico dos fatos científicos em espaços midiáticos e teóricos.

Ainda que bastante polêmica, tal associação ganhou repercussão após os desdobramentos daquelas que ficaram conhecidas como “Guerras das Ciências¹”, uma série de controvérsias confrontando filósofos e sociológicos engajados em discussões críticas à modernidade e aqueles epistemólogos e cientistas vinculados a uma interpretação objetivista das Ciências (HARAMBAM; AUPERS, 2015). Essa acontecimentos repercutiram em diversos campos do conhecimento, impulsionando uma ampla revisão das discussões em torno das relações entre ciência, cultura e sociedade, bem como das políticas do conhecimento. Apesar dessa produtividade, o recente *boom* de movimentos chamados de negacionistas das Ciências, sobretudo devido às consequências deletérias da pandemia do COVID-19, passou a ser entendido por certos autores como um efeito dos processos de relativização da verdade científica. McIntyre (2018), por exemplo, atribuiu o aparecimento de hipóteses negacionistas de extrema-direita como uma evidência disso, uma vez que elas usariam “alguns dos mesmos argumentos e técnicas do pós-modernismo para atacar a verdade de outras afirmações científicas que colidem com sua ideologia conservadora” (MCINTYRE, 2018, p. 110, minha tradução).

Apesar do arcabouço teórico e do modismo midiático que o vocábulo acabou conquistando, a noção de pós-verdade não está livre de problematizações. Conforme discutiu Tommaso Venturini (2019), uma de suas complicações reside na separação binária e estática que promove em relação às noções de veracidade e falsidade, conjecturando “um tempo em que a distinção entre verdadeiro e falso não era problemática” (p. 02, minha tradução). Nesses moldes, o complexo trabalho de objetificação dos enunciados científicos, dependente de uma vasta gama de atores humanos e não-humanos atuando, passou a ser resumido a partir de um hiato que separa os supostos detentores do acesso à natureza dos fenômenos daqueles incapazes de assimilá-los enquanto fatos consolidados. Exemplificando a partir da noção de *fake news*: essas seriam notícias maliciosas e inventadas, “enquanto as confiáveis correspondem diretamente à realidade, negando a própria essência da mediação jornalística em seus esforços para selecionar, combinar, traduzir e apresentar diferentes informações em uma notícia” (VENTURINI, 2019, p. 02, minha tradução). Dizer isso não implica em assumir a impossibilidade do estabelecimento de verdades objetivas, mas de compreender seu caráter relacional, pois cada área de estudos poderá desenvolver processos multidisciplinares de objetificação. A Psicologia pode ser tornar científica na medida em que se apropria dos métodos das Ciências da Natureza para analisar certos padrões comportamentais, ao passo que essas

¹ Bruno Latour escreveu um texto para a Folha de São Paulo em 1998 relatando seu posicionamento diante das Guerras das Ciências. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15119803.htm>

últimas podem incorporar elementos jurídicos positivos para determinar a validade de asunções. A partir desse entendimento relacionista, que incorpora a máxima de Deleuze (1991) sobre “a não relatividade da verdade, mas a verdade da relação”, pode-se entender a verdade como uma entidade em disputa em meio a distintos modos de existência, não sendo, então, uma essência separada de relações materiais e mundanas.

Os problemas em torno dos processos de objetificação da verdade e da pós-verdade se tornam ainda mais complicados quando conectados ao fenômeno das teorias da conspiração. De uma perspectiva epistemologicamente descritiva, essas foram conceituadas como explicações que postulam sobre a existência de grupos “de agentes trabalhando juntos em segredo, frequentemente, porém nem sempre, para cumprir um objetivo sinistro” (COADY, 2006, p. 02, minha tradução). À vista disso, teorias da conspiração costumam ganhar forma conceitual para englobar aqueles tipos de explicações que conjecturam sobre a existência de um complô, usualmente secreto, tencionando esconder a suposta verdade sobre o formato plano da Terra; ou as suspeitas sobre as presumidas motivações malévolas de governos, cientistas e indústria farmacêutica com a finalidade de prejudicar pessoas por meio da vacinação. Ultrapassando essa dinâmica, podem estar associadas a posições divergentes e minoritárias, nas quais as pessoas tendem a se posicionar em uma conformação combativa diante da autoridade epistêmica de certas alegações consideradas oficiais (HARAMBAM; AUPERS, 2015).

Na esteira dessa formatação, os usos angariados pelo conceito de teorias da conspiração têm se mostrado historicamente depreciativos, relegando seus adeptos ao descrédito psicossocial e à estigmatização (LANTIAN et al. 2018). Isso quer dizer que esse conceito angariou um caráter avaliativo denso, no qual a desaprovação diante de uma alegação de conspiração tem se mostrado parte inerente de sua própria forma epistêmica (NAPOLITANO; REUTER, 2021). No entanto, a mera presença de componentes de conspiração não pode ser considerada condição *sine qua non* de sua existência, pois essa expressão também vem sendo empregada como sinônimo de outros fenômenos do negacionismo científico, como notícias falsas, boatos infundados e desinformação. Além do mais, a questão se torna atribulada quando assumimos que nem toda teoria conspiratória pode ser considerada falsa por definição (WOOD; DOUGLAS, SUTTON, 2012). Um exemplo disso remete ao caso *Watergate*, nos Estados Unidos da América, no qual certos boatos acusando o ex-presidente Richard Nixon de atuar secretamente em operações ilegais que culminaram em um ataque à sede do Partido Democrata, no Complexo *Watergate* em *Washington D.C.*, nos anos de 1970, surgiram como meras teorias conspiratórias absurdas, mas depois tiveram sua comprovação confirmada pelo escrutínio de documentos e provas (RAIKKA, 2018).

Nesse sentido, a realidade das teorias da conspiração angaria aspecto controverso, pois, de um lado, conspirações se tornaram, muitas vezes, fatos históricos bem documentados, principalmente em situações envolvendo política, poder econômico e acontecimentos socialmente estressantes (HOFSTADTER, 2008). Por outro lado, conspirações e teorias da conspiração são fenômenos ontologicamente diferentes, sendo que as primeiras se referem a uma ação coletiva e secreta com fins usualmente sinistros, enquanto as segundas costumam ser empregadas para se referir às explanações que alegam sobre a ocorrência de conspirações (COADY, 2006). Em última análise, nem toda alegação suspeitando de complôs secretos receberá a alcunha de teoria conspiratória e reduzi-las à negação da verdade dos fatos suscitada por fontes oficiais pode levar a reducionismos arriscados.

Foi no sentido de explorar questões emergentes dessas ponderações que produzi a presente tese. Nesse seguimento, considerei como objetos de pesquisa, em primeiro lugar, artigos da base *Web of Science* sobre teorias da conspiração, nos quais os pesquisadores mobilizaram suas considerações sobre esse tema; e em segundo lugar, publicações sobre o terraplanismo em Grupos do *Facebook*, em especial aquelas que reuniram controvérsias englobando conjuntamente as teorias da conspiração. Diante desses objetos, minhas ações de pesquisa seguiram uma recomendação clássica de Bruno Latour (2012): “seguir os atores”, a fim de descobrir o que a realidade das teorias da conspiração se tornou em suas discussões, métodos e atitudes. Para me aprofundar em relação aos procedimentos e bases teóricas utilizadas, apresentei, na sequência, algumas considerações a respeito da metodologia, das justificativas e dos objetivos de pesquisa, e ainda, da organização do texto.

1.2 Considerações metodológicas

Esta tese foi produzida na forma de um conjunto de estudos visando explorar questões filosóficas e práticas em torno do conceito de teorias da conspiração. Para isso, me firmei no formato de escrita *multipaper*. Nesse formato, a tese foi produzida como um compilado de artigos, contendo: prefácio ou introdução teórico-metodológica; revisão na literatura; problema e objetivos de pesquisa; considerações finais e referências etc. Sobre os artigos, esses incluíram elementos textuais, como título, resumo, palavras-chave e seus componentes tradicionais. Mais do que suggestionar uma ruptura frontal em relação ao formato tradicional, como se o devêssemos abandonar por não ser digno de utilização, busquei, a partir desse formato alternativo, manter conexão com o elemento central de interesse do programa de pós-graduação,

ao mesmo tempo em que ofereço uma contribuição provocativa para a área de estudos na qual estou inserido (MUTTI; KLUBER, 2018).

Nesse sentido, minha escolha se deu por conta da possibilidade de inscrever os resultados das pesquisas em artigos acadêmicos. Indo além de uma questão produtivista, até porque não há garantias sobre a aceitabilidade dos *Papers* pelos periódicos, essa formatação significou uma via produtiva para aproximar a escrita da tese dos processos que Latour e Woolgar (1997) chamaram de inscrição literária, no qual, dentre outras questões, se efetivam as dinâmicas de distribuição de resultados, discussões e conclusões para a avaliação pelos pares. Logo, penso que o formato *multipaper* pode facilitar o que Fleck (2010) nominou de tráfego esotérico de pensamento – processo por meio do qual ocorre a comunicação de um pesquisador dentro de um coletivo de pensamento – uma vez que o desmembramento da tese central em textos separados e não tão densos pode, a meu ver, ampliar os meios pelos quais os argumentos serão escrutinados pela comunidade interessada nas discussões sobre teorias da conspiração.

Por outro lado, o grande desafio residiu em manter certa coerência dos textos em relação ao objetivo central, procedimento que, sem dúvidas, demandou esforços tão trabalhosos quanto os envolvidos na produção de uma tese tradicional. De todo modo, levei essa questão de maneira exploratória e formativa, no sentido de que a experimentação de uma formatação alternativa contribuiu diretamente para meu enriquecimento profissional e intelectual enquanto pesquisador e escritor. Ao mesmo, ela embasou uma posição crítica e resistente diante dos formalismos disciplinares da academia, estando em consonância com uma perspectiva dos Estudos Culturais, a qual busca sempre questionar certas posições de autoridade enraizadas (GROSSBERG, 2008).

Outro ponto relevante se conecta com os métodos empregados na pesquisa. Considerando a característica textual *multipaper*, como sendo um compilado de diferentes estudos versando sobre um tema central, levei em conta algumas perspectivas metodológicas e filosóficas. Em primeiro lugar, tomei o Mapeamento de Controvérsias (MC) e sua base fundacional na Teoria Ator-Rede (TAR) como uma referência para seguir as mobilizações dos atores em relação ao conceito de teorias da conspiração, sobretudo pela característica de tomar controvérsias como eventos generativos e não como situações a serem solucionadas em prol de um consenso (VENTURINI; MUNK, 2021). Isso se tornou útil na medida em que não foi minha pretensão resolver problemas relacionados ao conspiracionismo, mas sim, sobretudo nos dois primeiros artigos, colocar luz em ações de mobilização do conceito de teorias da conspiração no intuito de compreender – o que implica em descrever incansavelmente – seus processos de instauração em situações concretas.

A despeito das vantagens que essa abordagem oferece, levei a sério à proposição de Bruno Latour (2019) sobre os métodos em torno da TAR não darem conta de explicar a continuidade das coisas, uma vez que seu princípio de livre-associação dificulta uma diferenciação entre o sucesso ou o fracasso de determinadas posições. Nesse sentido, seu vocabulário pode ser considerado libertador em termos de mapear associações, “mas muito pobre para distinguir os valores que os informantes defendem com *obstinação*” (LATOURE, 2019, p. 64, grifos do autor). Essa questão se torna central em análises sobre as teorias da conspiração, visto que a continuidade de suas agências se deve a fatores mais amplos do que os relacionados somente às suas condições epistêmicas de produção, se estendendo a motivações psicossociais ou níveis educacionais de pessoas engajadas em alegações conspiratórias (GOERTZEL, 1994; SWAMI et al., 2014) e a componentes do terreno social no qual emergem ou são distribuídas (BESSI et al., 2015). Nesse seguimento, ainda que seja viável descrever certas associações que formam uma teoria da conspiração – como as relações entre conspiracionismo e conservadorismo – ficar restrito a esses espaços poderia dificultar o entendimento de problemas como o fato de que certas dinâmicas culturais – como o terraplanismo – estão tão enraizadas no imaginário popular como exemplares de teorias conspiratórias enquanto certas desconfianças cotidianas – como acreditar que os políticos e as elites estão conspirando contra determinadas classes – não recebem o mesmo triste fim. A presumida verdade das alegações envolvidas seria suficiente para explicar essas diferenças?

Para resolver esse impasse, procurei apoio em outros fundamentos filosóficos circundantes à obra de Bruno Latour. Da concepção de hábito de William James (2004) obtive respaldo para discutir para além das condições de produção de uma teoria da conspiração. Como mais do que somente uma atitude, mas também uma filosofia, a concepção de hábito, segundo aquele autor, se refere a uma maneira de agir no mundo que está diretamente ligada às condições mentais e atividades cerebrais, possuindo efeitos práticos marcantes, como a simplificação de certos movimentos e a retenção da atenção por meio da qual realizamos algumas tarefas. Se desdobrando para além da mente humana, pois se materializa em nossas maneiras de viver coletivamente, o hábito nos permite, por exemplo, reproduzir certas ações sem às quais nossa vida se tornaria insuportável, como ler um livro ou praticar um esporte, ao mesmo tempo em que demanda esforços contínuos para ser enraizado.

Na esteira do pragmatista estadunidense, Bruno Latour (2019) transformou o hábito em um modo de existência, sendo abordado como uma maneira de agir por meio da qual omitimos ou alisamos as trajetórias de existência de entidades, tornando-as implícitas às suas formas estabilizadas. Tal qual nos habituamos a denominar certos conjuntos de práticas enquanto

domínios estáveis – ciência, direito, psicologia e religião – o hábito nos condicionou, então, a saltar as discontinuidades que permitiriam compreender a própria formação e estabilização desses domínios. Nesse seguimento, um dos argumentos decorrentes das análises realizadas residiu em apontar que essa atitude apressada também nos levou, por consequência, a saltar os hiatos a partir dos quais poderíamos entender os processos de consolidação daqueles considerados teóricos da conspiração. Isso não acarretou assumir as teorias da conspiração enquanto modos de existência particulares, mas sim em considerar sua forma habitual uma consequência – e não uma causa imaterial – dos processos controversos em torno do próprio desenvolvimento tecnopolítico das Ciências.

Isso me levou a abordar as teorias da conspiração como fenômenos ulteriores às qualidades individuais de sujeitos reagindo de maneira desconfiada a determinados acontecimentos (como terraplanistas suspeitando da veracidade dos dados e imagens da Terra produzidos pela NASA), ou mesmo de características sociais restritas a certos grupos (como a extrema-direita reagindo à lisura das eleições brasileiras em 2022). Em suma, teorias da conspiração foram abordadas, se não como qualidades ou mentalidades, como eventos. Esse conceito tem raízes na filosofia do processo de Alfred North Whitehead (1994) e foi delineado por Bruno Latour (2001) como uma saída para lidar com o binarismo da relação entre construtivismo e realismo. Em síntese, um evento pode ser entendido como aquilo que discernimos da especificidade de um local ao longo de um período sensivelmente apreendido (WHITEHEAD, 1994).

Esse conceito pode servir para remarcar desde um acidente automobilístico em um dia chuvoso até um acontecimento científico singular, como o experimento de Rutherford, tendo sido entendido neste trabalho como parte de uma estratégia para encarar o caráter coletivo da realidade do conspiracionismo. Tal qual a verdade de um fato científico foi concebida por Fleck (2010) e Latour (2001; 2012) como um evento na história do pensamento mais do que enquanto fruto da descoberta de uma realidade exterior, empreendemos que a realidade de uma teoria da conspiração, tão associadas à mentira, à falsidade ou a distúrbios psicossociais, também possa ser descrita a partir da noção de evento. Isso porque sua instauração teórica pode ser entendida como um produto da conjunção de atores engajados em produzir e estabilizar significados em torno de sua formatação depreciativa até sua transformação em um hábito.

Meu desafio ao longo do texto foi, portanto, demonstrar como as análises das ações dos atores em relação ao conceito de teorias da conspiração me permitiram tecer tais considerações. Para auxiliar nesses procedimentos, utilizei alguns instrumentos de análise e produção de redes de forma a representar alguns dos movimentos realizados pelos atores. Com o *Vosviewer*, pude analisar dados bibliométricos em função de critérios como: coocorrência de palavras-chave,

citação e cocitação, resgatando fundações cientométricas da TAR para a investigação da literatura científica (VENTURINI; MUNK, 2021). Com o *Gephi*, pude elaborar grafos matemáticos representativos das associações mobilizadas pelos atores, explorando sobretudo suas configurações de especialização de redes com base em *layouts* algoritmos direcionados por força (*Force Atlas 2*) (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009). Além disso, me fundamentei em técnicas de análise visual de redes de forma a transformar esses objetos potencialmente caóticos – grafos – em imagens analisáveis visualmente. Esse procedimento foi feito tanto pela configuração manual de *layout* quanto pela identificação de características nas imagens, no intuito de revelar agrupamentos, vínculos e associações que fundamentaram as discussões realizadas (VENTURINI; MUNK, 2021)

Em última análise, devo dizer que as pretensões deste trabalho ultrapassaram uma questão meramente epistemológica em relação às teorias da conspiração, mesmo porque epistemologia e ontologia não podem ser separadas sem custos. Conforme dissertou Bruno Latour (2001), essa atitude moderna, que clivou a realidade em dois reservatórios incomensuráveis (mundo e ciência), apesar de ter funcionado de maneira eficiente para formular domínios específicos dentro dos quais a objetividade científica pôde ser fabricada, também operou como um instrumento de iconoclastia, isolando qualquer iniciativa que visasse divergir de sua política positiva. Nessa sequência, para além de questões técnicas ou epistêmicas, penso que esta tese pode contribuir para uma reflexão sobre algumas questões em torno das atividades educacionais e de pesquisa em Ciências.

1.3 Justificativa de pesquisa

Como justificativa para o desenvolvimento da presente tese, julgo relevante iniciar com uma explicação referente àquelas que não foram minhas pretensões. Apesar de ser um requisito parcial para me tornar doutor em um programa de Ensino de Ciências e Educação Matemática, penso que as contribuições deste trabalho não se conectam diretamente aos desafios relacionados à sala de aula, às práticas pedagógicas e à didática das Ciências. Destaco isso porque minhas preocupações ao longo do texto não foram conduzidas no sentido de sugerir metodologias direcionadas a abordagens de questões em torno do conspiracionismo em aulas de Ciências, ou em como profissionais da educação poderiam utilizar ferramentas de análise de controvérsias em ambientes de ensino, pesquisa e extensão. Meu mote se deu mais em nível conceitual, diante do fato de os usos do conceito teorias da conspiração terem extrapolado sua

própria etimologia em situações concretas, se transformado em um estigma social (LANTIAN et al., 2018; NAPOLITANO; REUTER, 2021).

Nesse sentido, essa questão sugere uma demanda de discussão sobre os modos pelos quais profissionais e interessados em temas científicos têm mobilizado o conceito de teorias da conspiração em situações controversas, sobretudo em espaços peculiares das mídias sociais, onde a atuação de certos não-humanos, como os algoritmos e as arquiteturas de mídias sociais, podem agir no impulsionamento de conteúdo nesse nível (BESSI et al., 2015). Essa situação se agrava quando consideramos que a atuação de perfis e grupos vinculados às Ciências em mídias sociais tem se mostrado propensas a atacar com aqueles argumentos considerados conspiratórios, evidenciando atitudes pouco receptivas desses grupos em relação a explicações não suportadas pelas Ciências (BESSI et al., 2015; 2016; DEL VICÁRIO et al., 2016).

Desse aspecto, mapear modos de instauração do conceito de teorias da conspiração em situações controversas abriu margem para se compreender os efeitos de sua própria realidade em espaços digitais, bem como sua materialização na forma de uma concepção polêmica e cada vez mais midiaticizada. Penso, então, que esta tese pode servir como referencial para professores, educadores, divulgadores e estudantes ligados às Ciências apreenderem questões em torno do conspiracionismo que estão além das características individuais ou psicossociais dos atores envolvidos. Sobretudo em face de trabalhos demonstrando as implicações multifacetadas da educação em relação ao suporte a alegações de conspiração, expressando uma associação irredutível a processos psicológicos únicos (VAN PROOIJEN, 2017). Sem falar nas contribuições discutindo sobre rótulos como “teorias conspiratórias” e “teóricos da conspiração” terem se transformado em um estigma social (LANTIAN et al., 2018), além não diminuir a crença em alegações de conspiração, podendo, em muitos casos, até mesmo agravar seu suporte (WOOD, 2016).

Em consideração a isso, considerei fundamental compreender, antes, como se deu a instauração prática do conceito de teorias da conspiração por intermédio da descrição das ações dos atores sociais engajados em sua mobilização. A partir desse movimento, procurei reunir subsídios empíricos para responder à questão: “o que são teorias da conspiração”, sem os quais quaisquer ponderações teóricas não passariam de conjecturas descoladas da realidade controversa desse fenômeno. Ainda que não tenha avançado em discussões pedagógicas ou metodológicas atreladas à sala de aula, penso que esse movimento contribuiu para oferecer bases conceituais e empíricas para profissionais de educação e comunicação em Ciências avançarem nessas questões, tendo como fundamento considerações a respeito dos

desdobramentos práticos das teorias da conspiração em situações de controvérsia, bem como das implicações de sua instauração conceitual em âmbitos digitais.

1.4 Objetivos e questão de pesquisa

Em face dessas implicações relacionadas às teorias da conspiração, delineei a seguinte questão de pesquisa, a ser revisitada ao final do trabalho: como podemos definir – ou seja, dar limites – a realidade das teorias da conspiração em termos de sua formatação conceitual e de sua relação com a verdade científica?

Tencionando responder a esse problema, o objetivo geral deste trabalho visou mapear os atores envolvidos em discussões a respeito das teorias da conspiração, refletindo sobre a realidade desse conceito a partir das ações evidenciadas em dois âmbitos digitais. Como objetivos específicos, defini as seguintes tenções investigativas, subdivididas em três artigos: i) mapear produções acadêmicas sobre o conceito de teorias da conspiração na *Web of Science*, demonstrando seus processos de instauração pelos atores envolvidos nesses debates; ii) mapear mobilizações do conceito de teorias da conspiração em controvérsias sobre o terraplanismo no *Facebook*, expressando prováveis relações conceituais entre esses fenômenos; iii) ensaiar sobre a instauração conceitual das teorias da conspiração, defendendo uma perspectiva pragmática para descrever seus modos de ação.

1.5 Organização da tese

Em face dessas delimitações, o texto desta tese foi subdividido nos três artigos seguintes.

No Artigo I, apresentei um estudo que buscou investigar a instauração conceitual das teorias da conspiração em artigos da *Web of Science*. Tomando essa base de dados como porta de entrada investigativa, foi possível verificar três tipos de argumento majoritários em relação a essas teorizações, que foram mobilizados por autores multidisciplinares: um, de caráter psicossocial; um, de caráter cultural; e outro, de caráter comunicacional. Contudo, notamos que uma característica uniu essas três perspectivas: um entendimento avaliativo denso – para falar como Napolitano e Reuter (2021) – em relação às teorias da conspiração. Além do mais, demonstramos que esse entendimento ortodoxo decorreu do compartilhamento de métodos, resultados e alegações entre os autores envolvidos, tendo, inclusive, transposto a internalidade dos grupos emergentes, bem como os próprios espaços acadêmicos formais. Outros argumentos, como os defensores de uma perspectiva sociocultural heterodoxa (HARAMBAM;

AUPERS, 2015; 2017), se mostraram menos conectados a aliados, assinalando que a edificação de uma tradição de pesquisa sobre esse conceito foi edificada em torno de seu caráter depreciativo. Nesse sentido, discutimos sobre a instauração conceitual das teorias da conspiração sob o signo de um evento, de forma a englobar essas questões sociotécnicas emergentes de sua investigação.

No Artigo II, apresentei um estudo sobre a instauração do conceito de teorias da conspiração em discussões emergentes em uma mídia social (*Facebook*), centrado em analisar a relação entre o conspiracionismo e outro fenômeno cultural usualmente associado a seus fundamentos: o terraplanismo. Nesse estudo, foi possível identificar dois movimentos de mobilização do conceito: um, utilizando-o para englobar narrativas negacionistas estigmatizadas, se estendendo, inclusive, para questões políticas partidárias; e outro, formado a partir das reações diante dessas categorizações. Nesse processo, a relação entre teorias da conspiração e terraplanismo se mostrou resultante de práticas qualificatórias que ultrapassaram as bases epistêmicas desses dois fenômenos. Sendo assim, nos baseamos nessa circunstância de modo a considerar a transformação desse processo categorizante em um hábito, a partir do qual as considerações a respeito das teorias da conspiração angariam continuidade midiática.

Por fim, no artigo III, apresentei um ensaio que visou explorar a instauração prática das teorias da conspiração. Essas, mais do que uma decorrência de disfunções psicossociais ou características culturais de seus adeptos, ou ainda, uma expressão discursiva caracterizada pela falta de embasamento empírico, foram empreendidas nesse trabalho sob o signo de um evento. Esse englobaria tanto as proposições engajadas em explicar a ocorrência de acontecimentos com base no que nomeamos de “argumentos de complô”, como também as experiências impactadas por esses argumentos, capazes de produzir significados e distribuí-los culturalmente. Dessa forma, como um produto de práticas específicas colocadas em confronto em conexão com locais propícios para sua distribuição, ponderamos sobre aparência quase universal das teorias conspiratórias ser fruto de sua transformação em um hábito, a partir do qual distintas abordagens culturais (academia, mídias etc.) passaram a compartilhar de um conceito depreciativo denso utilizado para englobar diferentes dinâmicas do negacionismo científico.

ARTIGO I – TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO COMO MATÉRIA DE INTERESSE ACADÊMICO: MAPEANDO ARTIGOS COM A *WEB OF SCIENCE*

RESUMO

Teorias da conspiração são um fenômeno polêmico, que costuma estar vinculado a alegações de supostas conspirações ocorrendo secretamente. O conceito utilizado para inscrever esse fenômeno adquiriu um caráter avaliativo denso, tornando-o inerentemente depreciativo. Neste estudo, procuramos identificar a formação conceitual desse conceito em produções acadêmicas da *Web of Science*, mapeando controvérsias entre pesquisadores da área. Como resultado, verificamos três abordagens fundamentais: uma psicossocial, uma cultural e outra comunicacional. Nesse sentido, concluímos sobre os processos de instauração acadêmica desse conceito embasarem uma descrição das teorias da conspiração sob o signo de um evento, no qual fatores sociotécnicos em torno dos pesquisadores são fundamentais para a investigação de sua realidade.

Palavras-chave: Teorias da conspiração; mapeamento de controvérsias; *Web of Science*;

INTRODUÇÃO

A popularidade de teorias da conspiração como tema de interesse acadêmico tem crescido vertiginosamente ao longo dos anos. Desde as proposições de Karl Popper (1974) sobre as teorias conspirativas da sociedade, perpassando as ponderações de Richard Hofstadter (2008) sobre a emergência de narrativas conspiratórias no âmbito político estadunidense do século XX, se estabelecendo mais recentemente enquanto objeto de estudo multidisciplinar em torno de áreas como Psicologia, Psiquiatria, Sociologia, Antropologia, Jornalismo, Ciência da Informação etc., discussões em torno desse fenômeno se tornaram quase um modismo nas discussões sobre negacionismo científico e proliferação de informações falsas.

Muito por conta de seus desdobramentos multifatoriais, as teorias da conspiração foram historicamente edificadas na forma de um conceito ambíguo. Em âmbito filosófico, isso foi discutido por Napolitano e Reuter (2021) como decorrendo de disputas entre perspectivas defendendo o estabelecimento de uma concepção descritiva, que visa melhorar os usos sociais dados a essa expressão; e aquelas que compreendem seu caráter avaliativo denso, no qual pessoas não apenas expressam sua “desaprovação em relação a uma teoria (ou uma explicação)

chamando-a de ‘teoria da conspiração’, mas também comunicam o aspecto descritivo sob o qual é considerada ruim” (s. p., nossa tradução). Se tal dubiedade nem sempre fica explícita em situações cotidianas, nas quais o conceito depreciativo pode ser considerado prevalente, em contextos acadêmicos essa característica se tornou motivo de debates sobre sua epistemologia, bem como sobre as atitudes da comunidade científica diante de sua distribuição cultural.

Considerando essas e outras questões, nosso objetivo nesta pesquisa foi mapear produções acadêmicas sobre o conceito de teorias da conspiração em uma base de dados de periódicos, demonstrando seus processos de instauração pelos atores envolvidos nesses debates. Definimos a plataforma da *Web of Science* como porta de entrada para obtenção dos dados da pesquisa, constituídos majoritariamente por artigos e *papers*. Na metodologia, seguimos as recomendações de Venturini (2010; 2012), Venturini et al., (2015) e Venturini e Munk (2021) sobre o Mapeamento de Controvérsias (MC), em função das lentes analíticas para mapeamento de disputas sociotécnicas, das técnicas de análise visual de redes, bem como pela conjunção teórica que empreende em relação às cartografias de controvérsias e aos métodos digitais.

Para cumprir esse objetivo, nos afastamos, de um lado, de concepções realistas ingênuas que pressupõem a ocorrência em si de fenômenos como suficiente para garantir sua existência social; e de outro, de abordagens críticas que conferem ao olhar do especialista o poder unívoco de decisão sobre as formas de existência dos atores sociais. Em decorrência dessa decisão, mobilizamos as teorias da conspiração enquanto entidades denominadas por Bruno Latour (2012) de matérias de interesse (*matters of concern*): “Embora altamente incertas e acirradamente discutidas, essas agências reais, objetivas, atípicas e, sobretudo, *interessantes* são tomadas não exatamente como objetos, mas antes como *assembleias*” (LATOURE, 2012, p. 168, grifos do autor). Desse olhar pragmático, o conceito de teorias da conspiração foi entendido menos como uma entidade metafísica a ser descoberta por nossa ação investigativa e mais o resultado de processos a partir dos quais os atores envolvidos em sua instauração acadêmica negociaram sua formatação habitual e a inscreveram em formatos particulares e rastreáveis empiricamente. Para organizar as discussões, ponderamos a seguinte questão de pesquisa: quais processos estão envolvidos na instauração conceitual das teorias da conspiração?

Nesse seguimento, apresentamos, no tópico a seguir, um breve resumo de abordagens acadêmicas sobre esse tema, perpassando por discussões de Filosofia, Sociologia, Psicologia etc. Depois, descrevemos a metodologia a partir da qual colocamos em prática nossos objetivos. Após, apresentamos os principais resultados decorrentes dos procedimentos analíticos, seguidos por uma discussão sobre seus desdobramentos para os fins desta pesquisa. Como

conclusão, ponderamos sobre o caráter prático da formação do conceito de teorias da conspiração em âmbitos acadêmicos ter papel central na produção da realidade desse fenômeno, que deve ser entendida não somente como uma decorrência de alegações suscitando complôs para explicar a ocorrência de acontecimentos estressantes, mas como um evento que conjunta experiências conflitantes.

BREVE RESUMO DE ABORDAGENS ACADÊMICAS SOBRE TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

As teorias da conspiração são marcadas pelas polêmicas. Usualmente associadas ao resgate de argumentos suscitando complôs que estariam por de trás da ocorrência de eventos estressantes (COADY, 2006; VAN PROOIJEN, 2020) e a disfunções psicossociais de seus adeptos (DOUGLAS; SUTTON; CICHOCKA, 2017), o conceito edificado para inscrever sua existência incorporou boa parte do escopo dessas atribuições, atraindo interesses multidisciplinares de áreas como Filosofia, Psicologia, Sociologia, Ciências Políticas e Comunicação (HARAMBAM, 2020).

Em âmbito filosófico, Karl Popper (1974) talvez tenha sido o primeiro acadêmico destacado a se engajar sistematicamente nas discussões sobre o tema. Ele denominou de ‘teorias conspirativas da sociedade’ as explicações sobre fenômenos sociais que consistem “na descoberta dos homens ou grupos que estão interessados pela ocorrência desse fenômeno (às vezes é um interesse oculto, que tem primeiro de ser revelado), e que planejaram e conspiraram para que ele se desse” (p. 102). Inicialmente, sua discussão foi empreendida em um contexto de crítica às teorias que pressupõem a vida social como redutível às leis psicológicas da natureza humana. No entanto, as bases de seu argumento foram historicamente replicadas para consolidar posicionamentos depreciativos diante das polêmicas em torno das teorias conspiratórias, incluindo as mobilizações sobre possíveis vínculos com condições psicológicas e sociais problemáticas de seus adeptos. Ainda nesse âmbito, o livro de David Coady (2006) se consolidou como uma referência importante na discussão filosófica sobre teorias da conspiração, reunindo textos de autores como Charles Pigden, Brian Kelley, Steve Clarke, Lee Bashan e o próprio Popper.

Esse histórico de interesses se distribuiu ao longo de diferentes tradições filosóficas visando explicar a existência desse conceito. Primeiramente, podemos citar aquelas iniciativas que analisam as teorias da conspiração conforme expressões de patologias psicológicas, sociais ou políticas, sobretudo por conta de seus desdobramentos deletérios. Também existem as

iniciativas de influência hermenêutica, que as compreendem enquanto expressões culturais nem sempre destrutivas ou equivocadas, pois poderiam, em tese, contribuir para tornar pessoas e instituições mais atentas a circunstâncias reais de conspiração. Por fim, lembremos das ponderações de cunho epistemológico geral, subdivididas em perspectivas procurando estabelecer uma definição conceitual estável para esse fenômeno, e ainda, abordagens tentando deliberar sobre a possível racionalidade dessas teorizações. Em todo caso, não se trata de um conceito trivial e qualquer uso conferido a ele costuma vir associado de uma necessidade de demarcação entre conhecimentos considerados racionais e, mais do que isso, legítimos, e aqueles vinculados a uma suposta natureza irracional conspiratória (BJERG; PRESSKORN-THYGESEN, 2016).

Sobre as abordagens analíticas, Napolitano e Reuter (2021) as subdividiram em dois eixos fundamentais: as que procuram uma descrição objetiva diante da ocorrência social desses fenômenos; e as que partem de um sentido avaliativo em relação a suas alegações visando melhorar o uso social dado a essa expressão. O primeiro grupo tende a carregar uma preocupação relacionada à necessidade de verificar certos elementos centrais em um enunciado antes de taxá-lo de conspiratório, tal qual a presença de componentes de conspiração (como a suposição de que certos grupos estariam se reunindo com intenções malévolas de prejudicar outros grupos), ou mesmo a rivalidade em relação a explicações oficiais conflitantes. Nesse âmbito, as discussões costumam defender sua formalização em torno de um conceito o mais imparcial possível, nem sempre as admitindo enquanto fenômenos equivocados. Já o segundo é constituído pelas vertentes engajadas em adaptar o conceito popularmente aceito em função de objetivos investigativos, mesmo que às custas de uma engenharia conceitual. Desse aspecto, uma característica avaliativa densa, marcada por um sentido depreciativo profundo, parece fazer parte do próprio significado dessa concepção. Independentemente do eixo analítico, resultados empíricos e ponderações teóricas têm corroborado a ambivalência desse conceito, expressando um desafio ainda em curso para pesquisadoras e pesquisadores envolvidos no tema.

Referente à sociologia das teorias da conspiração, Richard Hofstadter (2008) publicou o livro “The Paranoid Style in American Politics”, pontuando sobre casos envolvendo alegações de complô emergindo em torno de acontecimentos políticos sobretudo nos Estados Unidos da América. Associando-as a um estilo mental paranoico, o autor qualificou como centrais nessas teorizações os argumentos fundados em sentimentos de perseguição em relação a nação, cultura ou estilo de vida particular, delimitando inimigos que estariam interessados em atacá-los ou destruí-los. Dentre exemplares desse tipo de narrativa estariam as crenças sobre a malevolência

de sociedades secretas, como os *Illuminati* e a maçonaria, e as teses sobre complôs internacionais envolvendo atores e grupos diversos, como judeus, capitalistas e comunistas. A associação de teorias conspiratórias com acontecimentos geopolíticos foi, inclusive, uma característica notável em seus escritos, suscitando acontecimentos a partir dos quais certas alegações de complô foram historicamente suscitadas para justificar atitudes e investigações.

A partir de década de 1990, as pesquisas sobre teorias da conspiração atraíram interesse assíduo de iniciativas esmiuçando os prováveis fatores psicológicos associados à sua popularidade. Douglas, Sutton e Cichocka (2017) delinearão três possíveis causas que levariam pessoas a suportá-las: motivações epistêmicas, como proteger crenças de um escrutínio mais acurado sobre sua veracidade; motivações existenciais, como a necessidade de controle e segurança em relação a um ambiente incerto; e motivações sociais, como a necessidade de pertencimento, bem como de manter uma boa imagem de si ou de um grupo. De fato, conforme argumentou Harambam (2021), as pesquisas nessa área têm destacado certos “traços de personalidade (por exemplo, autoritário, narcisista), vieses cognitivos (por exemplo, viés de confirmação e reconhecimento de padrões ilusórios) e aflições psicológicas mais gerais (ansiedade, estresse, incerteza, exclusão, vitimização, anomia, cinismo, desconfiança etc.)” (p. 105, minha tradução) para explicar as motivações individuais e psicossociais do conspiracionismo, instituindo uma corrente de pesquisas engajada sobretudo em suas consequências deletérias.

Considerando essas e outras abordagens, nos motivamos a mapear essa rede de interesses distintos atuando para instaurar o conceito de teorias da conspiração em artigos disponibilizados na base *Web of Science*. Para efetivar essa tarefa, nos aproximamos das iniciativas voltadas a cartografar controvérsias e questões em torno de temas polêmicos, tomando a própria concepção de teoria da conspiração como um objeto de disputas e interesses agindo para encerrá-lo na formatação pela qual a conhecemos. No tópico a seguir, apresentamos e descrevemos algumas dessas influências que fundamentaram os métodos empregados na pesquisa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi delineada com base nos procedimentos de Mapeamento de Controvérsias (MC) (VENTURINI; 2010; 2012; VENTURINI et al., 2015; VENTURINI; MUNK; 2021). Tendo sido edificada sob influência dos Métodos Digitais (MD) e das Cartografias de Controvérsias (CC), essa abordagem vai além de uma simples conjunção dessas

duas perspectivas e empreende como objetivo primordial “desdobrar disputas sociotécnicas em um espaço conceitual onde seus múltiplos atores e questões podem ser pesados uns contra os outros” (VENTURINI; MUNK, 2021; p. 05, nossa tradução). Para isso, empreende a tarefa de mapear os meios e a complexidade em torno dessas disputas, produzindo representações legíveis e abertas sobre elas e sobre seu próprio processo de mapeamento, e ainda, ponderando os atores envolvidos a partir de um posicionamento explícito do analista.

Por controvérsias, o MC se refere às situações de intensa incerteza envolvendo atores em conflito, nas quais o social é tomado como porção ainda instável da realidade, pois não foi estabilizada pelos atores nas circunstâncias nas quais estão conectados. Logo, elas se tornam momentos propícios para se acompanhar os processos de (re)agregação social, porque em seus desdobramentos “os atores estão incessantemente engajados em amarrar e desatar relações, argumentando categorias e identidades, revelando o tecido da existência coletiva” (VENTURINI, 2012, p. 796, nossa tradução). Em decorrência desses desacordos, uma multiplicidade de pontos de vista surge, revelando ao analista a possibilidade de desdobrá-los empiricamente – um empirismo que se atém não somente a fatos duros e estabilizados, mas também aos processos tecnopolíticos de sua instauração (LATOURET, 2012).

Importante ressaltar que, da abordagem pragmática do MC, um ator não se refere estritamente a uma entidade humana. Isso porque seus fundamentos e fundações remetem à Teoria Ator-Rede (TAR), segundo a qual toda ação pode ser considerada deslocada, ou seja, fazem referência a como certos atores transformam o curso de ação de outros atores. Assim, as incertezas em torno da origem de uma ação levaram a TAR a se interessar pelos espaços atribulados das controvérsias, assumindo que nesses entremeios podem existir diversos níveis metafísicos entre causalidade plena e inexistência absoluta, os quais não devem ser resumidos apenas em termos da ação humana. Dessa forma, qualquer coisa que possa modificar um curso de ação deve ser considerado um ator rastreável, de modo que “nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não?” (LATOURET, 2012, p. 108).

Para proceder com essa abordagem, Venturini (2010; 2012), Venturini et al., (2015) e Venturini e Munk (2021) delinearam cinco lentes analíticas que tomamos como referência. A primeira delas (das alegações aos debates) sugere mapear a rede de reivindicações que compõe uma controvérsia, no intuito de compreender “o que” está em jogo em meio às alegações. A segunda (dos debates aos atores) visa ultrapassar a dimensão textual dessas disputas, de modo a compreender “quem” são os atores corresponsáveis por mobilizá-las. Já a lente ‘dos atores às redes’ procura evidenciar “como” esses atores buscam arregimentar aliados e ferramentas no

curso de suas mobilizações, incluindo as eventuais mudanças de posição e *status*. A quarta lente (das redes às visões de mundo) tem por intenção determinar os níveis das disputas em curso, estendendo as análises para além das declarações, das ações e das relações, se atentando aos espaços “onde” os atores produziram e distribuíram significados. Por fim, a lente “das visões de mundo às mudanças” (quando) intenta evidenciar o dinamismo das controvérsias, considerando as possíveis transformações ao longo do tempo. Adaptamos essas lentes analíticas de modo a mapear as discussões e os atores envolvidos na produção dos artigos (o quê e quem) e os deslocamentos argumentativos, institucionais e temporais das publicações (onde, como e quando). Desse modo, os artigos e documentos investigados foram assimilados enquanto rastros deixados pelos atores nos processos de inscrição e mediação sociotécnica em torno da pesquisa sobre teorias da conspiração. Após a efetivação de procedimentos de limpeza, filtragem e outros mecanismos de organização documental, transformamos esses rastros em dados digitais, sistematizando-os em uma conjunção específica a qual nomeamos de *corpus* (VENTURINI et al., 2018).

Nesse seguimento, nossa tarefa foi mapear os atores e as ações envolvidas nas mobilizações do conceito de teorias da conspiração em artigos depositados na base *Web of Science*. A escolha por essa base de dados se deu por conta de duas peculiaridades. Primeiro, pela praticidade de alguns *softwares* utilizados analisarem diretamente alguns formatos de arquivo disponibilizados pelas arquiteturas dessa plataforma, facilitando a automatização de alguns processos. Segundo, por causa da abrangência dos dados ofertados, que engloba três bases de dados distintas compreendendo diferentes áreas de estudos, sendo elas *Science Citation Index Expanded*, *Social Sciences Citation Index* e *Arts & Humanities Citation Index* (THOMSON REUTERS, 2004).

No campo de pesquisa desse sítio eletrônico, nos inspiramos na metodologia de revisão sistemática proposta por Goreis e Voracek (2019), utilizando como sintaxe de pesquisa as seguintes palavras-chave: *conspir** OR *conspira** *ideation* OR *conspira** *belief** OR *conspira** *theor**. Buscamos por publicações desde o início dos registros até o ano de 2021. Como tipos de documento, filtramos por artigos, artigos de revisão, artigos de conferência e capítulos de livros, considerando-os como exemplares textuais a partir dos quais os autores inscreveram seus procedimentos e resultados de pesquisa. Delimitamos ainda as opções contendo informações disponíveis de afiliação institucional dos autores, agências de financiamento e editoras responsáveis pela publicação. Após checagem de duplicidade, o *corpus* geral foi constituído por 816 artigos.

Além disso, utilizamos *softwares* e técnicas de produção de redes no intuito de explorar as associações entre os atores evidenciados no *corpus*. Esse procedimento foi realizado aplicando-se um algoritmo direcionado por força (*Force atlas 2*) em um conjunto de dados bibliométricos, que tem como intuito simular um sistema física de espacialização de uma rede: “nós se repelem como partículas carregadas, enquanto as arestas atraem seus nós, como molas. Essas forças criam um movimento que converge para um estado de equilíbrio” (JACOMY et al., 2014, p. 02, nossa tradução). Isso nos permitiu gerar representações gráficas nas quais os nós foram distribuídos em função de certos critérios, como número de relações de coautoria entre os autores. Dessa forma, evidenciamos alguns processos sociotécnicos envolvidos na fabricação do conceito de teorias da conspiração no âmbito de periódicos da *Web of Science*, não sendo, contudo, nossa pretensão englobar a totalidade das pesquisas sobre o tema e tampouco representar fielmente sua presumida realidade exterior.

Para analisar essas representações gráficas, os processos de observação no Mapeamento de Controvérsias podem se valer de técnicas semiológicas por intermédio das quais se torna factível estudar como certos significados – não em um sentido estritamente linguístico, mas material – são produzidos e estabilizados em função de um número indefinido de possibilidades e relações. A semiótica, nesse caso, assume uma vertente materialista na medida pela qual substitui o interesse pelos “porquês” do social para descrever seu “como”, buscando, para isso, explorar “a lógica da arquitetura de uma rede e observar as configurações que podem levar a sua relativa estabilidade” (LAW, 2009, p. 148, nossa tradução). Nessa sequência, algumas operações de pesquisa são demandadas, como escolher um objeto de pesquisa estabilizado; demonstrar que ele se formou a partir da associação entre múltiplos atores e ações; descrever os arranjos de caixa-preta corresponsáveis por sua complexidade relacional; e refletir sobre como esses arranjos poderiam ser modificados ou redefinidos (VENTURINI; MUNK, 2021).

Nesse sentido, as teorias da conspiração foram consideradas objetos produtivos para o presente estudo, pois, ainda que motivem divergências em torno de sua realidade controversa, seu uso em situações concretas costuma ocorrer em função de uma formatação estável (ou seja, o conceito de teorias da conspiração). Isso implica em considerar que a multiplicidade de uma controvérsia também pode ser ontológica, isto é, quando “a matéria de um desacordo são, na verdade, diferentes realidades às quais diferentes atores se referem pelo mesmo nome” (VENTURINI; MUNK, 2021, p. 46, nossa tradução).

Os resultados da pesquisa foram apresentados nos dois subtópicos seguintes. No primeiro deles (mapas das inscrições), demonstramos o que esteve em discussão nos artigos com base na análise de coocorrências de palavras-chave dos autores e das relações de coautoria dos

responsáveis por conduzir (quem). No segundo subtópico, exploramos os processos de citações a outros autores e a textos anteriores (como), as relações institucionais (onde) e o deslocamento temporal das publicações (quando), no intuito de avançar para questões para além das publicações individuais. Projetamos, assim, reunir evidências para compreender os processos de fabricação do conceito de teorias da conspiração nesse estrato.

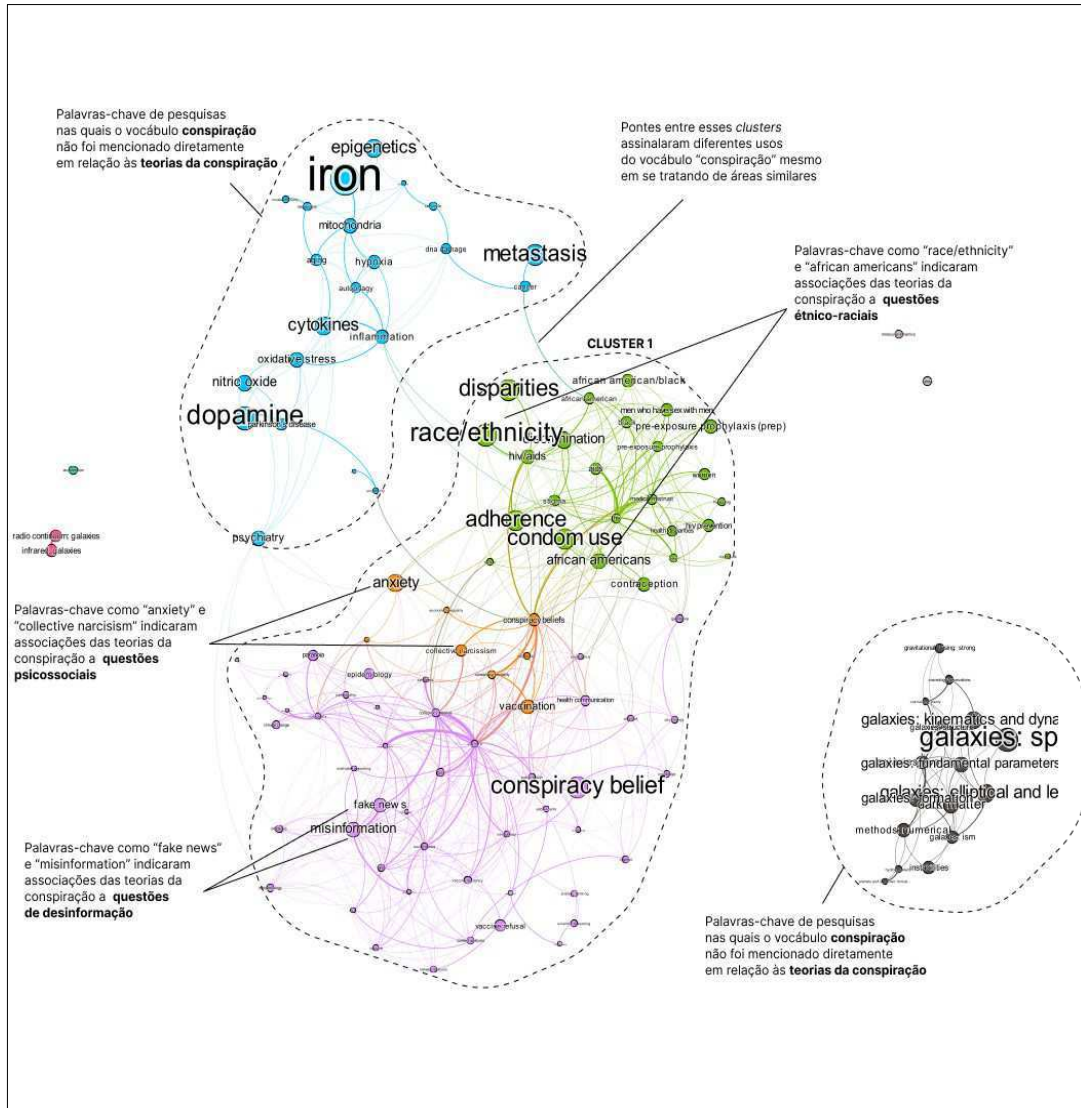
RESULTADOS E DISCUSSÕES

MAPAS DAS INSCRIÇÕES (O QUÊ E QUEM)

Os grafos apresentados nesta seção foram analisados seguindo recomendações de análise visual de redes. Essas são técnicas que visam transformar a matriz de associação de um objeto matemático (grafo) em uma imagem visualmente interpretável. A partir delas, projeta-se ser possível analisar semiologicamente certas características de uma rede, como posição e tamanho dos nós, bem como suas associações e seus espaços vazios, verificando, assim, diferenças quantitativas emergentes, como o número de menções de um autor ou palavra-chave, além de matizes que permitem descrever diferenças qualitativas, como áreas de pesquisa ou coocorrências de palavras-chave (VENTURINI; MUNK, 2021).

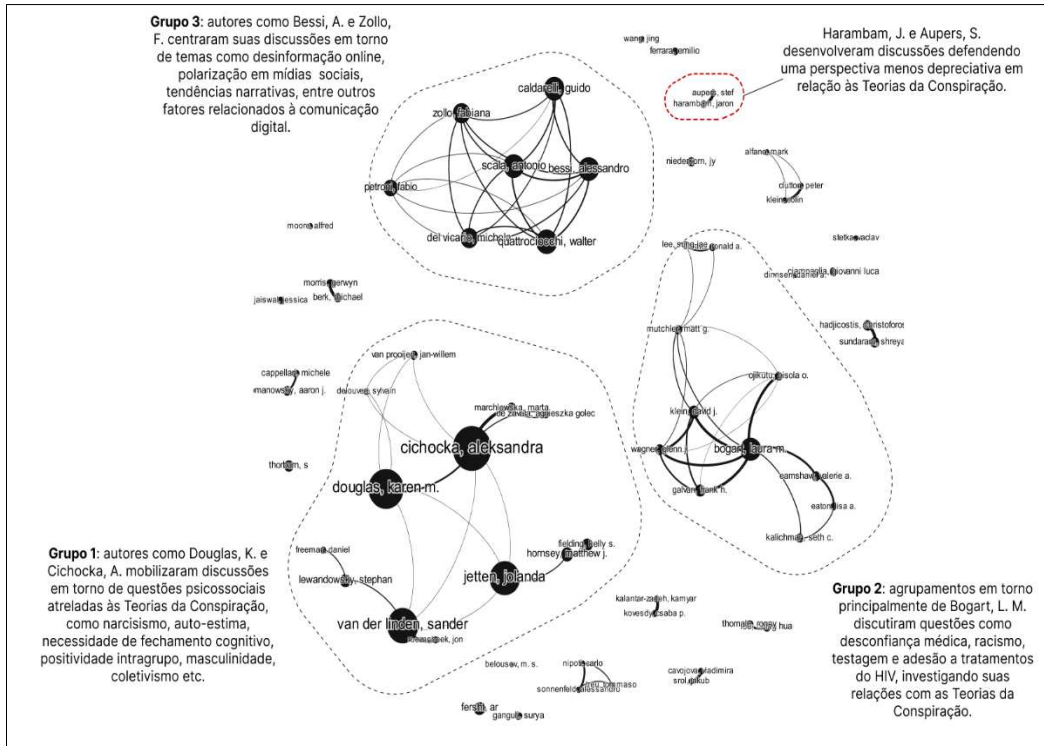
Esses procedimentos analíticos contribuíram para explorar, em um primeiro momento, os espaços entre as alegações e os debates sobre as teorias da conspiração, mapeando indicadores do que foi discutido nos artigos com base na coocorrência das palavras-chave dos autores (Figura 1). Também examinamos quem foram os responsáveis por mobilizar tais agências em função de suas relações de coautoria (Figura 2). Importante ressaltar que os procedimentos analíticos desta seção se deram tanto em relação ao exposto nas imagens quanto aos procedimentos utilizados para produzi-las, como o estudo dos textos dos artigos, a identificação dos autores envolvidos e o mapeamento de suas relações de coautoria. O mapeamento de outros atores, como as instituições de pesquisa e as fontes de financiamento se deram em outro momento deste texto.

Figura 1: Grafo referente à coocorrência de palavras-chave com mais de 3 ocorrências no *corpus*.



Fonte: Produzido com o Gephi. Análise feita com o Vosviewer a partir de dados da *Web of Science*.

Figura 2: Grafo das relações de coautoria entre os autores com mais de 3 aparições.



Fonte: Produzido com o Gephi. Análise feita como Vosviewer a partir de dados da *Web of Science*.

Na Figura 1, demonstramos o resultado do mapeamento de coocorrências de palavras-chave, sendo essas admitidas como indicadores representativos da informação presente em um artigo (BORBA; VAN DER LAAN; CHINI, 2012). A análise visual desse grafo nos levou a verificar uma convergência de interesses distintos em torno da expressão “teorias da conspiração”. Isso ficou expresso pela emergência de um agrupamento central reunindo palavras-chave de diferentes matizes (*Cluster 1*). Estiveram presentes nesse encontro palavras-chave como: *race/ethnicity*, *african american*, *disparities*, fazendo referência a questões étnico-raciais; *anxiety*, *collective narcissism* e *vaccination*, mencionando questões psicossociais; e *fake news*, *misinformation* e *health communication*, sobre questões de desinformação digital. Essa ponderação foi reforçada quando constatamos a ocorrência de usos indiretos da expressão “teorias da conspiração”, nos quais a emergência de *clusters* reunindo palavras-chave como *galaxies*, *methods numerical*, *iron* e *dopamine* revelou usos do termo “conspiração” de maneira não conectada ao fenômeno do conspiracionismo. Um exemplo disso pode ser encontrado no artigo de Lane e Gross (2000): “*The autoinhibitory control element and calmodulin conspire to provide physiological modulation of endothelial and neuronal nitric oxide synthase activity*”, em que o vocábulo “conspirar” foi mencionado como sinônimo de “atuar” ou “agir”.

Uma análise como essa se torna útil para organizar as declarações que nos permitem explorar o que esteve em jogo nas discussões. Isso porque “a primeira impressão é geralmente a de uma nebulosa caótica de declarações concorrentes” (VENTURINI, 2010, p. 08, nossa tradução). Nesse caso, a diferenciação dos *clusters* nos permitiu identificar os distintos assuntos de interesse emergentes, bem como evidenciar possíveis associações a princípio improváveis. Essa circunstância ocorreu em ligações entre palavras-chave do *cluster* 1, reunindo vocábulos diretamente associados ao conceito de teorias da conspiração (como “*conspiracy beliefs*”), com palavras-chave indiretamente mencionadas (como “*dopamine*”).

Para aprofundar nas motivações prováveis de conexões como essas, apresentamos, na Figura 2, o resultado da análise de coautoria referente aos pesquisadores responsáveis pelas publicações sobre teorias da conspiração. Esse procedimento nos levou a identificar três agrupamentos de autores, a partir dos quais procuramos analisar os artigos compartilhados nesses *clusters*. Fizemos isso, inicialmente, com base em uma técnica de *scanning*, considerando os vocábulos utilizados na sintaxe de busca como palavras-chave (MAXWELL, 1972). Em seguida, aprofundamos na leitura de 30 artigos nos quais os autores desses três agrupamentos compartilharam autoria. Também analisamos os artigos de autores à parte desse agrupamento central.

Esse encaminhamento nos permitiu corroborar as três abordagens evidenciadas no estudo das palavras-chave (psicossocial, cultural e comunicacional). Destacamos algumas considerações dos autores que nos permitiram descrever essas menções.

Três conceitos de teorias da conspiração: psicossocial, cultural e comunicacional

Após a análise dos artigos, identificamos três usos do conceito de teorias da conspiração: primeiro, enquanto um conceito associado a questões psicossociais (Grupo 1); segundo, como concepção atrelada a fatores culturais (Grupo 2); e terceiro, enquanto expressão associada à desinformação em espaços digitais (Grupo 3).

A tendência de associar teorias da conspiração a questões psicossociais se mostrou central sobretudo nas discussões dos autores englobados no Grupo 1 (Figura 2). Estiveram presentes nesse agrupamento pesquisadores como Douglas, K., Cichocka, A., Van Prooijen, J., Van der Linden, S., Marchlewska, M., Jeten, J. etc. Nesse quesito, a concepção de teorias da conspiração foi mobilizada enquanto um conjunto de crenças, convicções, mensagens, ou até mesmo uma mentalidade, que alega a existência de sociedades, grupos ou atores agindo juntos e secretamente para prejudicar ou destruir pessoas, grupos ou instituições específicas.

A nível de exemplo, Cichocka et al. (2016) descreveram que “uma das características definidoras de uma conspiração é a crença em ações secretas e malévolas de múltiplos atores” (p. 01), na qual se parte da presunção de um grupo externo planejando uma trama para prejudicar um grupo interno. Isso fica explícito em casos como as teorias da conspiração de gênero, que, segundo Marchlewska et al. (2019), seriam “convicções de que os estudos de gênero e os ativistas pela igualdade de gênero representam uma ideologia secretamente projetada para prejudicar os valores tradicionais e os arranjos sociais” (p. 01, nossa tradução). Outra definição similar foi sugerida por Adam-Troian et al. (2021), sendo as teorias da conspiração definidas como “crenças de que eventos significativos são o resultado de ações malévolas de grupos poderosos que ‘puxam os cordões’ nos bastidores” (p. 04, nossa tradução). Esse argumento se repetiu de diferentes maneiras nesse estrato, reproduzindo uma tendência de associar as teorias conspiratórias a explicações problemáticas, simplórias ou errôneas. Por exemplo, Marchlewska et al. (2018) sugeriram que, ao explicarem “como as organizações secretas secretamente influenciam ou causam grandes eventos mundiais, as teorias da conspiração fornecem respostas simples e estruturadas para perguntas difíceis” (p. 03, nossa tradução).

Nesse seguimento, esse tipo de menção às teorias da conspiração compartilhou uma tendência de qualificá-las enquanto consequências de disfunções ou desarranjos psicossociais. Cichocka, Marchlewska e Zavala (2016) propuseram que “as teorias da conspiração devem ser atraentes para indivíduos com sentimentos exagerados de amor-próprio, como os narcisistas, devido às suas tendências paranoicas” (p. 157, nossa tradução). Mais amplamente, Douglas et al., (2017) sugeriram a possibilidade de pessoas serem atraídas por tais narrativas quando elas satisfazem motivações psicossociais classificadas como “epistêmicas (por exemplo, o desejo de compreensão, precisão e certeza subjetiva), existenciais (por exemplo, o desejo de controle e segurança) e sociais (por exemplo, o desejo de manter uma imagem positiva de si mesmo ou do grupo) (p. 538). Sobre as narrativas conspiratórias emergentes com a pandemia do COVID-19, Van Bavel et al., (2020) sugeriram que “as pessoas são mais atraídas por teorias da conspiração quando importantes necessidades psicológicas são frustradas” (p. 464, nossa tradução).

Outro tipo de menção às teorias da conspiração se deu em relação a questões étnico-raciais, como a adesão a tratamentos utilizando antirretrovirais contra o HIV e temáticas de gênero atreladas à população negra nos Estados Unidos da América. Os argumentos mobilizados centraram-se fundamentalmente em autores do Grupo 2 (Figura 2), como Bogart, L. M., Klein, D. J., Wagner, E. J., Galvan, F. H., Ojikutu, B. O., Earnshaw, V. A., Mutchelen, M. G. etc.

Nesse estrato, o conceito de teorias da conspiração foi mobilizado enquanto uma espécie particular de desconfiança médica. Isso foi mencionado de maneira preambular por Bogart et al. (2010): “Examinamos se uma forma específica de desconfiança médica – crenças de conspiração sobre o HIV (por exemplo, HIV é genocídio contra afro-americanos) – estava associada à não adesão ao tratamento antirretroviral entre homens afro-americanos com HIV” (p. 648, nossa tradução). Esse argumento foi levado à frente por Bogart et al. (2011), transformando a hipótese do artigo anterior em uma assunção: “as crenças de conspiração do HIV (por exemplo, 'O governo criou o HIV como uma forma de genocídio contra os afro-americanos'), uma forma de desconfiança médica, são predominantes entre os afro-americanos” (p. 1180, nossa tradução). Ampliando tal estrato, Bogart et al. (2016) investigaram essa questão em mídias digitais, sugerindo que “a desconfiança, na forma de crenças de conspiração sobre o HIV, é ativamente discutida nas redes sociais de afro-americanos vivendo com HIV”, podendo influenciar negativamente comportamentos e hábitos de saúde (pág. 07, nossa tradução).

Já a associação das teorias da conspiração a questões de desinformação ocorreu por parte de autores englobados no Grupo 3 (Figura 2), como Bessi, A., Scala, A. Zollo, F., Caldarelli, G., Del Vicario, M. etc.

Nesse estrato, as teorias da conspiração foram delineadas enquanto narrativas, teses, crenças e outros formatos atrelados a conteúdo falso, reducionista ou mesmo dúbio. Isso ficou assinalado em argumentos como os de Bessi et al. (2015b): “As teorias da conspiração são consideradas como pertencentes a falsas crenças que negligenciam as consequências não intencionais generalizadas da ação política e social” (p. 10, nossa tradução). De maneira similar, Bessi et al. (2015a) defenderam que elas “tendem a reduzir a complexidade da realidade e são capazes de conter a incerteza que geram” (s. p.), criando ações potencialmente descompromissadas diante de práticas dominantes e recomendadas pela Ciência. No entanto, reconheceram a possibilidade de nem toda narrativa de complô ser falsa por definição. No caso de Zollo et al. (2017), além de citarem sobre teorias da conspiração simplificarem as relações de causalidade, arguíram que “o conteúdo do tipo conspiração é difícil de verificar porque é inerentemente baseado em informações suspeitas e é derivado de alegações e crença em segredos do público” (p. 02).

Essa caracterização das teorias da conspiração como uma explicação simplista veio associada de uma clivagem frontal em relação à Ciência. Exemplificando: na pesquisa de Bessi et al. (2016b) sobre polarização em mídias sociais, esses autores alegaram que notícias científicas “têm indicadores para os artigos científicos relacionados, bem como referências a autores, universidades, instituições e organizações reconhecidas. Por outro lado, notícias de

conspiração difundem informações que são ‘negligenciadas’ pela grande mídia” (p. 2048, nossa tradução). De forma mais explícita, Bessi et al. (2016a) propuseram que “as páginas científicas compartilham a missão principal de difundir o conhecimento científico e o pensamento racional, enquanto as alternativas recorrem a boatos infundados” (p.02, nossa tradução). No caso de Del Vicário et al. (2016), a separação se deu no âmbito da informação, ponderando que teorias conspiratórias “simplificam a causalidade, reduzem a complexidade da realidade e são formuladas de forma a tolerar um certo nível de incerteza” (p. 554, nossa tradução), enquanto a informação científica divulga e exhibe os avanços do processo científico.

Além dos argumentos mobilizados nos Grupos 1, 2 e 3, outros pesquisadores se mostraram menos conectados a aliados corroborando seus argumentos. Um exemplo mais abrangente decorreu dos argumentos que apenas reproduziram as considerações em torno dos conceitos psicossociais, culturais e comunicacionais. Čavojová, Šrol e Jurkovič (2019), por exemplo, associaram teorias da conspiração a outras narrativas nomeadas de ‘explicações alternativas’, como crenças pseudocientíficas e paranormais. A clivagem em relação à racionalidade científica foi uma característica de suas discussões, concluindo que o raciocínio científico “ajudou a proteger as pessoas contra crenças paranormais, pseudocientíficas e conspiratórias e também contribuiu para um raciocínio sólido” (p. 08, nossa tradução). De maneira similar, Alfano e tal. (2020) diferenciaram teorias da conspiração brandas de outras mais severas, podendo essas últimas ser caracterizadas pelo compartilhamento da “noção de que os conspiradores estão distorcendo sistematicamente as evidências” (p. 841, nossa tradução). Esses últimos autores também alertaram para o papel desempenhado por mídias digitais, como o *YouTube*, na recomendação de conteúdo conspiratório por intermédio de seus sistemas algorítmicos.

Outro tipo de argumento pouco suportado pelos pares foram os não comprometidos com uma abordagem depreciativa das teorias da conspiração. No caso mais marcante, Harambam e Aupers (2015; 2017) defenderam uma interpretação sociológica pluralista para compreender sua emergência cultural. Eles arguíram sobre a persistente desqualificação das teorias da conspiração fazer parte de um trabalho de fronteira impulsionado pelo *mainstream* acadêmico no intuito de diferenciar alegações consideradas legítimas (e por isso isentas de juízos de valor) daquelas admitidas enquanto crenças irracionais ou supersticiosas. Indo além, hipotetizaram sobre o conspiracionismo se tratar de um fenômeno cultural que não está à parte das discussões científicas, “mas bem no meio de sua batalha mais feroz: as guerras da ciência” (HARAMBAM; AUPERS, 2015, p. 12, nossa tradução). Nesse âmbito, os chamados “teóricos da conspiração” teriam um posicionamento particular nessas disputas, uma vez que são costumeiramente

ridicularizados pelos epistemólogos das Ciências, mas também renegados ou criticados por autores heterodoxos, como Bruno Latour (HARAMBAM; AUPERS, 2015).

Para sustentar essa perspectiva chamada por eles de sociológica cultural, Harambam e Aupers (2017) defenderam uma perspectiva engajada em investigar as motivações que poderiam levar pessoas ao se associarem a narrativas e grupos conspiratórios, ao invés de (des)qualificá-los de imediato enquanto irracionais ou psicologicamente doentios. Desse aspecto, argumentaram sobre o conspiracionismo se tratar de “uma rede fluida de diferentes grupos de pessoas, identificando-se com visões de mundo, crenças, valores e práticas distintamente diferentes” (p. 125, nossa tradução), ao invés de constituir um sistema monolítico homogêneo edificado em torno de argumentos de complô. Contudo, os próprios autores admitiram uma demanda de pesquisas sendo guiadas por tal abordagem sociológica, tendo sido seu estudo um primeiro contributo nesse nível.

As análises das inscrições nos artigos foram relevantes para explorar as bases das produções dos autores. Por exemplo, verificamos que os pesquisadores tenderam a convergir suas ações em torno de questões psicossociais, culturais e comunicacionais das teorias da conspiração (Figuras 1 e 2). Além disso, verificamos que sua interpretação avaliativa, ou seja, aquela na qual o conceito é inerentemente depreciativo, reuniu mais autores e aliados do que as abordagens menos estigmatizantes. Isso pode indicar um processo de estabilização dessa forma avaliativa, no qual esse entendimento negativo foi produzido no curso de práticas acadêmicas.

Para nos aprofundarmos nessa questão, analisamos, no tópico seguinte, os deslocamentos das publicações em termos de como os autores procuraram suporte nos pares, onde eles estavam lotados no momento das publicações, e ainda, quando seus artigos foram publicados. Pensamos que essa ampliação tornou possível acompanhar mais amplamente aquilo que Latour (2001) nominou de circulação das referências, ou seja, os processos por meio dos quais os pesquisadores atuam no sentido de transportar certos traços característicos de um fenômeno investigado (um padrão, uma forma, uma distribuição), preservando alguns deles de tal modo que essa invariância possa ser nominada de realidade.

MAPAS DOS DESLOCAMENTOS (COMO, ONDE E QUANDO)

Para analisar os deslocamentos das publicações sobre teorias da conspiração, nos baseamos nas relações de citação dos autores, em suas posições institucionais e na distribuição temporal dos artigos. Essa ampliação analítica se torna fundamental no Mapeamento de Controvérsias porque os atores e suas alegações nunca estão isolados, dependendo de uma série de alianças

com outros componentes sociotécnicos corresponsáveis por tornar factíveis seus próprios desacordos. Enquadram-se nesse âmbito fatores como o suporte dos pares, instituições de pesquisa, fontes de financiamento, instrumentos técnicos, compartilhamento de métodos etc. Além do mais, os posicionamentos dos atores não são imutáveis, podendo variar conforme demandas sociais, motivações políticas, mudanças de entendimento em sua área, tornando ainda mais importante acompanhar o curso de suas ações ao longo do tempo (VENTURINI; MUNK, 2021).

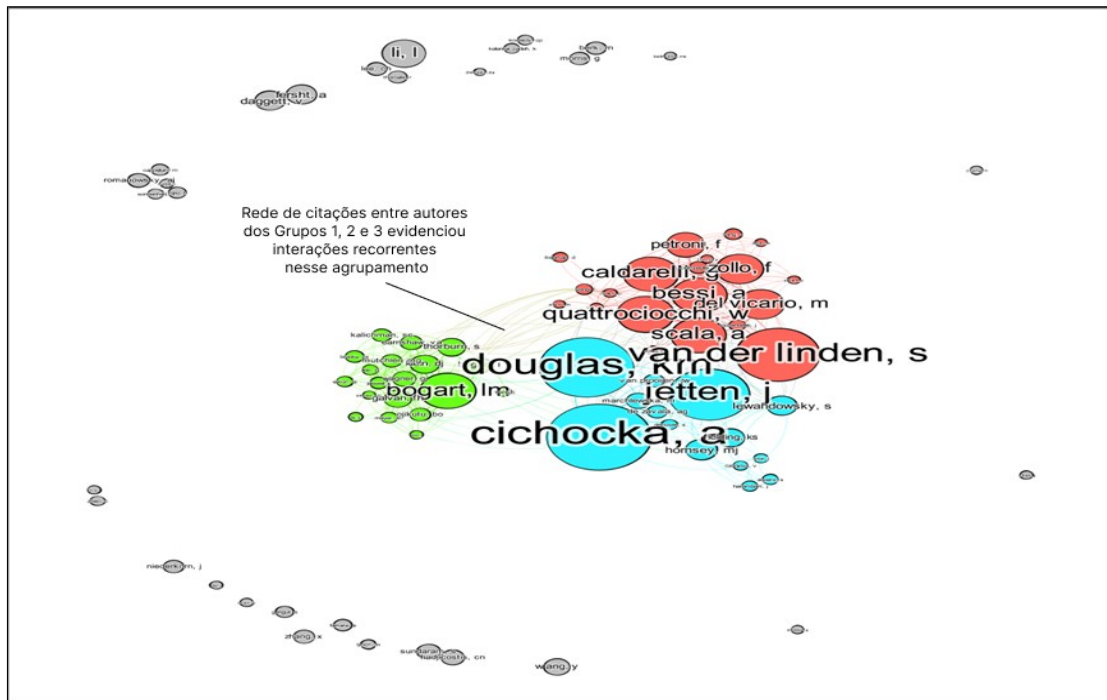
Para demonstrar esses movimentos, subdividimos esta seção em três subtópicos. Primeiro, mostramos como os autores citaram os pares no sentido de produzir suas discussões sobre teorias da conspiração. Segundo, demonstramos o enredamento institucional dos autores com base nas posições geográficas da instituição na qual estavam lotados no momento das publicações e a distribuição das fontes de financiamento que buscaram para dar seguimento às pesquisas. Terceiro, apresentamos uma linha do tempo contendo para demonstrar a progressão das publicações ao longo do tempo.

Como os autores citaram uns aos outros

Análises de citação são técnicas cientométricas bastante utilizadas como parâmetros analíticos da atividade científica e foram exploradas pelos autores preambulares da Teoria Ator-Rede – como Bruno Latour, Michel Callon e John Law – no intuito de produzir ou reutilizar certas ferramentas para seguir controvérsias sociocientíficas. Indo além de apenas mensurar dados quantitativos sobre pesquisadores ou textos, uma análise cientométrica ator-rede pode, por exemplo, se firmar em estudos textuais de procedimentos de inscrição científica para compreender como um grupo de pesquisadores realizou certos procedimentos em seus laboratórios, ou ainda acompanhar a distribuição desses textos em uma comunidade especializada por intermédio de ferramentas e métodos digitais (VENTURINI; MUNK, 2021).

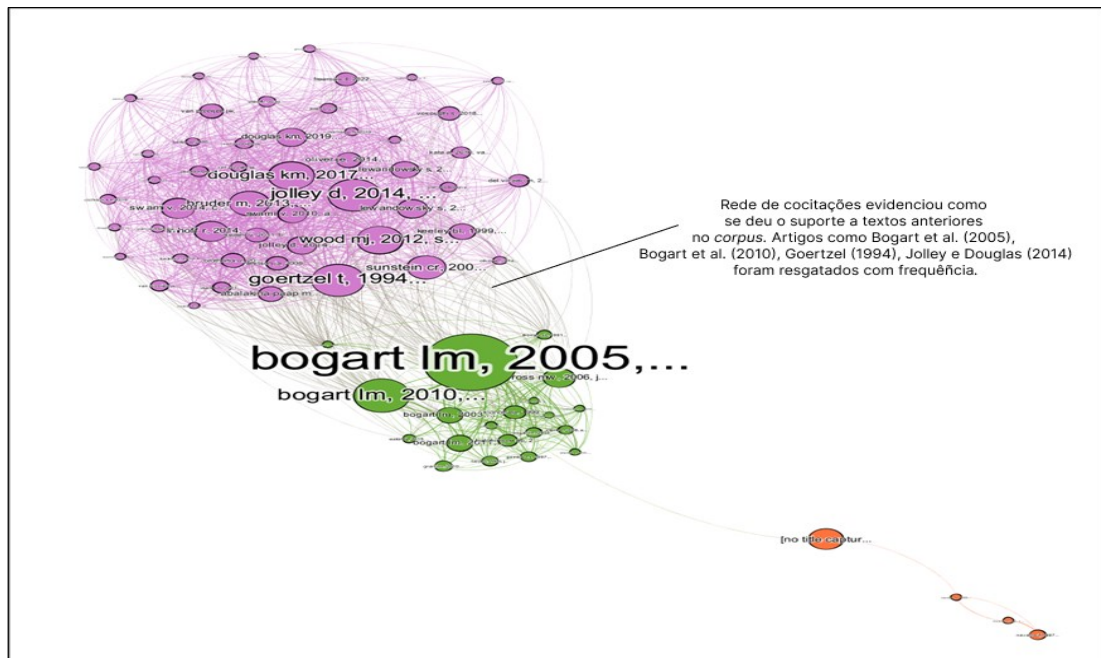
Nesta subseção, essas técnicas foram empregadas para analisar como os autores buscaram suporte argumentativo ao construírem suas discussões sobre teorias da conspiração, sobretudo em função de dois critérios: as citações entre os autores reunidos no *corpus* e as menções a textos anteriores (cocitações). Os resultados desses procedimentos foram apresentados nos grafos das Figuras 3 e 4.

Figura 3: Grafo de citações considerando os autores com mais de 3 menções.



Fonte: Produzido com o Gephi. Análise feita como Vosviewer a partir de dados da Web of Science.

Figura 4: Grafo de cocitações considerando os referenciais com mais de 10 cocitações no corpus.



Fonte: Produzido com o Gephi. Análise feita com o Vosviewer a partir de dados da Web of Science

Uma análise visual do grafo das citações (Figura 3) nos levou a identificar uma rede de menções entre autores dos agrupamentos identificados na análise de coautoria (Figura 2), nos quais os conceitos psicossocial, cultural e comunicacional das teorias da conspiração foram

produzidos. Exemplos dessa circunstância ocorreram quando Ojikutu et al. (2020) (Grupo 2) se firmaram em considerações de Douglas, Sutton e Cichocka (2017) (Grupo 1) para descrever que teorias da conspiração não são necessariamente falsas e seu apelo para explicações causais contribuiria para a consistência interna de argumentos reativos diante de situações injustas. Também se reproduziu quando artigos como Van Bavel et al. (2020), envolvendo autores do Grupo 1, resgataram discussões presentes em Zollo et al (2020) (Grupo 3) sobre os desafios de combater teorias da conspiração em ambientes digitais pelo fato de as pessoas consumirem informação dentro de bolhas fechadas, chamadas de “câmaras de eco”. Considerando uma perspectiva ator-rede, na qual “as alianças e oposições determinam a posição e a identidade dos atores” (VENTURINI, 2015, p. 08, nossa tradução), esse resultado ganhou relevância por demonstrar que o conceito de teorias da conspiração operou como matéria de interesse de pesquisas multidisciplinares, que compartilharam de sua expressão conceitual para formalizar seus modos distintos de investigá-lo.

Na esteira dessa questão, notamos que as diferenciações conceituais se deram em nível mais específico. Por exemplo, Bogart et al. (2010) discorreram sobre estudos anteriores terem indicado “que as crenças de conspiração são unidimensionais” (p. 652, nossa tradução), enquanto sua pesquisa sobre afro-americanos com HIV mostrou duas dimensões específicas nas quais estariam relacionadas “genocídio e tratamento antirretroviral). Ainda assim, trabalhos como Bogart et al. (2011) acompanharam trabalhos anteriores evidenciando “uma relação longitudinal entre as crenças de conspiração para o HIV e a não adesão ao tratamento antirretroviral” (p. 1185, nossa tradução). Em outro caso, Bessi et al. (2016a) e Bessi et al. (2017) colocaram em xeque as teses sobre a centralidade dos algorítmicos para a disseminação de teorias da conspiração em bolhas de conteúdo em mídias sociais, pontuando que “conteúdos, mais do que os algoritmos, levam à agregação de usuários em diferentes câmaras de eco” (BESSI et al., 2017, p. 02, nossa tradução).

Na divergência mais marcante encontrada no *corpus*, Harambam e Aupers (2015; 2017; 2019) apareceram englobados no Grupo 1 (Figura 3), sobretudo pelas citações criticando certos estudos psicossociais, pautados em metodologias quantitativas, que buscam revelar traços de personalidade e características demográficas do suporte às teorias da conspiração (WOOD; DOUGLAS, 2013; OLIVER; WOOD, 2014). Nesse seguimento, argumentaram sobre essas abordagens construir categorias próprias nas quais os chamados ‘teóricos da conspiração’ deveriam se encaixar, desconsiderando possíveis alegações desses últimos que poderiam contribuir para o entendimento de suas bases argumentativas. Contudo, esses autores não receberam menções de outros pesquisadores nesse estrato, demonstrando ainda uma posição

minoritária de sua abordagem sociocultural no contexto das pesquisas sobre teorias da conspiração. Isso foi expresso, inclusive, pelos próprios autores, quando concluíram sobre seu estudo exploratório sobre a circulação social e cultural dessas teorizações ter sido, à época, um primeiro contributo a partir de um trabalho etnográfico (HARAMBAM; AUPERS, 2017).

No âmbito da menção a textos anteriores, uma análise visual do grafo das citações (Figura 4) assinalou que diversos artigos resgataram referenciais clássicos da pesquisa sobre teorias da conspiração, como Goertzel (1994), Wood, Douglas e Sutton (2012) e Jolley e Douglas (2014) etc. Um exemplo desse tipo de menção ocorreu em relação ao argumento das teorias da conspiração enquanto sistemas monológicos de crenças, instituído por Goertzel (1994) como uma evidência de que essas teorizações oferecem “uma explicação fácil e automática para qualquer novo fenômeno que possa ameaçar o sistema de crenças” (p. 740, nossa tradução). Essa proposição foi recuperada e ampliada posteriormente por estudos como o de Wood, Douglas e Sutton (2012), arguindo sobre o sistema monológico conspiracionista ser “impulsionado não por teorias da conspiração que se apoiam diretamente umas nas outras, mas pela coerência de cada teoria com crenças de ordem superior que apoiam a ideia de conspiração em geral” (p. 771, nossa tradução). Indo além de mera retificação, a tese do sistema monológico chegou a ser desafiada nas discussões de Cichocka et al. (2016), sugerindo sobre teorias da conspiração serem “previstas exclusivamente por uma construção psicológica específica (neste caso, narcisismo coletivo)” (p. 16-17, nossa tradução). Esse choque, contudo, não impediu sua progressão, operando mais como uma diferenciação dos argumentos apresentados do que como impeditivo epistêmico.

Esse resgate também ocorreu em outros grupos. Bogart e Thorburn (2005) produziram uma escala para medir o suporte de pessoas a certas alegações consideradas conspiratórias. As respostas eram avaliadas entre 1-5, variando entre forte discordância e forte concordância. Dentre os temas indagados, as alegações mencionavam sobre o HIV e a AIDS terem sido produzidos em laboratório ou espalhados pela CIA ou pelo governo; sobre a suposta existência de uma cura para a AIDS que é negada aos pobres; sobre a AIDS se tratar de uma forma de genocídio ou mecanismo de controle contra população negra; sobre o tratamento contra o HIV ser uma forma de transformar pessoas em cobaias do governo; sobre a toxicidade dos medicamentos antirretrovirais etc. Essa escala foi replicada ou readaptada por trabalhos como Bogart et al. (2010), Bogart et al. (2011), Bogart et al. (2016), Mutchler et al. (2019) etc., dando seguimento à metodologia proposta pelos primeiros autores ao longo de outras investigações.

Um outro exemplar nesse nível transcorreu em torno do conceito de “câmaras de eco” apresentado por Bessi et al. (2015a). Nesse estudo, os autores discutiram sobre usuários de

redes sociais interessados em notícias de conspiração se mostrarem mais engajados em impulsionar conteúdo oriundo de sua comunidade interna, enquanto os usuários associados a notícias científicas seriam mais comprometidos em comentar e rechaçar conteúdo conspiratório. Essa tese foi retomada por estudos como o de Bessi et al. (2015b), nomeando de “eco-câmaras sociais” – ou simplesmente câmaras de eco – as comunidades internas por meio das quais usuários tendem a se agregar em torno de informações que lhes sejam favoráveis. A partir disso, assinalaram uma possível relação entre teorias da conspiração e necessidade de fechamento cognitivo, definida como uma “atitude dos conspiradores de evitar o escrutínio profundo das evidências de um determinado fato” (p. 03, nossa tradução). A noção de fechamento cognitivo tem, inclusive, fundações no conceito psicossocial das teorias da conspiração, remetendo a trabalhos como o de Marchlewska, Cichocka e Kossowska. (2018) sobre pessoas com alto grau de fechamento cognitivo se aproveitarem de suspeitas de conspiração para explicar a ocorrência de eventos incertos.

De maneira geral, os resultados presentes nesta seção indicaram que as citações sobre teorias da conspiração transbordaram as fronteiras – artificialmente mantidas – das áreas de pesquisa. Nesse seguimento, ao invés de os autores se manterem ativos em torno de uma grande controvérsia, suas discussões se desdobraram em questões mais específicas – chamadas por Marres (2017) de *issues* – como a compreensão das teorias da conspiração enquanto um tipo de desconfiança médica ou a atuação dos algoritmos e do conteúdo de debates em mídias sociais para proliferação de dinâmicas negacionistas. Essa divisão funcionou como uma forma de os autores lidarem com a amplitude dos fatores associados à formação e à proliferação das teorias da conspiração. A nível de exemplo, quando Bogart et al. (2010) propuseram um estudo sobre as relações entre teorias da conspiração e a desconfiança médica entre pessoas negras nos Estados Unidos, eles partiram de dados empíricos documentados sobre esse tema, reunindo evidências sobre insatisfação dessa classe em relação ao sistema de saúde estadunidense, que operou historicamente naquele país como mecanismo de segregação, racismo e injustiças sociais. Similarmente, quando Bessi et al. (2015a) investigaram a proliferação de narrativas conspiratórias no âmbito italiano do *Facebook*, eles foram motivados pela viralidade de certos conteúdos que, naquele período, já mostravam presença marcante em espaços digitais, como as narrativas de que vacinas causam autismo.

Sendo assim, como uma questão ou *issue* pode sempre implicar em outra (VENTURINI; MUNK, 2021), essa divisão analítica em questões menores serviu para os autores explorarem diferentes aspectos da realidade das teorias da conspiração enquanto mantinham uma convergência em torno desse conceito. Isso se mostrou verdadeiro inclusive para aqueles

autores nos quais as divergências foram mais frontais, como Harambam e Aupers (2015; 2017; 2019), que defenderam uma abordagem menos combativa e mais interessada nas condições de produção do conspiracionismo, mas preservaram certas práticas depreciativas, como denominar aqueles engajados em narrativas conspiratórias de teóricos da conspiração: “Teóricos da conspiração não são indivíduos solitários, mas na sua busca pela ‘verdade lá fora’ literalmente se relacionam com os outros” (HARAMBAM; AUPERS, 2017, p. 04, nossa tradução). Em suma, ainda que os interesses ou visões de mundo dos pesquisadores fossem ontologicamente divergentes, a convergência em torno do conceito de teorias da conspiração serviu como ponto de apoio para mobilizarem suas produções.

Nesse cenário de multiplicidade, o compartilhamento de métodos, instrumentos e concepções entre autores de grupos específicos foi uma componente relevante desses diferentes processos de instauração conceitual. Goreis e Voracek (2019) já haviam evidenciado situação similar em sua meta-análise sobre o tema, destacando “treze questionários usados para operacionalizar e medir crenças de conspiração” (p. 09, nossa tradução) sendo reproduzidos em diferentes pesquisas. Isso reforça que os instrumentos de pesquisa não são elementos neutros, podendo ser compartilhados, adaptados ou renovados de maneira a dar corpo a investigações e análises posteriores. Podem, inclusive, modificar compreensões sobre determinado tema ou mesmo abrir caminhos alternativos em relação à investigação de um fenômeno, se enquadrando na própria concepção de agente proposta por Bruno Latour (2012): “*qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator” (p. 108, grifos do autor). No âmbito das teorias da conspiração, esses instrumentos foram construídos e serviram como subsídio para os autores explorarem os desdobramentos deletérios desse fenômeno – como na utilização da escala proposta por Bogart e Thorburn (2005) para mensurar a crença em narrativas conspiratórias – contribuindo para a manutenção de sua interpretação depreciativa.

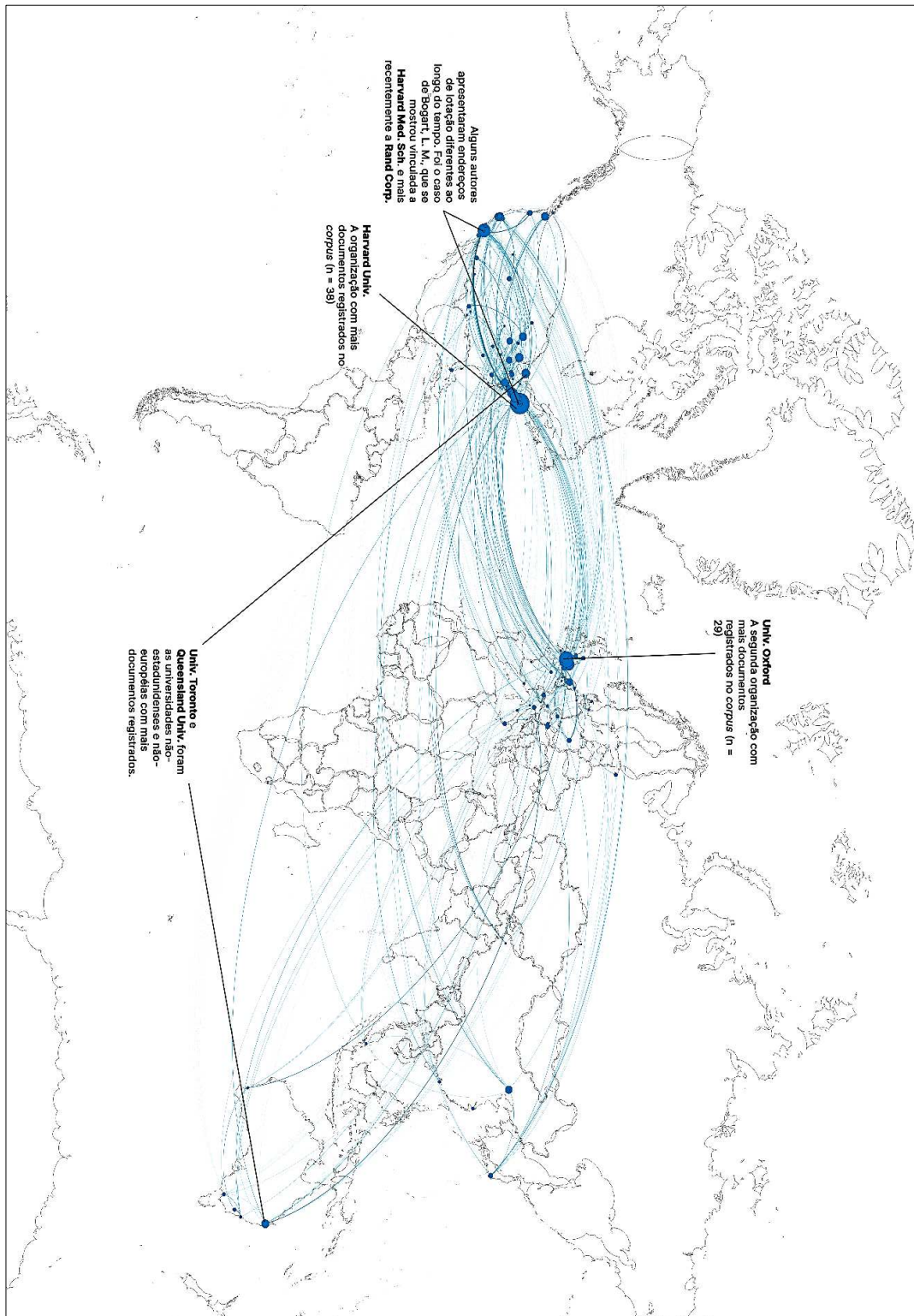
Em última análise, esses casos demonstraram como os atores podem ser compostos por redes e, ao mesmo tempo, serem seus componentes formativos (VENTURINI, 2010). Uma pesquisadora como Bogart, L. M., por exemplo, se mostrou um ponto na rede de citações (Figura 3), mas também se enredou com diversos outros pesquisadores para produzir artigos em colaboração (BOGART et al., 2005; 2010). Foi, inclusive, buscada por pesquisadores de outros *clusters* na arregimentação de distintas conexões. Dessa forma, compreendemos melhor o conceito de ator-rede, descrito por Latour (2012), pois tais entidades formativas são relacionais e potencialmente conectadas a outros atores e redes.

Onde os atores distribuíram suas ações

Indo além de questões práticas, analisar as distribuições locais das ações dos atores é um passo fundamental no Mapeamento de Controvérsias, já que o interesse das visualizações de rede pelas associações acaba planejando o terreno social no intento de esmiuçá-lo. Desse modo, reduzir uma análise a essa topografia pode ser arriscado na medida em que ela vela certas características cruciais de um debate sociotécnico, como as diferenças geopolíticas, econômicas ou ideológicas que fundamentam as visões de mundo dos atores. Além disso, como controvérsias podem ser subdivididas em disputas menores, se torna importante demonstrar quais fatores locais podem interferir no curso dessas contendas (VENTURINI et al., 2015; VENTURINI; MUNK, 2021).

Neste subtópico, procuramos reduzir os riscos desse reducionismo analisando as relações institucionais dos pesquisadores. Tomamos como referência os dados bibliográficos de colaboração das organizações, produzindo um mapa (Figura 5) com base nas universidades nas quais os autores estavam lotados no momento da publicação dos artigos. Ademais, mapeamos as fontes de financiamento das pesquisas (Figura 6), no intuito de explorar questões em torno das condições de produção das pesquisas sobre as teorias da conspiração disponibilizadas na base *Web of Science*.

Figura 5: Mapa da rede de colaborações entre universidades com mais de 5 documentos registrados.



Fonte: Dados da *Web of Science*

Uma análise dessa rede de colaboração institucional (Figura 5) nos possibilitou identificar uma concentração de associações entre organizações estadunidenses e europeias. Considerando o conjunto total de dados analisados ($n = 116$), 14 instituições estiveram à parte desse

enredamento geográfico. Esse cenário assinalou que as pesquisas sobre teorias da conspiração contaram com suporte institucional mais assíduo nesse entroncamento interatlântico, mobilizando a atuação de pesquisadores de áreas e universidades distintas. Importante ressaltar que a posição institucional dos autores não se tratou de um dado imutável, pois a organização da qual um(a) pesquisador(a) fazia parte se mostrou variável dependente do artigo analisado. Foi o caso de Bogart, L. M., lotada na *Rand Corporation* em Bogart e Thorburn (2005) e na escola médica da Universidade de *Harvard* em Bogart et al. (2011).

Esse deslocamento da autora se desdobrou na transferência da escala instrumental criada e validada por Bogart e Thorburn (2005), utilizada no intuito de mensurar a crença em conspirações do HIV, para outro âmbito institucional de pesquisa (Universidade de *Harvard*). Isso mostra como, mesmo que de localidades distintas, pesquisadores podem se conectar por interesses em comum (como as pesquisas de teorias da conspiração), edificando associações que ultrapassam suas individualidades, englobando questões que vão desde a procura por institucionalização até fatores geográficos mais amplos. Assim, essas alianças podem definir sua posição ou identidade acadêmica do mesmo modo como as relações instituídas serão definidas pelos atores que as formam (VENTURINI et al., 2015).

Sobre a escala apresentada por Bogart e Thorburn (2005), pode-se dizer que ela operou como um instrumento híbrido – sendo, ao mesmo tempo, instrumento e signo capaz de fazer circular certas características das teorias da conspiração por diferentes lugares. Se antes desses pesquisadores, as atitudes julgadas conspiratórias dos participantes da pesquisa provavelmente não passavam de efeitos singulares de suas subjetividades, com ela essas ações ganharam a condição de realidade da crença em teorias da conspiração do HIV. Mais do que simplesmente padrões observados, essas atitudes foram preditas por intermédio de uma dupla análise de regressão – linear e lógica – multivariada. A escala ganhou, com isso, validação dos pares, passando a ser reproduzida em outros contextos de pesquisa e fazendo deambular as características da crença em teorias da conspiração descritas por seus métodos (como a relação entre acreditar que o HIV foi criado em laboratório e a confiança em tratamentos antirretrovirais). Ela operou, dessa maneira, como instrumento capaz de manter aliados próximos mesmo que à distância, de modo que a cada translação possibilitada, alguma coisa foi ganha: uma nova informação sobre o fenômeno; um novo padrão estabelecido; uma predição ainda não prevista etc. (LATOURE, 2011). Como responsáveis preambulares dessa ferramenta, Bogart e Thorburn (2005) ganharam credibilidade científica na academia, rendendo um bocado de citações ao longo dos anos, conforme evidenciado na Figura 4.

Nesse seguimento, os diferentes aspectos da realidade das teorias da conspiração – psicossociais, culturais ou comunicacionais – se mostraram uma consequência dessa circulação de métodos, referências e conclusões por diferentes áreas, subdividindo os debates sobre o tema em questões específicas, como a relação entre conspiracionismo e desconfiança médica em um âmbito de Ciências da Saúde, ou o conceito de câmaras de eco nas discussões sobre comunicação digital. Segundo descreveram Venturini e Munk (2021), essa proliferação de questões pode decorrer de diferentes motivações, como o ceticismo de pesquisadores em relação aos resultados dos pares, as mudanças de paradigma que levam pesquisadores a buscar explicações alternativas, as disputas em torno da distribuição do crédito científico e institucional etc. No caso das pesquisas sobre teorias da conspiração, gostaríamos de pontuar sobre a institucionalidade de certos autores como fatores cruciais para essa distribuição.

Para corroborar essa consideração, citamos o caso de Douglas, K. M., pesquisadora em psicologia da Universidade de Kent (Reino Unido) e dirigente do projeto CONSPIRACY_FX², voltado a investigar efeitos das teorias da conspiração, que apareceu como um dos referenciais mais citados pelos autores do *corpus* (Figura 3). Para se consolidar como referência na pesquisa sobre o tema, essa pesquisadora arregimentou bem mais argumentos do que sua capacidade ímpar de produzir artigos. Ela precisou mobilizar coautorias com colaboradores de diversas áreas (Figura 1), publicar *Papers* em periódicos renomados que oferecessem subsídios para ela ser citada pelos pares (Figura 3), coordenar projetos específicos que a colocassem em posição institucional relevante na área etc. Algo similar ocorreu com Bogart, L. M., que centralizou diversas iniciativas de pesquisa esmiuçando as relações entre conspiracionismo e aderência a tratamentos de HIV, como o projeto: “A Randomized Controlled Trial of an Antiretroviral Treatment Adherence Intervention for HIV+ African Americans³”. Esses casos sinalizam que questões organizacionais não são meramente ocasionais no curso de uma controvérsia, pois fazem parte da trajetória de carreira de pesquisadores na busca por credibilidade acadêmica, contribuindo diretamente para atrair investimentos, posições institucionais e outros fatores que favorecem o ciclo por meio de qual uma forma de crédito científico pode ser transformada em outra (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Nessa dinâmica deambulatoria, as fontes de financiamento das pesquisas se tornam fatores fundamentais para sua continuidade, uma vez que é por meio delas que um pesquisador pode dar início e continuidade às suas pesquisas. Nesse quesito, as instituições estadunidenses e britânicas se mostraram as mais recorrentes no *corpus*, englobando desde fundações privadas

² Mais sobre o projeto, ver: <https://research.kent.ac.uk/conspiracy-fx/>

³ Mais sobre as atividades da autora, ver: https://www.rand.org/about/people/b/bogart_laura_m.html

majoritariamente estatal e concentrado em nível europeu-estadunidense, sendo a maior fatia decorrente de fontes públicas e governamentais (88,33%, considerando as fontes com mais de duas aparições no *corpus*), como a *National Science Foundation* (NSF) dos Estados Unidos da América. O investimento privado se resumiu a instituições filantrópicas estadunidenses e britânicas, como *Leverhulme Conspiracy and Democracy Project*, *Leverhulme Trust*, *Carnegie Corporation of New York* e *Royal Society of London*.

De um lado, esse resultado pode significar a reprodução de uma tendência⁴ que se repete globalmente, na qual o investimento em pesquisa e inovação está concentrado em regiões específicas do globo, como Europa, América do Norte e alguns países da Ásia. Tal consideração remete a algo que foi discutido por Latour (2011): “há uma relação direta entre as dimensões do recrutamento externo de recursos e a quantidade de trabalho que pode ser executado internamente” (p. 251) em um círculo especializado. Logo, para que um artigo seja publicado ou uma discussão arregimente interesses, não basta que seu conteúdo interno demonstre dados com confiabilidade estatística, linguagem técnica bem construída e conclusões inovadoras. Afinal, seus próprios pesquisadores responsáveis precisaram de financiamento para seguir com seu projeto, de maneira a manusear certos instrumentos, como *softwares* ou computadores, realizar pesquisas de campo, como entrevistas ou imersões, além de publicar em periódicos pagos que demandam uma bagatela considerável para serem acessados. Como o crédito para essas realizações não está igualmente distribuído, a participação de certos pesquisadores de referência se torna fundamental para o avanço das pesquisas.

No âmbito das teorias da conspiração, isso se mostrou verdadeiro sobretudo pela recorrência de certos pesquisadores sendo citados ou resgatados – como Bogart, L. M., Douglas, K. M., Cichocka, A. e Goertzel, T. – pelos pares, mostrando centralidade nos agrupamentos de interesse emergentes em torno das diferentes vertentes de pesquisa (Figura 3). Sendo assim, a formação conceitual desse conceito não deve ser considerada somente uma resultante da existência de alegações conspiratórias ocorrendo em torno de situações de estresse social, uma vez que esse conceito foi produzido internamente pelas ações de pesquisadores, projetos de pesquisa, procedimentos instrumentais e financiamento (privado e estatal) que tornaram sua própria instauração possível. Tal consideração abre margem para pensarmos o conceito de teorias da conspiração para além da dicotomia entre realismo (teorias da conspiração existem independentemente das pesquisas sobre o tema) e construtivismo (são as pesquisas sobre o tema que criaram independentemente o conceito de teorias da conspiração). Nesses termos, podemos

⁴ Esses dados podem ser verificados no Índice Global de Inovação 2022: https://www.wipo.int/pressroom/pt/articles/2022/article_0011.html

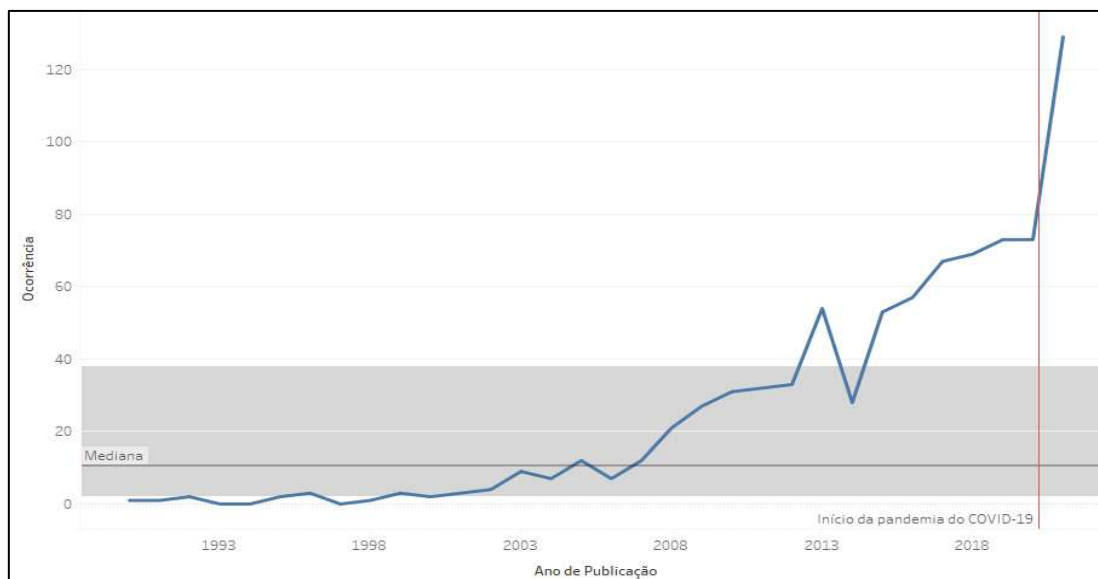
empreender essa concepção como um evento que depende tanto de uma realidade conspiratória investigada – como a desconfiança de parte da população negra com HIV nos EUA em aderir a tratamentos antirretrovirais – quanto de uma instauração sociotécnica – como a delimitação das teorias da conspiração como um tipo de desconfiança médica (BOGART et al., 2010; 2011; 2016). Por meio de uma análise da distribuição temporal das pesquisas, buscamos colocar luz sobre essa hipótese.

Quando as pesquisas e os debates ocorreram

Analisar a distribuição de uma controvérsia em termos de sua progressão temporal é fundamental para rechaçar “a crença de que, por trás de todas as ideologias e controvérsias, alguma realidade objetiva deve existir independentemente do que os atores pensam ou dizem” (VENTURINI, 2010, p. 10, nossa tradução). Esse procedimento nos oportuniza acompanhar possíveis mudanças no panorama de uma discussão, além de explorar suas motivações prováveis, como acontecimentos políticos, econômicos ou sanitários que fizeram os atores modificar seus posicionamentos.

Nesse quesito, nos baseamos nas datas de publicação dos artigos para mensurar como ocorreu sua distribuição ao longo do tempo. Para representar esse resultado, produzimos um gráfico de linha (Figura 6). Calculamos uma mediana de 10,5, indicando uma concentração de publicações anuais nessa faixa de dados. Além disso, observamos um crescimento exponencial de publicações a partir do decreto da pandemia do COVID-19, em 2020, período no qual foi ampla a recorrência a narrativas de complô sendo resgatadas para explicar as origens e os desdobramentos. A primeira publicação registrada mencionando sobre o tema foi “Conspiracy Beliefs, Rejection of Vaccination, and Support for hydroxychloroquine: A Conceptual Replication-Extension in the COVID-19 Pandemic Context” (BERTIN; NERA; DELOUVEE, 2020). Ao todo, 52 publicações do *corpus* mencionaram o vocábulo “covid” em seu título desde 2020.

Figura 7: Deslocamento de publicações sobre Teorias da Conspiração desde 1990 e a progressão de uma controvérsia emergente no período.



Fonte: Dados da *Web of Science*.

De um lado, esse crescimento recente pode ter relação com a ampliação em número e de fluxo nas publicações desde o advento da pandemia. Palayew et al. (2021) verificaram, em média, 367 artigos semanais sobre COVID-19 sendo publicados na base *Pub Med*, considerando o período de janeiro a abril de 2020 e um tempo médio de aceitação de apenas 6 dias. Em comparação, o tempo médio até a aceitação de artigos sobre o vírus ebola foi de 15 dias. Similarmente, Zoumpourlis et al. (2020) contabilizaram 22.792 artigos sobre o COVID-19 na *PubMed*, além de 5.244 pré-prints nas bases medRxiv e bioRxiv, englobando somente o período entre o início da pandemia e o dia 16 de junho de 2020. Segundo discutiram, esse foi um indicativo do estado de alerta arregimentado pela comunidade científica diante das incertezas desse evento, que gerou mobilizações atreladas a questões diversas, como: a origem do Sars-CoV-2; o desenvolvimento de vacinas; medidas de prevenção e contenção do vírus; questões sociais associadas ao contágio; rivalidades geopolíticas e econômicas globais; bem como a emergência de teorias da conspiração. Sem entrar no mérito de causalidades, a correlação entre o quantitativo de artigos publicados em um ano e a emergência de alegações sobre conspirações associadas à pandemia do COVID-19 pode ser informativa na medida em que analisamos essas produções como respostas às demandas emergentes durante a pandemia.

Sendo assim, gostaríamos de tomar esse resultado como referência para elucidar a tese sobre as teorias da conspiração como eventos. De um lado, precisamos reconhecer que o surgimento massivo de alegações conspiratórias versando sobre as supostas intenções malévolas em torno de circunstâncias como a vacinação, o uso de máscaras e as medidas de distanciamento social, reforça, em certa medida, aquelas teses associando o conspiracionismo

a situações de estresse e sentimentos de ameaça social (DOUGLAS et al., 2019; VAN PROOIJEN, 2020). Em síntese, pode-se considerar que as incertezas em torno de situações reais e impactantes levaram pessoas a se apoiar em determinadas alegações conspiratórias em um processo cíclico e de reforço mútuo: “uma vez formada, uma teoria da conspiração alimenta mais sentimentos de ameaça existencial, estimulando mais teorias da conspiração” (VAN PROOIJEN, 2020, p. 23, nossa tradução).

Contudo, essa realidade conspiratória associada a determinadas narrativas e atitudes mobilizou distintas abordagens e interesses investigativos (Figuras 1, 2 e 3). Goertzel (1994), Wood, Douglas e Sutton (2012) e Douglas, Sutton e Cichocka (2017) se engajaram em questões psicossociais, produzindo diferentes considerações a respeito do sistema monológico da crença em teorias da conspiração. Em oposição, Harambam e Aupers (2017) se mostraram céticos diante das metodologias quantitativas utilizadas para mensurar aspectos dessas crenças, defendendo uma abordagem sociocultural menos depreciativa para explicar as possíveis motivações que levam pessoas a tais crenças. Em outro âmbito, Bogart et al. (2015a; 2015b) produziram pesquisas em torno de questões culturais das teorias da conspiração, mobilizando-as como tipos de desconfiança médica. Mesmo compartilhando da expressão “teorias da conspiração”, esses autores produziram pesquisas multi e interdisciplinares, e ainda, criaram e compartilharam métodos e considerações a respeito desse fenômeno. Nesse sentido, a realidade do conspiracionismo também foi um fruto de suas produções, uma vez que suas conclusões foram tomadas como verdadeiras não apenas pelos pares, mas extrapolaram seus círculos especializados. Exemplificando: Douglas, K. M. concedeu entrevista ao European Science-Media Hub, um blog voltado à comunicação científica e direcionado a cientistas, jornalistas e formuladores de políticas públicas, no intuito de responder à seguinte questão: O que está impulsionando a crença das pessoas em teorias da conspiração? (IGNATIDOU, 2021). Algo similar ocorreu com Bogart, L. M., entrevistada pelo blog *Transforming Care* sobre os possíveis fatores que levam à desconfiança médica (HOSTETTER, KLEIN, 2022). Isso quer dizer que os significados produzidos por essas pesquisadoras transbordaram os limites da academia, sendo distribuídos culturalmente em outros âmbitos de discussão.

Desse modo, a realidade das teorias da conspiração se torna o resultado da mobilização de procedimentos sociotécnicos – entrevistas com pessoas engajadas em alegações de conspiração, inscrições de resultados e translação de interesses, predição de dados, convencimento dos pares etc – e não uma causa metafísica descolada dos procedimentos de pesquisa (LATOUR, 2001). Isso não significa defender um construtivismo radical, como se não existissem alegações de complô sendo resgatadas diariamente para dar sentido a inquietações pessoais ou coletivas, mas

nos leva a considerar uma teoria da conspiração como o resultado de um evento que confronta tanto aquelas atitudes desconfiadas – como as alegações sobre o HIV ter sido criado em laboratório no intuito de prejudicar determinadas pessoas ou grupos – quanto aquelas experimentadoras dessa desconfiança e produtoras de significados compartilhados culturalmente – como as produções de Bogart, L. M. e outros pesquisadores sobre as teorias da conspiração enquanto um tipo de desconfiança médica.

Conforme delineou Whitehead (1994), um evento é um campo binário, sendo que dois eventos podem se juntar “quando existe um terceiro evento do qual ambos fazem parte e que é tal que nenhuma de suas partes está separada dos dois eventos dados” (p. 93). Desse aspecto, defendemos que o conceito de teorias da conspiração possa ser compreendido como esse terceiro evento que conjunta experiências desconfiantes (desconfiar que existe um complô encabeçado pela NASA no intuito de esconder a suposta verdade sobre o formato plano da Terra) e experiências investigativas produtoras de significados diante delas (pesquisas na academia, matérias jornalísticas, produções midiáticas, sites de busca etc.). Nesse seguimento, mesmo sendo um constructo parcial, pensamos que essa interpretação possa ser frutífera para explorar questões ulteriores às causas individuais ou sociais do conspiracionismo, ou mesmo para compreender questões em torno de sua relação com outros fenômenos contemporâneos, como as pós-verdades e as notícias falsas.

No intuito de apresentar algumas conclusões que reforcem essa consideração, gostaríamos de retomar a questão de pesquisa apresentada na introdução: “quais processos estão envolvidos na instauração conceitual das teorias da conspiração?”

CONCLUSÕES

Com base nos procedimentos visando mapear “o quê”, “quem”, “como”, “quando” e “onde” os atores distribuíram suas ações, organizamos algumas conclusões a respeito da instauração conceitual das teorias da conspiração. Em primeiro lugar (o quê e quem), verificamos três abordagens distintas atreladas a sua produção conceitual, em torno, sobretudo, de questões psicossociais, culturais e comunicacionais. Nesse seguimento, evidenciamos como essas produções foram edificadas por meio do compartilhamento de métodos, resultados e conclusões pelos pesquisadores que circularam em diferentes textos e locais (onde), extrapolando até mesmo as fronteiras – artificialmente mantidas – das áreas de pesquisa (Figura 3). Alguns autores – como Goertzel, T., Douglas, K. M. e Bogart, L. M. – se tornaram referências para as pesquisas sobre o tema, tendo publicado textos que foram retomados com

frequência pelos pares ao longo do tempo (quando) (Figura 4). Nesse sentido, concluímos que alguns fatores sociotécnicos – como a institucionalidade dos autores, dos grupos de pesquisa e a capacidade de arregimentar financiamento – foram determinantes nesse processo, contribuindo diretamente para a produção e distribuição conceitual das teorias da conspiração não apenas em âmbito específico, mas também exotérico (como em blogs de divulgação científica).

Nesse sentido, avaliamos que o conceito de teorias da conspiração funcionou como um ponto de apoio para circunscrever distintos aspectos da realidade desse fenômeno, procedimento que permitiu aos pesquisadores esmiuçá-la em diferentes níveis. Desse modo, uma teoria da conspiração, para além de uma crença, uma mentalidade ou uma produção discursiva, pode ser entendida como um evento que conjunta outros dois eventos fundamentais: as atitudes de desconfiança social diante de certas ocorrências estranhas (como suspeitar que as vacinas causam autismo) e as ações de pesquisadores, instrumentos e outros componentes sociotécnicos que as experienciaram e produziram significados culturalmente compartilhados. Isso não implica em negar a realidade das teorias da conspiração, mas em considerar, para relembrar Bruno Latour (2001), que “construção” e “realidade autônoma” são sinônimos. Logo, quanto mais circulação de práticas, instrumentos e considerações visando explorar sua realidade controversa, mais reais elas se tornarão em um nível conceitual.

A assunção desse realismo pragmático nos leva a identificar uma circunstância curiosa, pois, se nossas práticas acadêmicas têm se centrado em produzir um conceito de teorias da conspiração deveras depreciativo (NAPOLITANO; REUTER, 2021), associando-as a alegações falsas e a crenças poucos sustentadas em fatos, ou, em suma, a atitudes irrealistas, então cada vez mais realidade elas concederão a esse fenômeno. Pensamos que tal consideração pode servir para influenciar outras pesquisas interessadas nas pesquisas sobre os movimentos conspiracionistas, indo além de suas qualidades estritamente individuais, psicossociais ou culturais, assumindo as implicações práticas de sua existência conceitual. Limitações da presente pesquisa remetem à inquirição de apenas uma base de dados, bem como à característica estreitamente exploratória dos métodos empregados. Ainda assim, pensamos que as considerações aqui edificadas podem servir para produzir abordagens menos estigmatizantes em relação às teorias da conspiração, evitando aquilo que Harambam e Aupers (2017) denominaram de ilusões modernistas: encaixotar os fatos e gritar alto sobre sua veracidade diante de opositores ao invés de explorar os meios nos quais uma teoria da conspiração surge, circula e encontra legitimidade.

REFERÊNCIAS

- ADAM-TROIAN, J.; WAGNER-EGGER, P.; MOTYL, M.; et al. Investigating the Links Between Cultural Values and Belief in Conspiracy Theories: The Key Roles of Collectivism and Masculinity. **Political Psychology**, v. 42, n. 4, p. 597–618, 2021.
- ALFANO, M.; FARD, A. E.; CARTER, J. A.; KLEIN, C. Technologically scaffolded atypical cognition: the case of YouTube’s recommender system. **Synthese**, v. 199, s. n., p. 835-858, 2020.
- BERTIN, P.; NERA, K.; DELOUVÉE, S. Conspiracy Beliefs, Rejection of Vaccination, and Support for hydroxychloroquine: A Conceptual Replication-Extension in the COVID-19 Pandemic Context. **Frontiers in Psychology**, v. 11, s. n., p. 1–9, 2020.
- BESSI, A.; COLETTI, M.; DAVIDESCO, G. A.; SCALA, A.; CALDARELLI, G. QUATTOCHIOCCHI, W. Science vs conspiracy: Collective narratives in the age of misinformation. **PLoS ONE**, v. 10, n. 2, p. 1–17, 2015a.
- BESSI, A.; ZOLLO, F.; DEL VICARIO, M.; SCALA, A.; CALDARELLI, G.; QUATTOCHIOCCHI, W. Trend of narratives in the age of misinformation. **PLoS ONE**, v. 10, n. 8, p. 1–16, 2015b.
- BESSI, A.; PETRONI, F.; DEL VICARIO, M.; ZOLLO, F.; ANAGNOSTOPOULOS, A.; SCALA, A.; CALDARELLI, G.; QUATTOCHIOCCHI, W. Homophily and polarization in the age of misinformation. **European Physical Journal: Special Topics**, v. 225, n. 10, p. 2047–2059, 2016a.
- BESSI, A.; ZOLLO, F.; DEL VICARIO, M.; PULIGA, M.; SCALA, A.; CALDARELLI, G. UZZI, B.; QUATTOCHIOCCHI, W. Users polarization on Facebook and Youtube. **PLoS ONE**, v. 11, n. 8, p. 1–24, 2016b.
- BESSI, A.; ZOLLO, F.; DEL VICARIO, M.; SCALA, A.; PETRONI, F.; GONÇALVES, B.; QUATTOCHIOCCHI, W. Everyday the Same Picture: Popularity and Content Diversity. **Journal of Banking and Finance**, v. 15, n. 1, p. 109–116, 2017.
- BJERG, O.; PRESSKORN-THYGESSEN, T. Conspiracy Theory: Truth Claim or Language Game? **Theory, Culture and Society**, v. 34, n. 1, p. 137–159, 1 jan. 2017.
- BOGART, L. M.; WAGNER, G.; GALVAN, F. H.; BANKS, D. Conspiracy beliefs about HIV are related to antiretroviral treatment nonadherence among African American men with HIV. **Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes**, v. 53, n. 5, p. 648–655, 2010.
- BOGART, L. M.; GALVAN, F. H.; WAGNER, G. J.; KLEIN, D. J. Longitudinal association of HIV conspiracy beliefs with sexual risk among black males living with HIV. **AIDS and Behavior**, v. 15, n. 6, p. 1180–1186, 2011.
- BOGART, L. M.; WAGNER, G. J.; GREEN JR, H. D.; MUTCHLER, M. G.; KLEIN, D. J.; MCDAVITT, B.; LAWRENCE, S. J.; HILLIARD, C. L. Medical mistrust among social

network members may contribute to antiretroviral treatment nonadherence in African Americans living with HIV. **Social Science and Medicine**, v. 164, p. 133–140, 2016.

BOGART, L. M.; THORBURN, S. Are HIV/AIDS conspiracy beliefs a barrier to HIV prevention among African Americans? **Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes**, v. 38, n. 2, p. 213–218, 2005.

BORBA, D. S.; VAN DER LAAN, R. H.; CHINI, B. R. Palavras-chave: convergências e diferenças entre a linguagem natural e a terminologia, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.2, p.26-36, 2012.

ČAVOJOVÁ, V.; ŠROL, J.; JURKOVIČ, M. Why should we try to think like scientists? Scientific reasoning and susceptibility to epistemically suspect beliefs and cognitive biases. **Applied Cognitive Psychology**, v. 34, n. 1, p. 85–95, 2020.

CICHOCKA, A.; MARCHLEWSKA, M.; ZAVALA, A. G.; OLECHOWSKI, M. “They will not control us”: Ingroup positivity and belief in intergroup conspiracies. **British journal of psychology**, v. 107, n. 3, p. 556–576, 2016.

CICHOCKA, A.; MARCHLEWSKA, M.; DE ZAVALA, A. G. Does Self-Love or Self-Hate Predict Conspiracy Beliefs? Narcissism, Self-Esteem, and the Endorsement of Conspiracy Theories. **Social Psychological and Personality Science**, v. 7, n. 2, p. 157–166, 2016.

COADY, D. **Conspiracy theories: The philosophical debate**, 1 ed. Abingdon: Routledge, 2006.

DEL VICARIO, M.; BESSI, A.; ZOLLO, F.; PETRONI, F.; SCALA, A.; CALDARELLI, A.; STANLEY, H. E.; QUATTROCIOCCHI, W. The spreading of misinformation online. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 113, n. 3, p. 554–559, 2016.

DOUGLAS, K. M.; SUTTON, R. M.; CICHOCKA, A. The psychology of conspiracy theories. **Current Directions in Psychological Science**, v. 26, n. 6, p. 538–542, 2017.

DOUGLAS, K. M.; USCINSKI, J. E.; SUTTON, R. M.; CICHOCKA, A.; NEFES, T.; ANG, C. S.; DERAVIDI, F. Understanding Conspiracy Theories. **Advances in Political Psychology**, v. 40, n. 01, p. 03-35, 2019

GOERTZEL, T. Belief in Conspiracy Theories. **Political Psychology**, v. 15, n. 04, p. 731-742, 1994.

GOREIS, A.; VORACEK, M. A systematic review and meta-analysis of psychological research on conspiracy beliefs: Field characteristics, measurement instruments, and associations with personality traits. **Frontiers in Psychology**, v. 10, n. FEB, p. 1–13, 2019.

HARAMBAM, J. Against modernist illusions: why we need more democratic and constructivist alternatives to debunking conspiracy theories. **Journal for Cultural Research**, v. 25, n. 1, p. 104–122, 2021.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. Contesting epistemic authority: Conspiracy theories on the boundaries of science. **Public Understanding of Science**, v. 24, n. 4, p. 466–480, 2015.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. ‘I Am Not a Conspiracy Theorist’: Relational Identifications in the Dutch Conspiracy Milieu. **Cultural Sociology**, v. 11, n. 1, p. 113–129, 1 mar. 2017.

HOFSTADTER, R. **The paranoid style in American politics**. New York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2008.

HOSTETTER, M.; KLEIN, S. Understanding and Addressing Medical Mistrust: An Interview with Laura Bogart. *Transforming care*, 2022. Disponível em: <https://www.commonwealthfund.org/publications/2022/oct/understanding-addressing-medical-mistrust-interview-laura-bogart>. Acesso em 01 mai. 2023

IGNATIDOU, S. Karen Douglas interview: What is driving people’s belief in conspiracy theories? **European Science-Media Hub**, 2021. Disponível em: <https://sciencemediahub.eu/2021/02/10/karen-douglas-interview-what-is-driving-peoples-belief-in-conspiracy-theories/>. Acesso em 01 mai. 2023.

JACOMY, M.; VENTURINI, T.; HEYMANN, S.; BASTIAN, M. ForceAtlas2, a continuous graph layout algorithm for handy network visualization designed for the Gephi software. **PLoS ONE**, v. 9, n. 6, p. 1–12, 2014.

JOLLEY, D.; DOUGLAS, K. M. The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. **PLoS ONE**, v. 9, n. 2, 2014.

LATOUR, B. **A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LATOUR, B. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede-Salvador**: EDUFBA, 2012.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Vida de laboratório: a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

LAW, J. Actor network theory and material semiotics, In: TURNER, B. S. (ed) *The new Blackwell companion to social theory*, Blackwell, Londres, p. 141-158, 2009.

MARCHAL, N.; AU, H. “Coronavirus EXPLAINED”: YouTube, COVID-19, and the Socio-Technical Mediation of Expertise. **Social Media and Society**, v. 6, n. 3, p. 2–5, 2020.

MARCHLEWSKA, M.; CICHOCKA, A.; LOZOWSKI, F.; GÓRKA, P.; WINIEWSKI, M. In search of an imaginary enemy: Catholic collective narcissism and the endorsement of gender conspiracy beliefs. **Journal of Social Psychology**, v. 159, n. 6, p. 766–779, 2019.

MARCHLEWSKA, M.; CICHOCKA, A.; KOSSOWSKA, M. Addicted to answers: Need for cognitive closure and the endorsement of conspiracy beliefs. **European Journal of Social Psychology**, v. 48, n. 2, p. 109–117, 2018.

MARRES, N. **Digital sociology**. Cambridge: Polity Press, 2017

MAXWELL, M. J. Skimming and scanning improvement: The needs, assumptions and knowledge base. **Journal of Literacy Research**, v. 5, n. 1, p. 47–59, 1972.

MUTCHLER, M. G. et al. Age matters: differences in correlates of self-reported HIV antiretroviral treatment adherence between older and younger Black men who have sex with men living with HIV. **AIDS Care - Psychological and Socio-Medical Aspects of AIDS/HIV**, v. 31, n. 8, p. 965–972, 2019.

NAPOLITANO, M. G.; REUTER, K. What is a Conspiracy Theory? **Erkenntnis**, s. v., s. n., s. p., 2021.

OJIKUTU, B. O.; AMUTAH-ONUKAGHA, N.; MAHONEY, T. F.; TIBBITT, C.; DALE, S. D.; MAYER, K. H.; BOGART, L. M. HIV-Related Mistrust (or HIV Conspiracy Theories) and Willingness to Use PrEP Among Black Women in the United States. **AIDS and Behavior**, v. 24, n. 10, p. 2927–2934, 2020.

PALAYEW, A.; NORGAARD, O.; SALFREED-HAMON, K.; ANDERSEN, T. H.; RASMUSSEN, L. N.; LAZARUS, J. V. Pandemic publishing poses a new COVID-19 challenge. **Nature Human Behaviour**, v. 4, n. 7, p. 666–669, 2020.

POPPER, K. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2. Belo Horizonte: Editorai Itatiaia, 1974.

SUTTON, R. M.; DOUGLAS, K. M. Examining the monological nature of conspiracy theories. In VAN PROOIJEN, J. W.; VAN LANGE, P. A. M. (org.), **Power, politics, and paranoia**. Why people are suspicious of their leaders. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2014.

VAN BAVEL, J.J; BAICKER, K., BOGGIO, P.S. et al. Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. **Nat Hum Behav**, v. 04, s. n., p. 460–471, 2020.

VAN PROOIJEN, J. W. Belief in Conspiracy Theories. **The Social Psychology of Gullibility**, v. 15, n. 4, p. 319–332, 2019.

VAN PROOIJEN, J. W. An Existential Threat Model of Conspiracy Theories. **European Psychologist**, v. 25, n. 1, p. 16–25, 2020.

VAN PROOIJEN, J. W.; DOUGLAS, K. M. Belief in conspiracy theories: Basic principles of an emerging research domain. **European Journal of Social Psychology**, v. 48, n. 7, p. 897–908, 2018.

VENTURINI, T. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258–273, 2010.

VENTURINI, T. Building on faults: How to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, v. 21, n. 7, p. 796–812, 2012.

VENTURINI, T.; MUNK, A. **Controversy mapping: a field guide**. London: Polity Press, 2021.

VENTURINI, T.; RICCI, D.; MAURI, M.; KIMBELL, L.; MEUNIER, A. Designing Controversies and their Publics. **Massachusetts Institute of Technology Press (MIT Press)**, v. 3, n. 31, p. 74–87, 2015.

VENTURINI, T., BOUNEGRU, L.; GRAY, J.; ROGERS, R. A reality check(list) for digital methods. **New Media and Society**, v. 20, n. 11, p. 4195–4217, 2018.

WOOD, J. E.; OLIVER, T. Medical Conspiracy Theories and Health Behaviors in the United States Depression and Clinical Inertia in Patients With Uncontrolled Hypertension. **JAMA Internal Medicine**, v. 174, n. 5, p. 817–818, 2014.

WOOD, M. J.; DOUGLAS, K. M. What about building 7?" A social psychological study of online discussion of 9/11 conspiracy theories. **Frontiers in Psychology**, v. 4, n. JUL, p. 1–9, 2013.

WOOD, M. J.; DOUGLAS, K. M.; SUTTON, R. M. Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. **Social Psychological and Personality Science**, v. 3, n. 6, p. 767–773, 2012.

WOOD, M., J. Some Dare Call It Conspiracy: Labeling Something a Conspiracy Theory Does Not Reduce Belief in It. **Political Psychology**, v. 37, n. 05, p.695-705, 2016

WHITEHEAD, A. N. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins fontes, 1994.

ZOLLO, F. et al. Debunking in a world of tribes. **PLoS ONE**, v. 12, n. 7, p. 1–27, 2017.

ZOUMPOURLIS, V. et al. The COVID-19 pandemic as a scientific and social challenge in the 21st century. **Molecular Medicine Reports**, v. 22, n. 4, p. 3035–3048, 2020.

ARTIGO II – O CONCEITO DE TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO EM CONTROVÉRSIAS SOBRE TERRAPLANISMO

RESUMO

O conceito de teorias da conspiração se tornou uma matéria de interesse nas discussões, acadêmicas e midiáticas, sobre negacionismo científico, sendo associado a distintas formas culturais: desconfiança vacinal, suposições sobre fraudes eleitorais etc. Neste artigo, nos firmamos em metodologias de mapeamento de controvérsias no intuito de seguir como o conceito de teorias da conspiração foi mobilizado em controvérsias sobre o terraplanismo, investigando como os atores produziram associações em uma mídia social (*Facebook*). Concluimos que o conceito de teorias da conspiração foi transformado, pela ação de atores específicos, em uma categoria depreciativa a englobar fenômenos negacionistas, como o terraplanismo.

Palavras-chave: Teorias da conspiração; terraplanismo; Educação em Ciências; mapeamento de controvérsias.

INTRODUÇÃO

Teorias da conspiração têm sido objeto de estudo de diversas perspectivas, que as tem associado a distintas formas socioculturais. Desde as narrativas de cunho sociopolítico, como aquelas conjecturando sobre a malevolência de sociedades e grupos secretos, como *Illuminati*, Maçonaria, *Pizzagate* e QAnon (HOSFTADTER, 2008; TUTERS; JOKUBAUSKAITÈ; BACH, 2018; TOLLEFSON, 2021); englobando as ponderações sobre complôs em torno de acontecimentos de saúde pública, como as desconfianças sobre a origem da COVID-19 e do HIV, a produção de vacinas, a adesão a tratamentos e o uso de máscaras (JOLLEY; DOUGLAS, 2014; WOOD; OLIVER, 2014; BOGART et al., 2010; 2011; 2016; JOLLEY; DOUGLAS, 2017; ZOUMMPOURLIS et al., 2020), sem falar em outros exemplares relacionados a temas tecnocientíficos, como as suspeitas em relação à atuação da comunidade científica internacional diante das mudanças climáticas (DOUGLAS; SUTTON, 2015) e as teses sobre um presumido complô envolvendo NASA, governos e comunidade científica com a finalidade de esconder a suposta verdade sobre o formato plano da Terra (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019; MARTINS, 2020).

Nesse seguimento, uma questão relevante de se mencionar é o fato de que nem toda teoria da conspiração pode ser qualificada como falsa por definição. Alguns boatos conspiratórios, como os que emergiram em torno do caso *Watergate*, nos Estados Unidos da América, envolvendo suspeitas sobre o ex-presidente Nixon ter tido envolvimento em um ataque à sede do Comitê Nacional Democrata, “começaram como uma teoria da conspiração aparentemente bizarra, mas acabaram se revelando verdadeiras” (WOOD; DOUGLAS; SUTTON, 2012). Talvez esse fato não fique tão evidente por conta do estigma carregado pelas teorias da conspiração, sobretudo nos casos nos quais os argumentos de conspiração defendidos são pouco suportados pelas evidências empíricas ou pela comunidade científica, fatores que costumam levar ao isolamento e à rotulação dos indivíduos envolvidos (LANTIAN et al., 2018; JOLLEY; MELEADY; DOUGLAS, 2017).

Sendo assim, ainda que argumentos abertamente falsos ou injustificados possam estar associados às teorias da conspiração, a formação epistêmica desse conceito não deve ser reduzida à ocorrência deles, assunção que nos levou a inquirir sobre as motivações que podem levar as pessoas a realizar esse tipo de associação. Em consideração a esse problema, nosso objetivo neste artigo foi mapear mobilizações do conceito de teorias da conspiração em controvérsias sobre uma dessas narrativas estigmatizadas – o terraplanismo – no *Facebook*, analisando como esses dois fenômenos podem estar relacionados conceitualmente. Para obtenção dos dados dessa mídia, utilizamos a plataforma *Crowdtangle*. Como metodologia de pesquisa, nos fundamentamos nas contribuições da abordagem de Mapeamento de Controvérsias (VENTURINI; MUNK, 2021) e nos pressupostos da Teoria Ator-Rede (LATOURETTE, 2011; 2012).

Julgamos esse intento produtor com base nas incertezas despontantes em torno da própria concepção de terraplanismo. Como fenômeno cultural usualmente vinculado ao conspiracionismo (ALBUQUERQUE; QUINAM, 2019; SHAHEED, 2019; BONFIM; GARCIA, 2021), sua existência extrapola a mera relação com alegações acusando atores de agirem secretamente para esconder a suposta verdade sobre o formato da Terra. Isso porque a hipótese de planicidade da Terra tem raízes históricas nas cosmologias dos escritos antigos e as controvérsias envolvendo disputas com modelos cosmológicos rivais ganharam maior destaque apenas com o advento da modernidade (GARWOOD, 2001; MILNER; SHERMER, 2015; GARWOOD, 2013). Dessarte, buscamos explorar esse cenário de modo a responder a seguinte questão: de quais maneiras os atores dessa mídia social associaram terraplanismo e teorias da conspiração?

Para dar seguimento a essas tenções, o presente artigo foi subdividido em quatro tópicos. No tópico seguinte, realizamos um apanhado geral sobre controvérsias envolvendo a hipótese da Terra plana, no intuito de subsidiar as discussões com exemplos históricos e fundações conceituais. Depois, discutimos os métodos empregados na pesquisa, delineando o passo a passo efetivado para cumprir os objetivos ensejados. Na sequência, apresentamos os principais resultados obtidos, discutindo-os em função das perspectivas empreendidas. Por fim, organizamos algumas conclusões, defendendo o argumento de que o conceito de teorias da conspiração foi transformado em uma categoria depreciativa a englobar distintas formas culturais.

BREVE APANHADO ENVOLVENDO A CONTROVÉRSIAS SOBRE A TERRA PLANA

Controvérsias envolvendo a hipótese da planicidade da Terra têm ganhado destaque contemporaneidade digital. Segundo discutiu Martins (2020), o caráter coletivo da defesa de argumentos terraplanistas, bem como certas características de seus discursos, como a seletividade enviesada no uso de informações e a ambiguidade diante dos conhecimentos científicos, tornam o terreno digital propício para sua disseminação. Isso provavelmente ocorra devido às estruturas características ofertadas nesses espaços reunirem fóruns de discussão, blogs e plataformas audiovisuais onde o filtro de conteúdo é pouco ou não regulado, facilitando a disseminação de conteúdos polêmicos ou virais (ALBUQUERQUE, QUINAN, 2019).

Apesar desse *boom* midiático recente, as fundações do terraplanismo datam da antiguidade. Registros de modelos cosmológicos planos, projetantes de um universo tripartite (céu, terra plana e submundo), foram encontrados em artefatos deixados pelos povos sumérios e babilônios, habitantes da região da Mesopotâmia nos períodos de 4500 a 500 a.C. Posteriormente e independentemente, Egípcios e Hebreus conceberam modelos cosmológicos similares, tendo influenciado geográfica e teoricamente os mitos de criação do velho testamento bíblico. De fato, “alegações de que a Bíblia é um ‘livro da Terra plana’” encontram relação histórica com as cosmologias antigas (GARWOOD, 2013, p. 24, minha tradução).

Além de raízes mitológicas, as hipóteses terraplanistas se esquivaram da autoridade epistêmica das luzes e angariaram adeptos na modernidade. Uma figura precursora nesse período foi um inventor autodidata chamado Samuel Birley Rowbotham (1816-1884), reconhecido pelo pseudônimo “Parallax”. Fundador de uma vertente filosófica nomeada ‘zeteticismo’, também desenvolvera um modelo cosmológico completo, contendo uma Terra

circular, imóvel e com um polo central, envolta por uma extensa parede de gelo. Sol, lua e planetas circundariam a Terra a uma altura de 700 milhas e fenômenos como dias, noites, estações do ano e circum-navegação eram todos explicados em detalhes. Parallax perambulou pela Europa divulgando suas teses terraplanistas, tendo participado de audiências públicas em institutos de mecânica, ateneus e assembleias de astronomia e angariando milhares de simpatizantes (GARWOOD, 2001).

Um seguidor das teses de Parallax foi um clérigo inglês chamado John Hampden. Conhecido por seu antievolucionismo ferrenho, julgava as Ciências como uma forma de destruição da moralidade cristã ocidental. Além disso, se opunha com fervor às interpretações heliocêntricas: “Que essa fraude infundada seja longamente resistida, e que nossos filhos não sejam mais ensinados que somos lançados no ar como enganadores, à velocidade de milhares de arquivos por hora” (HAMPDEN, 1869, s. p., minha tradução). Seu incômodo com a ascensão política e epistêmica das Ciências no século XIX o levou a desafiar cientistas e pesquisadores da época. Na quarta-feira de 12 de janeiro daquele ano, propôs uma aposta, publicada na revista inglesa *Scientific Opinion*, direcionada a qualquer personalidade pública do Reino Unido que pudesse lhe provar o formato rotundo da Terra:

O que se pode dizer da filosofia pretensa do século XIX, quando nenhum homem culto em dez mil conhece a forma da terra em que habita? O abaixo-assinado está disposto a depositar de £ 50 a £ 500, em termos recíprocos, e desafia todos os filósofos, teólogos e professores científicos no Reino Unido a provar a rotundidade e a revolução do mundo a partir das Escrituras, da razão ou dos fatos. Ele reconhecerá que perdeu seu depósito, se seu oponente puder exhibir, para a satisfação de qualquer árbitro inteligente, uma ferrovia, rio, canal ou lago convexos (GARWOOD, 2013, p. 82, nossa tradução).

O texto causou estranhamento “entre os leitores instruídos do jornal, que estavam mais acostumados a debates sobre se a Terra era um oblato ou um esferóide prolato do que se era redonda ou plana” (GARWOOD, 2013, p. 82). Mas a aposta mexeu com os afetos de parte da comunidade científica inglesa, que experimentava um acelerado ritmo de profissionalização das disciplinas científicas, a inserção compulsória de uma educação estatal, bem como a descentralização da educação superior universitária. Ignorada por figuras como Charles Darwin e Charles Lyell, a investida foi aceita pelo naturalista Alfred Russel Wallace, reconhecido por ter elaborado uma teoria sobre a evolução das espécies simultaneamente à Darwin. Motivado por dificuldades financeiras e o suporte de alguns pares, ele aceitou o desafio.

Alfred Russell Wallace e John Hampden se reuniram em março de 1870, ao norte do canal Old Bedford, nas proximidades de Londres, de modo a cumprirem a aposta. Eles se encontraram na companhia de três árbitros (Doctor Coulcher, da parte de Wallace; William Carpenter, da parte de Hampden; e John Henry Walsh como árbitro neutro), responsáveis por julgar um experimento projetado pelo naturalista. O objetivo da investida era o seguinte: com o auxílio de um telescópio, mensurar a altura de discos marcadores posicionados ao longo dos 10 quilômetros da hidrovia. Se todos os discos posicionados estivessem nivelados, esse seria um sinal da planicidade da superfície das águas, dando a vitória a Hampden. Caso contrário, Wallace venceria a disputa, uma vez que a existência de um desnível seria prova da convexidade das águas, corroborando a rotundidade da Terra (GARWOOD, 2001; MILNER E SHERMER, 2015).

Após o procedimento, uma inflexão muito próxima ao valor calculado a partir das dimensões da Terra foi verificada e Wallace foi declarado o vencedor (SHERMER, 2002). No entanto, a decisão foi concedida apenas alguns dias depois do ocorrido e sob forte relutância de Hampden, que não confiou na decisão conferida pelo árbitro oficial, John Henry Walsh, divergente da de seu árbitro, William Carpenter. Ademais, o terraplanista passou a importunar o naturalista e sua família ao longo de anos após a contenda. Com os desdobramentos da controvérsia, Wallace acabou perdendo o valor recebido (e até mais do que isso) em conflitos judiciais, além de ter tido sua reputação manchada às vistas da comunidade científica. Segundo alegou o botânico Joseph Hooker, todo alarde causado em torno da disputa “não era honroso para um homem da Ciência, que tinha certeza de sua posição” (GARWOOD, 2001, p. 143, minha tradução). Além disso, ele foi reputado de explorar a ignorância do terraplanista, tornando o fato inegociável do formato globular da Terra uma questão discutível. “A profissão científica, como observou Richard Proctor, em última análise, ‘sofre com tal controvérsia... que iguala aos olhos de quem está de fora os ignorantes e os bem-informados’” (GARWOOD, 2001, p. 143, minha tradução).

De um lado, certas características das teses terraplanistas, como as defendidas por Parallax e John Hampden, corroboram os argumentos vinculando as hipóteses da Terra plana às teorias da conspiração. Conforme lembrou Garwood (2013), Hampden estava em pânico em meados de 1870, pois, segundo suas suposições, “a Grã-Bretanha estava nas mãos de uma conspiração hedionda envolvendo a imprensa, os púlpitos e as plataformas das sociedades eruditas, todas ligadas à ciência” (p. 75, minha tradução). Parallax, também costumava recorrer a explicações conspiratórias para justificar seus anseios: “O cristianismo, afirmou ele, estava sendo destruído

pela ciência e sua campanha era uma tentativa de corrigir o que estava errado” (GARWOOD, 2013, p. 71, minha tradução).

No entanto, teses terraplanistas também se mostraram enredadas a disputas epistêmicas sobre o real formato da Terra, bem como a raízes cosmológicas antigas e a fundamentos bíblicos. Mesmo considerando essa dubiedade, algumas discussões emergentes na academia científica têm tratado o movimento terraplanista atual como conspiracionista “na medida em que contesta evidências científicas fartamente documentadas sobre o formato esférico da Terra” (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019, p. 87). Outras consideram esse movimento como um problema associado às dinâmicas de pós-verdade (MARTINS, 2020), ao negacionismo e ao anticientificismo (MARINELI, 2020). A despeito disso, alguns autores alertam para o fato de que os terraplanistas, em geral, repudiam esse tipo de associação (MARTINS, 2020).

Nesse seguimento, se assumirmos uma teoria da conspiração como uma explicação que “postula sobre um grupo de agentes trabalhando em segredo, frequentemente, mas não sempre, para um propósito sinistro” (COADY, 2006, p. 02, nossa tradução), então como esse conceito se associaria ao terraplanismo? Nossos intentos nesta pesquisa visaram explorar algumas implicações em torno dessa questão. Para isso, buscamos mapear os modos pelos quais os atores interagindo em uma mídia social mobilizaram o conceito de teorias da conspiração em meio às contendas sobre o terraplanismo. Os métodos utilizados nesse processo foram esmiuçados na sequência.

METODOLOGIA

Os métodos da presente pesquisa foram firmados na abordagem de Mapeamento de Controvérsias (MC) (VENTURINI, 2010; 2012; VENTURINI; MUNK, 2021). Essa abordagem se originou dos métodos cartográficos introduzidos por Bruno Latour na *École de Mines de Paris*, sendo inicialmente propostos como um exercício didático da Teoria Ator-Rede para o rastreo de disputas sociotécnicas (uma espécie de versão ‘despojada’ da TAR). Seu exercício prático está centrado em um corolário: apenas observe e descreva controvérsias em ação. Contudo, ‘apenas’ observar e descrever não quer dizer renunciar a qualquer influência teórica e tampouco implica na busca por neutralidade mediante as observações. De outra maneira, seu projeto reside em suspender referenciais *a priori*, conferindo ao analista a responsabilidade de se estar aberto aos vários pontos de vista emergentes no campo. Nessa sequência, visou estabelecer um processo particular de objetivação denominado de “segundo-grau”, efetivado por meio da atribuição de representações condizentes com a posição e

relevância dos atores em uma controvérsia (o que não significa conceder o mesmo peso a todas as perspectivas participantes).

Com as possibilidades analíticas de se utilizar os procedimentos cartográficos para acompanhar controvérsias despontando em espaços digitais, essa abordagem se aproximou de perspectivas engajadas em apreender a materialidade do social angariada por plataformas e mídias *online*, como a iniciativa dos Métodos Digitais (MD). Pautando-se no argumento central de que “as interações virtuais complementam em vez de substituir o ‘real’ e estimulam uma interação mais real, em oposição ao isolamento e à desolação” (ROGERS, 2013, p. 20, minha tradução), a conjunção de cartografias sociais e métodos digitais significou, então, uma possibilidade de levar adiante alguns métodos chamados de quali-quantitativos, esses entendidos como procedimentos “flexíveis o suficiente para acompanhar alguns fenômenos sociais ao longo de cada uma de suas dobras” (VENTURINI; LATOUR, 2009, p. 07). Isso não implicou em uma expectativa de englobar a totalidade do social, mas sim de explorar certas nuances de sua constituição por intermédio de métodos que envolvam tanto a inquirição dos processos por meio dos quais a objetividade científica pode ser produzida quanto uma posição crítica diante de metodologias ortodoxas e positivas.

Além dessas influências, os procedimentos em torno do Mapeamento de Controvérsias podem ser empreendidos como um resultado das influências etnometodológicas da TAR, a partir do momento em que preconizam experienciar, inquirir e examinar os rastros deixados pelos atores sociais; e de uma semiótica material voltada a analisar os desdobramentos práticos das ações dos objetos. De uma vertente semiótica, duas operações se tornam fundamentais: identificar as entidades – humanas ou não-humanas – que constituem o fenômeno coletivo investigado; e organizar os elementos reunidos de acordo com o papel desempenhado (VENTURINI; MUNK, 2021).

Nessa linha semiológica, Venturini e Munk (2021) sugeriram uma série de procedimentos para dissecar os programas de ação de uma controvérsia. Os componentes fundamentais a serem identificados são: a) os rementes, ou seja, aqueles atores que tentam mobilizar os outros a agirem de forma a produzir uma performance; b) os sujeitos que impulsionam as ações; c) os objetos, isto é, aqueles que arcam com as consequências das ações; d) os ajudantes, como sendo as entidades auxiliam os sujeitos a adquirirem competências; e) os oponentes, que tentam desviar os sujeitos de suas performances; f) e os receptores que sancionam a realização das ações envolvidas. Importante mencionar que nem todo programa de ação mobilizará todos esses elementos e alguns deles poderão desempenhar mais do que um papel em uma disputa (um sujeito poderá se posicionar como o próprio remetente das ações em ocasiões nas quais ele

produz e media uma contenda). Esse tipo de diferenciação ganha importância por demonstrar que as ações em uma controvérsia nunca são isoladas, envolvendo uma gama de atores-rede desempenhando múltiplas agências.

Nos apoiamos nesses encaminhamentos no intuito de mapear a rede de relacionamentos emergente nas controvérsias sobre terraplanismo e teorias da conspiração no *Facebook*, explorando os modos de mobilização desses conceitos pelos atores envolvidos, e ainda, delineando os atores e seus papéis no decorrer dessas discussões. Esses procedimentos foram baseados em um corolário fundamental da TAR, segundo o qual ela “não considera sua função estabilizar o social em nome das pessoas que estuda: este é o dever dos ‘próprios atores’” (LATOUR, 2012, p. 54). O delineamento analítico efetivado para proceder com tais procedimentos foram apresentados na sequência.

Delineamento analítico

Para cumprir com os objetivos ensejados, nos baseamos em dados obtidos com o *Crowdtangle*. Essa é uma plataforma do *Facebook* utilizada para se obter e analisar dados de mídias sociais, que permite o acompanhamento de eventos em tempo real, a customização de buscas e a obtenção de dados em formato *Comma Separated Values* (CSV). Por meio dela, foi possível obter os dados das publicações do *Facebook* que mencionaram sobre Teorias da Conspiração e terraplanismo, além de acessar conteúdos e métricas tais quais o texto das mensagens dos *posts*, memes e imagens, número de interações e reações etc.

No campo de pesquisa dessa plataforma, procuramos por dados de publicações do *Facebook* a partir da seguinte sintaxe: (terraplanismo, terra plana) AND (conspiracionismo, teorias da conspiração, teorias conspiratórias). Dessa forma, priorizamos os resultados de publicações mencionando conjuntamente sobre Teorias da Conspiração e terraplanismo, no intuito de analisar como se deram as discussões nesse âmbito. Selecionamos a busca apenas em grupos públicos, considerando resultados de mensagens de *status*, imagens e vídeos do *Facebook* compartilhados nesses locais entre os períodos de 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

Para demonstrar os atores-rede identificados, produzimos dois tipos de representação. Primeiro, elaboramos um grafo a partir das relações de compartilhamento de *links* em comum entre os Grupos do *Facebook*. Nesse quesito, buscamos evidenciar quem foram os atores impulsionando ou intermediando ações nas discussões sobre terraplanismo e conspiracionismo. Além disso, produzimos um diagrama contendo o programa de ação dessas disputas, a partir do

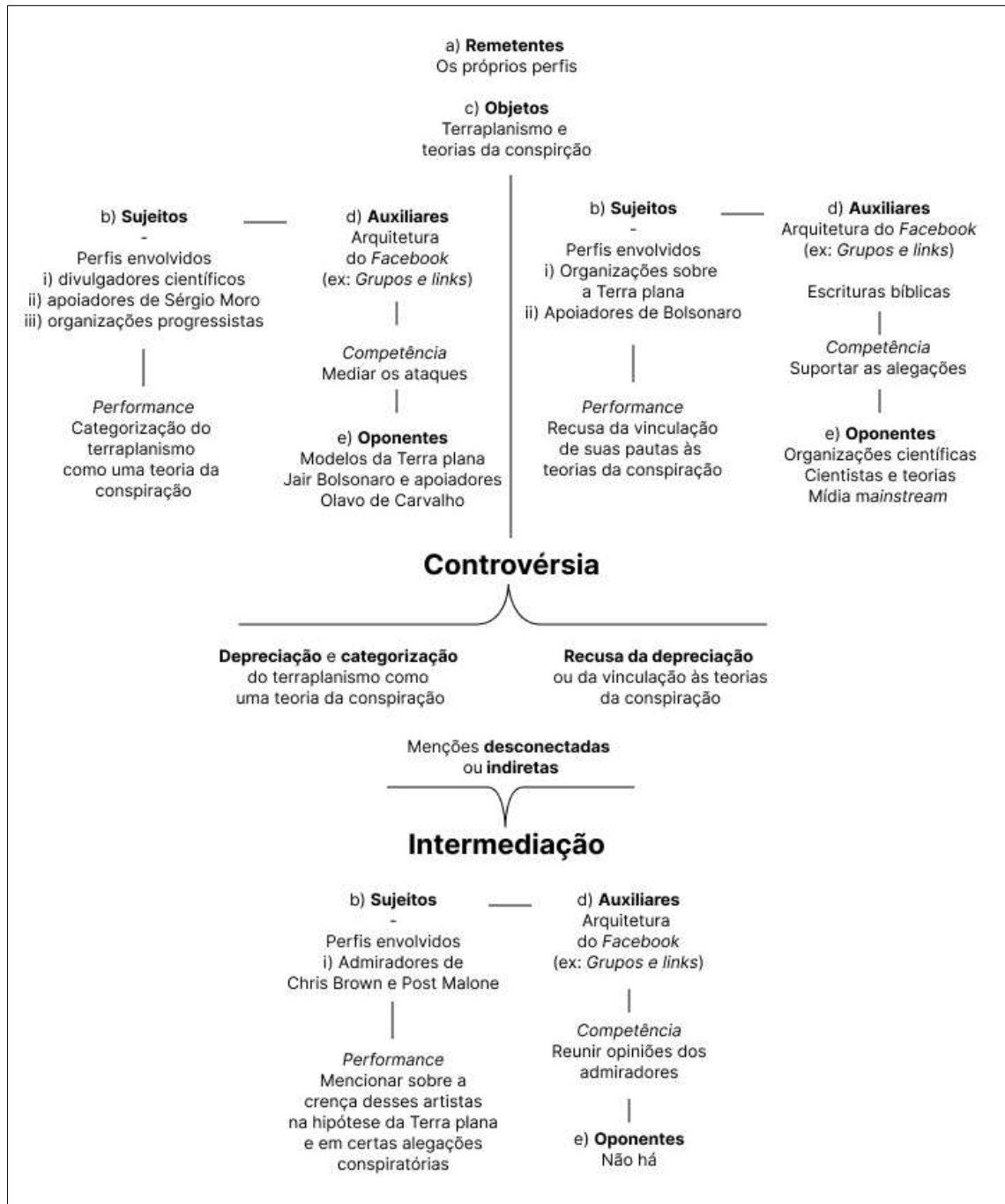
qual buscamos analisar o cunho das alegações e os papéis desempenhados. Discutimos sobre esses resultados na sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De início, gostaríamos de apresentar um resumo dos dados. O *corpus* analítico foi constituído por 254 *posts* oriundos de 215 Grupos do *Facebook* diferentes. O pico de interações calculado ocorreu na data de 01 de jan. de 2021 (n = 547), sendo que o *post* com mais interações (n = 465) foi replicado no Grupo “Via Láctea e Além” em menção a uma relação entre fundamentalismo religioso e Teorias da Conspiração. A mediana de interações calculada foi igual a 9, assinalando uma concentração de interações (curtidas, compartilhamentos e reações) nessa faixa dos dados. Em geral, o impulsionamento de ações de outros usuários decorreu de situações diversas. Houve casos em que as menções se deram diretamente após um evento que ocasionou interações. Por exemplo, no Grupo “Novos Escritores Brasileiros”, a divulgação de um concurso de prosa e poesia no qual o tema do mês era ‘Teorias da Conspiração’ movimentou interações de pessoas reagindo ou procurando informações. Já um *post* no Grupo “CRIACIONISMO BRASIL - Terra Plana, Tecnologia e história do mundo antigo” comemorou uma notícia do portal “Olhar Digital” sobre a ascensão da hipótese da Terra plana no *YouTube*. Em outras ocasiões, as menções ao assunto ocorreram como parte da dinâmica interna das postagens, não decorrendo de acontecimentos particulares.

Na figura 8, apresentamos os principais Grupos do *Facebook* envolvidos nas discussões sobre terraplanismo e teorias da conspiração. Nos baseamos nos dados de compartilhamento de *links* em comum, notando a convergência de agrupamentos em torno de certas pautas, como: temáticas de direita promovendo desconfianças em relação a acontecimentos relacionados à COVID-19 (*cluster* 1); divulgação científica, educação, entretenimento e assuntos gerais visando defender pautas científicas e atacar as teorias da conspiração (*clusters* 2 e 5); publicações sobre a associação de certos artistas – como Post Malone e Chris Brown – com as teorias da conspiração (*clusters* 3 e 4); temáticas anticorrupção, sobretudo relacionados a Sergio Moro, criticando narrativas de complô emergentes ao longo da pandemia do COVID-19 (*cluster* 6); temáticas progressistas em defesa das pautas científicas, bem como criticando as narrativas conspiratórias emergentes ao longo da pandemia (*cluster* 7); defesa da hipótese da Terra plana (*cluster* 8). Outros agrupamentos reproduziram tendências similares.

Figura 9: Representação do programa de ação das discussões sobre terraplanismo e teorias da conspiração.



Fonte: Dados do *Crowdtangle*. Produzido com *Figma*.

Esses procedimentos nos permitiram assinalar 3 tipos de ações fundamentais realizadas pelos sujeitos: i) depreciação e categorização do terraplanismo enquanto um exemplar de teoria da conspiração; ii) recusa dessa categorização; iii) menções desconectadas ou indiretas. Na sequência, apresentamos algumas citações retiradas dos *posts* ou de seus comentários que nos

permitiram corroborar esses usos. Destacamos essas menções em itálico, de modo a diferenciá-las de citações acadêmicas.

Sobre as menções indiretas (iii), essas decorreram de Grupos envolvendo admiradores ou páginas de entretenimento mencionando sobre os músicos Chris Brown e Post Malone (Chris Brown/MR. BREEZY; CHRIS BROWN FAME; Chris Brown (Indigo)). Algumas considerações nesse estrato mencionaram notícias ou alegações desses artistas suportando a hipótese da Terra plana: “*Chris Brown abalou sua base de fãs ao compartilhar teorias de conspiração selvagens [...] ele brincou na época, sugerindo que ele acredita em uma teoria da Terra plana*”. Outras associaram esses artistas a outros boatos conspiratórios: “*Post Malone diz que já teve contato com OVNI, fantasmas demônios e objetos amaldiçoados. [...] Das teorias de que a Terra é realmente plana até a especulação de que figuras públicas são secretamente membros dos Illuminati*”. Contudo esse tipo de menção não envolveu ações ativas diante da associação entre terraplanismo e teorias conspiratórias, operando naquilo que Bruno Latour (2012) chamava de agências intermediárias, isto é, o ato de transportar significados sem transformar direta ou indiretamente determinado curso de ação. Isso quer dizer que as ações destacadas nessas citações somente mencionaram sobre supostas associações daqueles artistas com algo que já está estabilizado (ou seja, a relação entre terraplanismo e teorias conspiratórias).

Os outros dois tipos de alegações (i e ii), por outro lado, envolveram ações mediadoras da relação entre terraplanismo e teorias da conspiração, modificando ou produzindo ativamente significados. Apresentamos e discutimos sobre alguns desses usos nos dois subtópicos seguintes.

Depreciação do terraplanismo e sua categorização como teoria da conspiração

Analisando as publicações organizadas no *corpus*, notamos que as ações de depreciação das teses terraplanistas, bem como de sua associação com as teorias da conspiração, decorreram de três agrupamentos principais: i) Grupos de divulgação científica (Enigmas do Universo; Astronomia, Astrofísica & Cosmologia; *Divulgação Científica e Popularização da Ciência etc.); ii) Grupos de apoiadores do ex-juiz Sérgio Moro (MORO - RESISTÊNCIA CONTRA O SISTEMA!; MORO - 2026 - BRASIL COM ELE; SÉRGIO MORO, NOSSO SENADOR!); iii) e Grupos progressistas e opositores a Jair Bolsonaro (Progressistas do ABC; Ativistas PT São Paulo; LULA LÁ BRILHA UMA ESTRELA).

Nesses casos, as ações de depreciação realizaram um duplo movimento. De um lado, certas menções, sobretudo vinculadas a Grupos de divulgação científica (i), atacaram as teses da Terra plana associando-as diretamente à classe de teorias conspiratórias esdrúxulas por conterem deméritos epistêmicos em suas hipóteses. Além disso, algumas citações, principalmente as envolvendo questões políticas (ii e iii), associaram o terraplanismo ao conspiracionismo ao passo que atacavam adeptos e pautas associadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

No primeiro caso, certas menções conduziram suas discussões abordando o terraplanismo como uma teoria da conspiração propriamente dita: *“Os estudos sobre os terraplanistas e outras teorias da conspiração indicam que eles acreditam ser os que agem com lógica e raciocínio científico”*. Algumas delas, inclusive, denotaram as características no discurso terraplanista que o tornariam uma teoria conspiratória, como a tese de que *“A TERRA É PLANA e os astrônomos mentem para a população mundial”*. Outras expressaram uma diferenciação do terraplanismo em relação a outras teses de conspiração: *“Algumas conspirações são inócuas (o terraplanismo, os teóricos dos antigos astronautas), mas é por causa dos ‘antivax’ que sarampo e poliomielite — quase erradicados — estão voltando”*. Além disso, alguns argumentos corroboraram o caráter depreciativo dessas teorizações: *“Cada vez mais pessoas se interessam menos por Ciência e mais por teorias conspiratórias absurdas, esdrúxulas e limitantes. Vide o próprio terraplanismo, por exemplo”*. A recorrência de menções depreciativas em grupos de divulgação científica se mostrou parte de um processo de estabelecimento de fronteiras, no qual seus membros internos deixaram clara a impertinência de teses consideradas conspiratórias: *“Teorias da conspiração do tipo “o homem não foi a lua”, “terra plana”, e outros não serão toleradas”*.

Em espaços acadêmicos, esse trabalho de fronteira costuma ser empreendido no intuito de defender, legitimar ou manter uma posição de destaque das contribuições científicas, sobretudo em tempos nos quais as bordas em relação a outras atividades intelectuais não se mostravam – mesmo que artificialmente – estabilizadas (HARAMBAM; AUPERS, 2015). No âmbito das teorias da conspiração, como as ações envolvidas costumam vir acompanhadas de uma desconfiança frontal em relação à verdade científica e da contestação de muitos de seus produtos, essa busca por diferenciação se consolidou como parte de uma ação buscando sustentar um caráter de superioridade do conhecimento científico, tornando os eventuais divergentes sujeitos cognitivamente questionáveis ou socialmente instáveis.

Em se tratando de dados oriundos de uma mídia social, esse resultado indicou uma reprodução de certas dinâmicas sociotécnicas características da atividade científica ocorrendo nesses espaços, como a arregimentação de aliados convergentes em torno de teses científicas

ou a clivagem em relação à sujeitos discordantes, tornando-os isolados ou desprovidos de lógica (LATOURET, 2011). Desse aspecto, atores atrelados à divulgação científica assumiram papéis atuantes nesse trabalho de fronteira, ação que ficou evidenciada nos modos pelos quais alguns deles se dirigiram ao terraplanismo e às teorias da conspiração como uma forma de ameaça: “*Via a disseminação de receios sem fundamento e de teorias conspiratórias absurdas, adubase o terreno para ofensas à ciência, à educação, à cultura e às artes*”.

Essa situação foi evidenciada empiricamente em outros trabalhos demonstrando que a “agregação de usuários em torno de narrativas conflitantes leva ao surgimento de câmaras de eco” (BESSI et al., 2016, p. 04, nossa tradução). Essas seriam grupos polarizados dentro dos quais seus usuários compartilham internamente de uma mesma visão de mundo. Conforme demonstraram, a formação dessas comunidades homogêneas tende a ser independente da mídia social investigada e da atuação do algoritmo, sendo uma função do conteúdo das alegações em disputa. Além do mais, grupos engajados em bolhas científicas tem se mostrado propensos a transbordar suas fronteiras no intuito de atacar teses consideradas conspiratórias.

Esse é um indicativo de como as arquiteturas do *Facebook* têm contribuído para essa situação ao permitir o alojamento de perfis em agrupamentos fechados, bem como o trânsito entre grupos públicos rivais. No presente *corpus*, isso ficou expresso quando um sujeito, opositor às hipóteses da Terra plana, postou a seguinte provocação em um grupo terraplanista: “*por que nenhum de vocês resolvem fundar alguma empresa pra tentarem provar que a terra é plana?*”. Para corroborar sua questão, argumentou sobre essa busca pelas provas ser mais eficaz do que ficar “*como idiotas só postando coisas que encontram na internet e nos seus grupinhos cheio de velhos burros e sem estudo que só sabem postar teorias da conspiração que não fazem nem sentido?*”. Outro caso nesse nível aconteceu quando um sujeito externo arguiu sobre a falta de provas da hipótese de planicidade da Terra em um grupo específico: “*Hoje, nenhum terraplanista detém de provas do que eles acreditam, justamente por que tudo não passa de falta de conhecimento e fé em acreditar em teorias da conspiração*”.

Essa questão abre margem para se discutir sobre o papel desempenhado pelos atores – sujeitos, páginas e grupos – de divulgação científica diante de alegações rivais consideradas conspiratórias. De um lado, é notória sua contribuição para a difusão dos saberes científicos em espaços que Fleck (2010) chamava de círculos exotéricos, constituídos pelo ajuntamento daqueles sujeitos leigos ou não especializados nas dinâmicas de discussão das Ciências. Nesse quesito, a divulgação de conteúdo científico em mídias sociais pode ser entendida como uma forma adicional e singular de ampliação de discussões sobre ciência, tecnologia e sociedade. De outro lado, considerando a atuação de certos atores não-humanos componentes das mídias

sociais, como arquiteturas que facilitam a polarização de discussões ou algoritmos que contribuem para a disseminação desavenças, se faz necessário ampliar as discussões sobre potenciais agências de divulgação ou checagem de fatos que, ao invés de rechaçarem teses conspiratórias consideradas deletérias, possam publicizá-las. Isso se mostra urgente principalmente devido ao fato de que muitos desses perfis ou grupos possuem um peso midiático relevante no *Facebook*, possuindo milhares de seguidores (o Grupo “*Divulgação Científica e Popularização da Ciência” registrou mais de 45 mil participantes. Já o Grupo “Enigmas do Universo” reuniu mais de 151 mil. Dados do primeiro semestre de 2023).

No que se refere aos casos envolvendo questões políticas, uma circunstância peculiar foi assinalada. Nesse âmbito, as menções sobre terraplanismo e teorias da conspiração envolveram direta e frequentemente menções a Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Isso ficou evidenciado em *posts* de grupos progressistas descrevendo o que chamaram de vírus do bolsonarismo: “*Ele leva a pessoa a perder a razão, a odiar e a desprezar professores, cientistas e a cultura e a acreditar em teorias estapafúrdias, como a do "vírus chinês", da "Terra plana", da "gripezinha" e da "conspiração comunista"*”. Ou em posicionamentos críticos ao eleitorado bolsonarista: “*Quando pensamos em teorias conspiratórias em geral, existem algumas questões que os eleitores de Bolsonaro se posicionam em ainda maior volume do que o restante do eleitorado*”. Ademais, também se fez presente em menções de alguns apoiadores do ex-juiz Sérgio Moro, à época da publicação, um dissidente do governo Bolsonaro: “*Assim, em diferentes graus, vemos prosperar explicações simplórias da realidade, como as teorias que propagam a terra plana [...] ou, finalmente, que existe uma enorme conspiração para fraudar as próximas eleições em desfavor de Bolsonaro*”.

Um ator central nos movimentos de associação do bolsonarismo ao terraplanismo foi o escritor Olavo de Carvalho. Conforme discutiu Martins (2020), Olavo ficou famoso por diversas declarações dúbias sobre a hipótese da Terra plana, apesar de nunca ter se declarado um terraplanista convicto. Ainda assim, essas citações muniram seus opositores, que passaram a caracterizá-lo como tal: “*Quanto a Olavo de Carvalho, é até patético falar a respeito, pois entre outras tantas coisas bizarras, ele disse que a pandemia do Covid-19 não existe e é apoiador da tese de terra plana*”. Em alguns casos, a associação se estendeu mais abertamente a outros fenômenos do negacionismo científico: “*O movimento antivacinação tem muito de terraplanismo (também apoiado por Olavo de Carvalho, mesmo que com menos veemência). São movimentos que negam o que não precisa mais ser provado*”. Dessa forma, quando buscavam atacar Olavo de Carvalho e o bolsonarismo, os sujeitos os associavam quase automaticamente ao terraplanismo e, por conseguinte, às teorias da conspiração.

Esse movimento assinalou uma transformação do conceito de teorias da conspiração em uma categoria depreciativa. Falamos em categoria no sentido de uma forma *a priori* e universal de se pensar ou agir, ou ainda, uma classe na qual certas ideias podem ser incluídas em termos lógicos (PEIRCE, 1992; SANTAELLA, 1999). Assim, ao servir como classe receptora de diversas dinâmicas negacionistas, como o terraplanismo, desconfiança vacinal, descrença da ida do homem à lua ou as desconfianças sobre a origem da pandemia do COVID-19, os usos do conceito teorias da conspiração se estabilizaram em torno de sua interpretação deletéria, corroborando as colocações de Napolitano e Reuter (2021) em relação a seu caráter avaliativo denso, isto é, ao fato de que sua concepção ter se tornado inerentemente negativa. Nesse caso, dizer que determinada alegação é uma teoria conspiratória não implica apenas em considerá-la uma teoria ruim, mas também em assumi-la como epistemicamente inválida.

Sendo assim, se há quase um consenso nas mídias, na academia e no imaginário popular sobre o terraplanismo ser um movimento conspiracionista por contestar constantemente as evidências científicas com base em ataques a instituições ou pesquisadores (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019), quando as discussões envolveram controvérsias políticas, a relação terraplanismo-conspiracionismo passou a se conectar também ao bolsonarismo. Essa ocorrência denotou uma singularidade no caráter depreciativo das teorias da conspiração, pois sedimentou seu uso como um instrumento utilizado para atacar ou estigmatizar grupos rivais em outras instâncias sociais, como os debates políticos.

Não estamos a julgar as motivações que levaram a esses procedimentos, pois os atores sociais são em grande parte responsáveis por seus próprios modos de existir no mundo (LATOURET, 2012). Nosso argumento reside mais na ponderação de que esses usos podem se desdobrar em circunstâncias como a transformação das teorias da conspiração em um estigma social, uma vez que, da perspectiva de seus sujeitos, “defender publicamente reivindicações conspiratórias as torna objeto de avaliações e comportamentos negativos de outras pessoas” (LANTIAN et al., 2018, p. 948). Mais especificamente, podem acarretar a perda de referência em relação às causas do conspiracionismo em um âmbito cultural mais amplo, pois estaríamos nos habituando a considerar certas narrativas ou grupos como conspiratórios quase que por definição, sem nos atermos às suas causas ou motivações prováveis (HARAMBAM, 2021). Isso pode tornar o emprego dessa expressão deveras automático e pouco crítico, além de transformar as pessoas envolvidas em alvos retóricos fáceis. De fato, esses fatores foram corroborados por resultados demonstrando a aplicação do conceito de teorias da conspiração em situações de contra-argumentação.

Recusa da associação às teorias da conspiração

Conforme pontuamos no programa de ação da controvérsia (Figura 9), os movimentos de recusa em relação à vinculação às teorias da conspiração se deram por parte de dois grupos: i) os terraplanistas, em situações nas quais contra-atacaram a deslegitimação movida por divulgadores e interessados em temas científicos; ii) e os bolsonaristas, que recusaram serem taxados de teóricos da conspiração.

No primeiro caso (terraplanistas), esses procedimentos ocorreram em situações de afirmação das hipóteses planistas: *“A terra plana é a mãe de todas as teorias da conspiração???? Não mesmo, a terra plana é fato e não teoria!”*. Em outro caso, um perfil citou 31 supostos comportamentos padrões do que denominou de globistas (ou seja, aqueles que seguem o consenso científico em torno do formato geoidal da Terra), dentre os quais listou: *“Se falar a verdade começam a dizer: teorico da conspiração”*. Outro exemplar nesse nível ocorreu quando um sujeito postou a seguinte resposta a uma publicação opositora associando o terraplanismo à pseudociência: *“Muito pelo contrário, nossa ciencia é empírica! Fiquem vcs com a pseudua? Vcs que viajam em astronaves na velocidade da Luz! Kkkkk”*. Outra resposta a esse *post* lembrou as interpretações terraplanistas de povos antigos como uma estratégia de defesa: *“nossa entao os povos antigos eram todos teoricos da conspiração é isso”*. Em suma, menções como essas expressaram que os sujeitos engajados nas hipóteses de planicidade da Terra rechaçaram sua vinculação às teorias da conspiração devido a considerarem suas teses como fatos empíricos oriundos de uma ciência presumidamente verdadeira, isto é, o terraplanismo.

Esses resultados estão de acordo com as discussões sobre os denominados “teóricos da conspiração” mostrarem uma atitude ambígua diante das Ciências, visto que não pretendem renegá-la por completo, mas sim purificá-la no sentido de construir um processo científico com características indutivistas, pautado sobretudo pela experiência sensorial como critério fundamental (HARAMBAM; AUPERS, 2015; MARTINS, 2020). Além disso, reforçam as teses sobre a atribuição do rótulo de “teórico da conspiração” não necessariamente diminuir o suporte a alegações de conspiração. De fato, em alguns casos, os rótulos podem até mesmo intensificar o suporte a certas desconfiças, uma vez que um sujeito alvo poderia se indagar se o ataque oriundo de grupos rivais não estaria significando o sucesso de seus intentos (WOOD, 2016). No *corpus*, isso ficou assinalado em citações nas quais os sujeitos terraplanistas retrucaram certas acusações opositoras: *“Por enquanto vcs não tem argumentos globista acha que atacando os terraplanistas estão no lucro. Psiu a terra é plana!”*; *“Sê vc é*

terraplanista convicto assim como eu sou! Não deve levar em conta insinuações! É notório o desequilíbrio mental de alguns seres globaloides !”.

Indo além de uma reação passiva, exemplos como esses corroboraram trabalhos demonstrando que o tom de deboche assumido por sujeitos engajados na hipótese da Terra plana faz parte de uma estratégia ativa de defesa diante das tentativas de depreciação (MARTINS, 2020). Logo, ao tratarem seus adversários com chacota, eles não apenas reagiram diante das acusações, mas também fortaleceram suas teses internas a partir de um comportamento de grupo. Agindo dessa maneira, eles reuniram força de forma a resistir ao estigma social associado ao rótulo de “teóricos da conspiração”, passando a contestar abertamente a autoridade de instituições, de pesquisadores e da Ciência moderna (HARAMBAM; AUPERS, 2017). Atuaram, de certa maneira, como uma expressão cultural opositora, uma vez que seus adeptos não apenas buscaram maneiras diferentes de viver que não englobassem os consensos científicos sobre a rotundidade da Terra, mas se mostraram convictos sobre a possibilidade de mudar a sociedade, a Ciência e a própria cultura a partir dessa visão de mundo (WILLIAMS, 2011).

Analisando particularmente, esses resultados também são uma evidência de como o rótulo de conspiracionista não está dado *a priori*, sendo um produto de situações cotidianas nas quais os próprios atores sociais tendem a disputar as circunstâncias de seu uso. Essa consideração está amparada nas discussões de Bruno Latour (2011) sobre os processos de formação de grupos a antigrupos: “sempre que algum trabalho é necessário para traçar ou retraçar as fronteiras de um grupo, outros agrupamentos são classificados de vazios, arcaicos, perigosos, obsoletos etc.” (p. 56). Desse aspecto, ao invés de uma qualidade inerente a uma narrativa ou um sujeito, uma teoria da conspiração pode ser entendida como o resultado de um evento a partir do qual seu uso passa a ser negociado pelos atores envolvidos em um terreno propício para essa situação. Compreender as bases dessas práticas se torna, portanto, fundamental para o entendimento das epistemologias emergentes em torno da divulgação científica em espaços digitais, que tendem a reproduzir modos de ação particulares em relação às Ciências que não devem ser considerados neutros ou imparciais em termos das políticas do conhecimento.

No que se refere ao caso das publicações associadas ao bolsonarismo (ii), as alterações foram motivadas principalmente por desconfiâncias em relação à pandemia do COVID-19. *Posts* mencionando sobre esse tema foram usuais em certos Grupos: “[...] *existem histórias que parecem fantásticas demais para serem verdades, mas que ficam mais esquisitas a cada explicação, mesmo que façam esforços para ridicularizá-las. A "pandemia" do Covid-19 é uma dessas, onde quanto mais mexe, mais fede*”. Nesse exemplo, a recusa do rótulo de teórico

da conspiração ocorreu como uma forma de ratificação dessas desconfiças: *“Honestamente, eu gostaria de ter a inocência ou a debilidade de quem olha para todo esse cenário e acredita ser apenas uma "teoria da conspiração”*”.

Todavia, esse tipo de menção politizada não ficou restrito a Grupos bolsonaristas, se estendendo àqueles engajados no terraplanismo. Uma postagem no Grupo “Teorias da Conspiração Nossa Amada Terra plana” alertou sobre a ênfase desse espaço: *“aviso 'esse grupo apoia o presidente bolsonaro se voce não concorda, existem outros grupos”*. Nesse mesmo *post*, ao pontuar sobre a veracidade de diversas teorias da conspiração, mencionou: *“essas Teorias nos fazem pensar e com isso começamos a ser despertos quando as possibilidades de manipulação que nossos Governos e a mafia das industrias fazem sobre nós”*. Sendo assim, se os sujeitos opositores a Jair Bolsonaro mostraram uma propensão a associar o bolsonarismo ao terraplanismo e, por consequência, ao conspiracionismo, os simpatizantes do ex-presidente se viram diante de um dilema: recusar o rótulo de teóricos da conspiração ao mesmo tempo em que buscavam nutrir alegações de conspiração em relação à pandemia do COVID-19.

Contudo, seria reducionismo restringir a esses sujeitos a qualidade de “teóricos da conspiração”, uma vez que o engajamento em torno de alegações de conspiração *no corpus* não se mostrou uma exclusividade deles. Para reforçar essa consideração, citamos um *post* publicado no Grupo “BRASIL CONTRA BOLSONARO / GOLPE E DITADURA MILITAR”, um espaço abertamente anti-bolsonarista: *“sei que algumas das informações que tenho a lhes apresentar vão parecer mais algumas das teorias da conspiração que rolam pelas redes”*. No conteúdo dessa postagem, além de ataques a Bolsonaro – *“alguma vez já passou pela sua mente racional e normalista, que um dia o brasil teria um "hitler piorado" detonando tudo no seu país?”* – certas menções trouxeram frases típicas daqueles engajados em teorias conspiratórias: *“a hora da verdade chegou”, “tá na hora de começar a mudar os seus conceitos e rever sua forma de enxergar a realidade”*.

Esse caso demonstrou como certas características da realidade das teorias da conspiração – como alegar a existência de complôs secretos ou pressupor maneiras alternativas de observar a realidade – não se limitam a determinados grupos ou sujeitos. Quando automatizamos dessa maneira, saltamos os hiatos que nos permitiriam descrever as condições de produção de uma teoria conspiratória, transformando sua utilização em um hábito, uma vez que alisamos os processos descontínuos por meio dos quais realizamos certas ações (JAMES, 2004; LATOUR, 2019). Dessa forma, não nos damos conta, por exemplo, que as alegações terraplanistas possuem fundamentos mais amplos do que a mera dependência de alegações de conspiração, como suas bases cosmológicas em interpretações literais do livro do Gênesis. Não quer dizer,

todavia, que terraplanistas não agem de maneira conspiratória quando desconfiam de um complô mundial visando esconder a suposta verdade da Terra plana. O ponto é que a mera atitude desconfiada desses sujeitos não bastaria para explicar a categorização enraizada do terraplanismo como uma teoria da conspiração enquanto outras iniciativas desconfiantes – como as emergentes em grupos progressistas em relação a Bolsonaro – não tiveram o mesmo fim. Em suma, parece haver uma gama de sendas operando entre a desconfiança cotidiana e as teorias da conspiração profundas e que são veladas pelo hábito de categorizar de imediato certas alegações como conspiratórias.

É na esteira desse problema que a concepção de evento ganha produtividade, já que, sem uma essência conspiratória a ser resgatada, a instauração conceitual das teorias da conspiração pode ser considerada o resultado de um acontecimento relativo às agências envolvidas. Esse evento pode confrontar tanto aqueles atores engajados em alegações de complô (terraplanistas, bolsonaristas, antivaxxers, progressistas ou quaisquer sujeitos desconfiados da ocorrência de conspirações) quanto os sujeitos experimentadores dessas alegações que foram capazes de produzir significados sobre sua existência (os divulgadores científicos, pesquisadores, jornalistas ou usuários de uma mídia social), sem falar no terreno social corresponsável pela distribuição dessas contendidas (Grupos do *Facebook*, vídeos do *YouTube*, matérias de jornal etc.). Nessa rede de eventos, um ator pertencente ao segundo grupo (dos produtores de significado) poderá se tornar um ator do primeiro grupo (das alegações de complô) quando as circunstâncias mudarem (como nas menções quasi-conspiratórias de um sujeito crítico ao bolsonarismo). Do mesmo modo, um Grupo do *Facebook* poderá se tornar um ator relevante quando mediar o confronto de sujeitos opositores, ao passo que apenas intermediará agências caso as disputas estejam paralisadas. Isso não alteraria a dinâmica dos eventos, uma vez que não há essências em jogo, mas apenas agências distribuídas em um todo concreto.

De modo a resumir essas discussões, gostaríamos de encerrar o artigo apresentando algumas conclusões emergentes. Lembremos da questão de pesquisa: de quais maneiras os atores dessa mídia social associaram terraplanismo e teorias da conspiração?

CONCLUSÕES

Verificamos dois principais modos de associação dos conceitos de terraplanismo e teorias da conspiração: i) um decorrente de ações depreciando o terraplanismo e outras dinâmicas sociais, categorizando-as como teorias conspiratórias ilógicas; ii) e outro oriundo de ações buscando reagir diante dessa categorização. No primeiro caso, as ações envolveram Grupos de

divulgação científica, bem como aqueles engajados em discussões políticas, sobretudo opositores a Jair Bolsonaro, que transformaram as teorias da conspiração em uma categoria depreciativa a englobar diversas dinâmicas negacionistas, como as desconfianças sobre a pandemia do COVID-19 e o próprio terraplanismo. No segundo caso, mediarão ações os atores abertamente terraplanistas e alguns bolsonaristas, em movimentos independentes, mas, em alguns casos, convergentes em torno de desconfianças, como as envolvendo a pandemia.

Nesse sentido, essas controvérsias se mostraram diretamente conectadas a disputas políticas brasileiras, criando um cenário no qual terraplanismo e conspiracionismo foram associados ao bolsonarismo quase que por definição. No caso das teorias da conspiração, isso provavelmente se deva ao engajamento de Jair Bolsonaro e seus adeptos em torno de alegações de conspiração ao longo da pandemia, como as desconfianças relacionadas às vacinas, à origem do *SARS-CoV-2*, ao uso de máscaras e ao distanciamento social (KALIL, 2021). No que se refere ao terraplanismo, nossa hipótese é de que algumas menções dúbias do escritor Olavo de Carvalho em relação às hipóteses de planicidade da Terra possam ter municiado opositores a associá-lo, juntamente com os adeptos do bolsonarismo, ao movimento terraplanista como uma forma de estigmatizá-los.

Essa circunstância expressou como a instauração conceitual das teorias da conspiração não pode ser separada das situações controversas das quais emerge, sendo, mais do que uma qualidade inerente a certas narrativas ou sujeitos, um produto de eventos localizados espaço e temporalmente. Nesses eventos, podem se enredar ações como: as alegações de conspiração por parte de grupos desconfiados; a categorização dessas alegações como exemplares de teorias da conspiração; a atuação de algoritmos ou arquiteturas de mídias sociais na disseminação de conteúdo etc. Esse tipo de descrição pode auxiliar na compreensão do porquê certas desconfianças cotidianas não se enraizarem como teorias conspiratórias propriamente ditas ao passo que narrativas, como as terraplanistas, ganham forma midiática cotidianamente como um fenômeno conspiracionista esdrúxulo. Entre esses dois extremos – conspiracionismo radical e alegações de conspiração – parece haver múltiplas camadas que explicam essas distinções, mas que perdemos de vista devido à automatização desses procedimentos categorizantes.

Em outras palavras, gostaríamos de alertar para a transformação da categorização de grupos ou sujeitos como teóricos da conspiração em um hábito (JAMES, 2004; LATOUR, 2019). Tal qual nos habituamos a desempenhar certas funções automaticamente, também nos acostumamos a elencar alguns discursos – como os terraplanistas – como exemplares de teorias conspiratórias quase por definição, se estendendo, inclusive, para ocasiões nas quais essa ação se torna uma ferramenta de luta política (como na associação depreciativa de grupos

bolsonaristas ao terraplanismo). Com isso, não queremos negar o caráter potencialmente conspiracionista de muitas alegações sobre a Terra plana, ou das ações conspiratórias de Jair Bolsonaro no decorrer da pandemia do COVID-19, mas apenas não perder de vista suas condições de produção. Por mais que essas atitudes possam ser eficientes em um âmbito comunicacional mais amplo, pensamos que elas podem ser tornar pouco críticas e deveras estigmatizantes quando se trata de divulgação e comunicação científica, pois concedem a certos grupos uma (des)qualificação *a priori* não necessariamente evidente.

Mais amplamente, gostaríamos de nos aproximar de iniciativas que preconizam os modos de produção e distribuição dos conhecimentos tecnocientíficos ao invés de tomá-los enquanto parte de uma realidade óbvia a ser assimilada em situações educativas. Ao procedermos dessa maneira, reunimos condições para conceber o fato de que a própria forma aproximadamente geoidal da Terra não é de toda trivial, pois decorre de um problema material, empírico e moral. Este envolve a formulação de estudos e modelos para medir com certa confiança a circunferência da Terra; a ação exploradora (pode-se dizer em ambos os sentidos) de sujeitos como Fernão de Magalhães para confirmar a seus contemporâneos a imagem esférica da Terra já conhecida teoricamente; e a aceitação desses resultados e sua transformação em fato por uma comunidade especializada. Para lembrar Bruno Latour (2020), “o ciclo necessário para desenhar qualquer esfera é pragmático no sentido de John Dewey: sentimos as consequências de sua ação antes de imaginarmos o que realmente fez e de nos conscientizarmos do teor do mundo que lhe opôs resistência” (LATOURE, 2020, s. p.).

Logo, mais do que assumirmos a trivialidade dessa resultante socialmente compartilhada chamada “Terra globo”, um mote produtivo passa a ser a compreensão dos ciclos por meio dos quais a desenhamos ampla e densamente. Com isso, abre-se margem para se discutir sobre as evidências que sustentam uma ideia, bem como as disputas que as tornam interessantes para distintos agrupamentos. Dessa forma, se torna possível desnaturalizar a ideia de que um fato científico é uma entidade óbvia, expressando assim seu caráter articulado em relação a dados, experimentos, hipóteses, teorias, equipamentos, métodos experimentais e cientistas (LIMA, 2019). Além do mais, reunimos condições para descrever os movimentos negacionistas das Ciências como entidades formadas pela associação entre distintos atores e agências, sem reduzi-los a desvios cognitivos, sociais ou culturais.

Limitações desta pesquisa estão associadas à escolha de se investigar a relação entre terraplanismo e conspiracionismo em um contexto unicamente brasileiro, deixando à parte outros prováveis fatores desdobrados em circunstâncias culturais distintas. Esperamos que outras pesquisas possam se embasar nos resultados aqui organizados no sentido de ampliarem

as análises para outras formatações do negacionismo científico, e ainda, avaliarem sua ocorrência em outras línguas, países e culturas. Nesse seguimento, arguimos sobre a urgência de se incluir nas discussões sobre conspiracionismo e outras dinâmicas negacionistas das Ciências esse caráter pragmático da instauração do conceito de teorias da conspiração. Ainda que certos argumentos corroborem sua ambiguidade e reforcem seu caráter avaliativo denso (BJERG; PRESSKORN-THYGESEN, 2016; NAPOLITANO; REUTER, 2021), os resultados da presente pesquisa demonstraram como os atores sociais estabeleceram suas próprias concepções sobre teorias da conspiração, as utilizando de maneiras propícias em função de seus ensejos, mesmo na ausência de uma referência teórica. Desse modo, avaliamos que as teorias da conspiração vêm se consolidando como forma midiática fluída, instaurada e estabilizada constantemente no curso de práticas coletivas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A.; QUINAN, R. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “professor terra plana”. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019
- BESSI, A., ZOLLO, F.; DEL VICARIO, M.; PULIGA, M.; SCALA, A.; CALDARELLI, G. UZZI, B.; QUATTOCHIOCCHI, W. Users polarization on Facebook and Youtube. **PLoS ONE**, v. 11, n. 8, p. 1–24, 2016.
- BJERG, O.; PRESSKORN-THYGESEN, T. Conspiracy Theory: Truth Claim or Language Game? **Theory, Culture and Society**, v. 34, n. 1, p. 137–159, 1 jan. 2017.
- BOGART, L. M.; WAGNER, G.; GALVAN, F. H.; BANKS, D. Conspiracy beliefs about HIV are related to antiretroviral treatment nonadherence among African American men with HIV. **Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes**, v. 53, n. 5, p. 648–655, 2010.
- BOGART, L. M.; GALVAN, F. H.; WAGNER, G. J.; KLEIN, D. J. Longitudinal association of HIV conspiracy beliefs with sexual risk among black males living with HIV. **AIDS and Behavior**, v. 15, n. 6, p. 1180–1186, 2011.
- BOGART, L. M.; WAGNER, G. J.; GREEN JR, H. D.; MUTCHLER, M. G.; KLEIN, D. J.; MCDAVITT, B.; LAWRENCE, S. J.; HILLIARD, C. L. Medical mistrust among social network members may contribute to antiretroviral treatment nonadherence in African Americans living with HIV. **Social Science and Medicine**, v. 164, p. 133–140, 2016.
- BONFIM, C. S.; GARCIA, P. M. P. Investigando a “Terra plana” no YouTube: contribuições para o ensino de Ciências. **REnCiMa**, v. 12, n. 3, p. 1-25, 2021
- COADY, D. **Conspiracy theories**: The philosophical debate, 1 ed. Abingdon: Routledge, 2006.

DOUGLAS, K. M.; SUTTON, R. M. Climate change: Why the conspiracy theories are dangerous. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 71, n. 2, p. 98–106, 2015.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010

GARWOOD, C. **Flat earth: the history of an infamous ideia**. London: Pan Books, 2013.

GARWOOD, C. Alfred Russel Wallace and the flat earth controversy. **Endeavour**, v. 25, n. 4, p. 139–143, 2001.

HAMPDEN, J. **The Popularity of Error and the Unpopularity of Truth**. Swindon: Alfred Bull, 1869

HARAMBAM, J. Against modernist illusions: why we need more democratic and constructivist alternatives to debunking conspiracy theories. **Journal for Cultural Research**, v. 25, n. 1, p. 104–122, 2021.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. ‘I Am Not a Conspiracy Theorist’: Relational Identifications in the Dutch Conspiracy Milieu. **Cultural Sociology**, v. 11, n. 1, p. 113–129, 1 mar. 2017.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. Contesting epistemic authority: Conspiracy theories on the boundaries of science. **Public Understanding of Science**, v. 24, n. 4, p. 466–480, 2015.

HOFSTADTER, R. **The paranoid style in American politics**. New York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2008.

JAMES, W. Hábito. Tradução: GUTMAN, G. **Rev. Latinoam. Psicop. Fund.** Ano VII, n. 04, p. 200-213, 2004.

KALIL, I.; SILVEIRA, S. C.; PINHEIRO, W.; PEREIRA, J. V.; AZARIAS, W.; AMPARO, A. B. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. **Global Discourse**, v. 00, n. 00, p. 01–17, 2021.

JOLLEY, D.; DOUGLAS, K. M. Prevention is better than cure: Addressing anti-vaccine conspiracy theories. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 47, n. 8, p. 459–469, 2017.

JOLLEY, D.; DOUGLAS, K. M. The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. **PLoS ONE**, v. 9, n. 2, 2014.

JOLLEY, D.; MELEADY, R.; DOUGLAS, K. M. Exposure to intergroup conspiracy theories promotes prejudice which spreads across groups. **British Journal of Psychology**, v. 111, n. 1, p. 17–35, 2020.

LANTIAN, A.; MULLER, D.; NURRA, C.; KLEIN, O.; BERJOT, S.; PANTAZI, M. Stigmatized beliefs: Conspiracy theories, anticipated negative evaluation of the self, and fear of social exclusion. **European Journal of Social Psychology**, v. 48, n. 07, p. 939-954, 2018.

LATOURE, B. **A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

- LATOUR, B. **Investigação sobre os modos de existência**: uma antropologia dos modernos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza do Antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede-Salvador: EDUFBA, 2012.
- LIMA, N. W. et al. Educação em Ciências nos Tempos de Pós-Verdade: Reflexões Metafísicas a partir dos Estudos das Ciências de Bruno Latour. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 19, s. n., p. 155–189, 2019.
- MARINELLI, F. O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1173-1192, dez. 2020
- MARTINS, A. F. P. Terraplanismo, Ludwik Fleck e o mito de Prometeu. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1193-1216, dez. 2020
- MILNER, R.; SHERMER, M. Wallace and the Flat Earthers. **Skeptic Magazine**, v. 20, n. 3, p. 34–37, 2015.
- NAPOLITANO, M. G.; REUTER, K. What is a Conspiracy Theory? **Erkenntnis**, s. v., s. n., s. p., 2021.
- PEIRCE, C. S. (1992). **The essential Peirce**, v. 1. Bloomington: Indiana University Press.
- ROGERS, R. **Digital methods**. Cambridge: MIT Press, 2013.
- SANTAELLA, L. As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. **Psicologia USP**, v. 10, n. 02, p. 25-30, 1999.
- SHAHEED, M. N. Conspiracy Theories and Flat Earth Videos on YouTube. **The Journal of Social Media in Society**, v. 8, n. 2, p. 84, 2019.
- TOLLEFSON, J. Tracking QAnon: how Trump turned conspiracy-theory research upside down. **Nature**, v. 590, s. n., p 192-193, 2021.
- TUTERS, M.; JOKUBAUSKAITĖ, E.; BACH, D. Post-Truth Protest: How 4chan Cooked Up the Pizzagate Bullshit. **M/C Journal**, v. 21, n. 03, s. p., 2018.
- VENTURINI, T. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258–273, 2010.
- VENTURINI, T. Building on faults: How to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, v. 21, n. 7, p. 796–812, 2012.
- VENTURINI, T.; LATOUR, B. The Social Fabric: Digital Traces and Quali-quantitative Methods. In: **Proceedings of Future En Seine**, 2009.

VENTURINI, T.; MUNK, A. **Controversy mapping: a field guide**. London: Polity Press, 2021.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011

WOOD, J. E.; OLIVER, T. Medical Conspiracy Theories and Health Behaviors in the United States Depression and Clinical Inertia in Patients With Uncontrolled Hypertension. **JAMA Internal Medicine**, v. 174, n. 5, p. 817–818, 2014.

WOOD, M. J. Some Dare Call It Conspiracy: Labeling Something a Conspiracy Theory Does Not Reduce Belief in It. **Political Psychology**, v. 37, n. 5, p. 695–705, 2016.

ZOLLO, F. et al. Debunking in a world of tribes. **PLoS ONE**, v. 12, n. 7, p. 1–27, 2017.

ZOUMPOURLIS, V. et al. The COVID-19 pandemic as a scientific and social challenge in the 21st century. **Molecular Medicine Reports**, v. 22, n. 4, p. 3035–3048, 2020.

ARTIGO III – TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO SOB O SIGNO DE UM EVENTO

RESUMO

O objetivo deste ensaio é discutir sobre a dimensão prática das teorias da conspiração. Nos embasando em discussões oriundas sobretudo dos Epistemologia e Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, arguimos sobre as teorias da conspiração, mais do que entidades atreladas a disfunções psicossociais, deverem ser encaradas sob o signo de eventos que confrontam os atores engajados alegações de conspiração; os experimentadores de suas teses e o próprio terreno social no qual se conectam. Nesse sentido, ponderamos sobre o caráter depreciativo de uma teoria da conspiração ter se tornado uma forma de hábito, o que nos levou a discorrer sobre as implicações dessa interpretação para os âmbitos de educação científica.

Palavras-chave: Teorias da conspiração; evento; Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia; Educação em Ciências.

INTRODUÇÃO

O que é uma teoria da conspiração? Responder a esse problema pode levar a um quebra-cabeça epistemológico espinhoso, considerando a amplitude de formas socioculturais às quais essa expressão pode fazer referência, englobando desde atitudes até mentalidades, crenças, alegações, narrativas, suspeitas etc. Paralelamente, as descrições sobre as prováveis motivações que levariam pessoas a suportar uma teoria do tipo conspiratória também costumam ser variadas. Traços de personalidade característicos, necessidade de pertencimento a um grupo, demanda por fechamento cognitivo são alguns fatores psicossociais associados a seu suporte (GOERTZEL, 1994; WOOD; DOUGLAS; SUTTON, 2012; DOUGLAS; SUTTON; CICHOCKA, 2017; MARCHLEWSKA; CICHOCKA; KOSSOWSKA, 2018). Questões socioculturais em torno de seus adeptos tendem a englobar aspectos como o preconceito de classe, de gênero e o apego exacerbado a certos valores culturais, como a masculinidade e o coletivismo (BOGART et al., 2010; 2011; 2016; ADAM-TROIAN et al., 2020). Já a interferência de elementos sociotécnicos, como o ambiente polarizado de mídias sociais e seus algoritmos de impulsionamento de conteúdo, vem sendo discutida como um aspecto agravante do conspiracionismo entendido como uma dinâmica de desinformação (BESSI et al., 2016; ZOLLO et al., 2017).

Na esteira desses desdobramentos multifacetados, o conceito empregado para inscrever o fenômeno das teorias da conspiração tem sido marcado por uma avaliação depreciativa profunda. Com isso queremos descrever o fato de que as pessoas utilizam essa expressão não apenas para depreciar uma alegação ou atitude peculiar, mas também expressar os prováveis fatores descritivos pelos quais consideram-na deletéria. Esse uso se desdobra, inclusive, em ocasiões nas quais os critérios usados para se qualificar uma narrativa como conspiratória ultrapassam a mera presença de alegações de complô, se estendendo até manobras de engenharia conceitual, nas quais esse vocábulo admite sentidos que ultrapassam seus fundamentos epistêmicos tradicionais (NAPOLITANO; REUTER, 2021). Além disso, as discussões envolvendo esse fenômeno tendem a se expandir para as questões em torno das políticas do conhecimento, uma vez que “qualquer uso do conceito de teoria da conspiração sempre implica uma demarcação entre o conhecimento legítimo e racional e o absurdo ilegítimo e irracional” (BJERG; PRESSKORN-THYGESSEN, 2017, p. 02, nossa tradução).

Neste ensaio, corroboramos a centralidade dessas questões, mas procuramos edificar nossos argumentos para além dos aspectos unicamente epistêmicos, psicossociais ou técnicos de uma teoria conspiratória. Em suma, procuramos explorar a instauração conceitual das teorias da conspiração, defendendo uma perspectiva pragmática para descrever seus modos de ação. Nosso intuito visou responder à seguinte questão: “em face do caráter avaliativo denso angariado pelo conceito de teorias da conspiração, o que pode tornar uma alegação conspiratória?”. Para isso, argumentamos sobre a urgência de se inserir nesse debate os usos conferidos ao conceito de teorias da conspiração em circunstâncias específicas, bem como seus modos de distribuição cultural em mediação com dispositivos e tecnologias, fatores que, de nosso ponto de vista, contribuíram para tornar sua existência em um evento multifacetado, de caráter sociotécnico e de aparência universal.

Para cumprir com tal expectativa, nos amparamos em referenciais dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (LATOUR, 2001; 2011; 2012; 2019; STENGERS, 2002). Outras contribuições englobaram certas noções pragmatistas (JAMES, 2004; 2010) e da filosofia do processo (WHITEHEAD, 1994). Em consonância a essas perspectivas, perpassamos assuntos como a fabricação sociotécnica do conceito de teorias da conspiração, bem como seus desdobramentos práticos em termos das políticas do conhecimento. Também delineamos uma diferenciação entre uma teoria da conspiração e uma alegação de complô, sem deixar de mencionar os fundamentos político-epistêmicos da associação entre os vocábulos ‘teoria’ e ‘conspiração’ e as consequências de analisá-los em termos de um conceito pragmático de ação.

Esperamos, ao final do texto, ter conseguido descrever concisamente as bases fundamentais de nosso argumento.

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: TEORIAS OU OUTRA COISA?

Quem veio primeiro: o ovo ou a galinha? De uma perspectiva filosófica, esse dilema costuma ser empregado para representar uma busca por deliberação sobre as causas de uma ação. Nesse âmbito, ele se torna útil na medida em que a opção por uma das entidades presentes nesse problema necessariamente exclui a outra como causa provável de um acontecimento, pois a assunção simultânea das duas possibilidades levaria a um absurdo lógico. Assim, a necessidade de optarmos pelo ovo ou pela galinha nos coloca frente a uma bifurcação, conjuntura que pode ser traduzida em situações nas quais se procura explorar possíveis soluções diante de problemas controversos. De um ponto de vista científico, o dilema do ovo e da galinha ainda persiste, mas está mais estabilizado em favor do ovo pelo fato de o paradigma dominante nas Ciências da Vida descrever o ovo amniótico – o tal ovo da galinha – como um produto da reprodução de répteis ancestrais às aves domesticadas. Mesmo considerando especificamente o caso das galinhas domesticadas, essas seriam o resultado de uma seleção artificial decorrente da amestração de aves selvagens. Logo, chegaríamos à conclusão sobre o primeiro ovo de galinha ter sido botado por um animal ancestral a ela, uma quase-galinha, sendo assim, ele, ascendente ao animal conhecido atualmente (VAIANO, 2021).

O âmago desse dilema gera boas discussões filosóficas e seus desdobramentos se tornam ainda mais polêmicos se adicionarmos um componente humano ao debate. Em outras palavras, se traduzirmos o cerne do questionamento de modo a especular sobre quem veio primeiro: um fato científico ou um cientista? De uma perspectiva realista radical, essa é uma pergunta deveras *nonsense*, uma vez que não faz sentido conceber um fato como uma construção sobre a realidade, pois esse costuma ser entendido como uma entidade causal apreendida objetivamente por intermédio de modelos, teorias e práticas específicas. Da perspectiva filosófica do realismo, inclusive, essa busca pelo real afastaria as Ciências da Natureza de abordagens como construtivismo, fenomenalismo e idealismo, já que somente uma atitude realista faria sentido filosoficamente quando consideramos a busca científica pela verdade. Para resgatar Mario Bunge (2006), um realista dos mais respeitáveis, o “antirrealismo não está apenas errado: é totalmente destrutivo, porque proclama um vazio total: ontológico, epistemológico, semântico, metodológico, axiológico, ético e prático” (p. 87, nossa tradução). Desse olhar específico, seria óbvio pressupor a ascendência dos micróbios em relação a Pasteur, ou do oxigênio diante de

Pristley, Scheele e Lavoisier, visto que a realidade dessas entidades não-humanas já estaria “lá”, se desdobrando em um espaço particular e se deslocando em um tempo absoluto, aguardando uma atitude reveladora por parte desses seres-humanos dotados de métodos, modelos e instrumentos apropriados, bem como de mecanismos confirmadores de sua existência. Em resumo, o real seria uma entidade externa e apreensível pela experiência humana, mesmo que a resultante dessa experiência se desdobre em um conhecimento problemático e aproximado (BUNGE, 2006; CORDERO, 2012).

Indo além de uma questão prática, essa forma de analisar a realidade tem como fundamento uma clivagem frontal entre natureza e mente. Alfred North Whitehead (1994) nominou essa perspectiva de teoria de bifurcação da natureza, sendo uma decorrência direta das alegações modernas da filosofia natural. Segundo aquele autor, essa teoria teria clivado a realidade em dois sistemas antagônicos: a natureza apreendida pela percepção (os átomos, as moléculas, os animais ou a floresta Amazônica); e a natureza que é causa da percepção (essa também pode incluir entidades como átomos ou moléculas, mas na maneira como afetam a mente humana de modo a permitirem a assimilação da natureza percebida). Seguindo a tese de que a mente humana só pode conhecer aquilo que ela própria produz, as Ciências da Natureza assumiram, então, o papel de responsáveis pela investigação das causas das coisas conhecidas, entidades essas que estão ontologicamente separadas de nossos modos de apreendê-las. Logo, uma coisa seria a natureza causal em si, sendo ela externa à nossa percepção e constituinte de um mundo físico assimilável; e outra diferente seria a reação mental humana a essa causa, em suma, nossa atitude subjetiva diante dessa natureza causal. Já o ponto de convergência dessas duas naturezas seria a própria mente, sendo a natureza causal influente, pois se desenrola internamente em relação ao observador, e a natureza aparente efluente, uma vez que emana na direção oposta à nossa subjetividade (WHITEHEAD, 1994).

Dessa forma, ao clivar os fenômenos dos processos de sua apreensão, promovendo um *salto mortale* – para falar como William James (2010) – entre mundo físico e condições mentais, essa teoria bifurcadora estabeleceu uma dicomotia cabal entre sujeitos e objetos, tendo consequências inclusive em sentido moral, em decorrência de conferir “sentido claro ao valor de verdade de uma assertiva” (LATOUR, 2001, p. 172). Dizendo de outro modo, dessa perspectiva, uma afirmação será verdadeira e tão somente verdadeira se a ela houver um estado de coisas correspondente, de tal modo que sua negação implicaria em um contrassenso lógico. Sendo assim, se um sujeito não se coloca como capaz de consentir uma descoberta lógica e sociologicamente estabelecida em relação a um objeto percebido, essa incapacidade recairá sobre suas condições cognitivas, posto que é por intermédio da mente que apreendemos aquela

natureza externa causal. Na esteira dessa recusa, ele se tornará um confesso merecedor das mais terríveis e bem delineadas acusações: um negador da realidade, um fetichista desvairado crente na magia das pedras, no poder das cores, na Terra plana ou nos fetos abortados liquefeitos em um refrigerante de cola. Não que em certas ocasiões essas imputações não sejam um bocado merecidas, mas essa questão revela um problema atrelado à política do conhecimento. Em virtude de as teorias científicas terem sido transformadas em instrumentos reconhecidamente efetivos na modelação de uma resposta para a pergunta “o que é a realidade”, concedendo a elas não somente atributos metodológicos, mas também políticos, sua denegação implicará em um julgamento moral sobre qualquer um de seus desafetos.

As raízes históricas desse poder suscitado pelas teorias remetem às próprias revoluções técnicas na história da experimentação científica. Para retomar Isabelle Stengers (2002), a invenção experimental foi um acontecimento singular na história das Ciências em consequência de ter significado “a invenção do poder de conferir as coisas a poder de conferir ao experimentador a poder de falar em seu nome” (p. 108). Em síntese, por meio da experimentação, cientistas reuniram condições para falar em nome dos fenômenos da natureza e, mais do que isso, de se colocarem como responsáveis pela representação de sua realidade, que passou a ser reproduzível não apenas em laboratório, mas em qualquer lugar no qual seja possível respeitar o rigor de certos procedimentos. Contudo, essa representação só se tornou socialmente aceita porque foi estruturada na forma de enunciados muito bem delineados reunindo aspectos lógicos, empíricos e linguísticos adequados para tornar factível a comunicação entre pares, bem como sua verificação frequente. Como uma espécie de conjunção de todos esses aspectos, as teorias científicas angariaram, então, um duplo poder: primeiro, em relação às coisas apreendidas nos experimentos, fossem elas átomos, moléculas, organelas ou micróbios; e segundo, em relação aos pares profissionais pertencentes a um círculo esotérico, possibilitando aos cientistas reunirem argumentos lógicos para falsear enunciados rivais (POPPER, 2013), bem como condições sociais para atuar em consonância com uma comunidade que acate e reproduza a normalidade de suas asserções (KUHN, 2017). Dessa forma, unindo as pretensões de seus representantes em testemunhar uma verdade compartilhável, as teorias científicas significaram, mais do que um argumento diante de um fato apreendido, um meio efetivo para os cientistas fazerem história (STENGERS, 2002).

Não pretendemos nos aprofundar no mérito do estabelecimento político-metodológico das teorias científicas, nem descreditar as motivações que levaram os cientistas a realizá-la. No entanto, gostaríamos de apontar um problema sociológico oriundo do uso dado ao vocábulo ‘teorias’ em sua conjunção com o vocábulo ‘conspirações’. Em suma, queremos ressaltar o fato

de que os cientistas e filósofos modernos, os mesmos que concederam e ratificaram o poder epistêmico das teorias de representar objetivamente uma realidade experienciada, não se privaram de manter essa entidade lógico-política conectada a um vocábulo referente a um acontecimento coletivo que visa desestabilizar determinado grupo ou situação (conspiração), de tal modo que essa conjunção (teoria-conspiração) passasse a retratar uma narrativa, atitude, crença ou mentalidade que tanto abominam. Dizendo de outro modo: eles conferiram às teorias da conspiração uma condição aberta e inerentemente depreciativa, transformando-as em um conceito associado aos fenômenos mais indesejáveis, e, ainda assim, mantiveram-na qualificada com a alcunha de “teorias”.

E não se trata de uma questão meramente pontual, pois esse fato se reproduziu em âmbitos distintos. Basta analisar as traduções dessa expressão para outros idiomas: *Conspiracy Theories*, *Les Theories du Complot*, *Las Teorías de la Conspiración*. Os locais mudaram, os períodos históricos idem, mas essa prática resistiu aos deslocamentos, ganhando força retórica nas vozes e textos das mais variadas áreas profissionais. As Ciências modernas, que tanto se engajaram em se diferenciar dos mitos, das crenças infundadas, do anticientificismo, e, mais recentemente, das pós-verdades e das *fake news*, mantiveram um dos seus filhos mais pródigos – as teorias – na companhia de um vocábulo não diretamente associado às suas bases epistêmicas (não se pode dizer que as conspirações sejam o tema preferido dos teóricos das Ciências, mesmo os sociais), em uma conjunção transformada em uma categoria *a priori* utilizada para englobar fenômenos culturais mais estigmatizados. Terraplanismo, desconfiança vacinal, suspeitas sobre a origem de doenças, negacionismo climático, descrença na ida do homem à Lua, todos fenômenos culturais tão combatidos pelas Ciências e tão comumente associados a disfunções psicossociais de seus adeptos, mas todos englobados em uma classe caracterizada pela presença do que nomearam de “teorias” da conspiração.

Seria imprudência ou reducionismo de nossa parte reduzir essa ocorrência como uma incoerência dos cientistas e filósofos envolvidos nessa nomeação, mesmo porque o vocábulo “teorias” extrapola a academia científica e arregimenta usos no senso comum. Muito provavelmente, se trata de um daqueles casos em que um rótulo se alastrou amplamente, tornando-se assim tão reconhecido e poderoso que uma mudança de nome se tornou em algum momento uma impossibilidade prática. Algo semelhante ao ocorrido com a Teoria Ator-Rede, nome pelo qual Bruno Latour (2012) mostrara certa desconfiança, mas que se transformou em uma matéria de interesse pujante (para o bem e para o mal), tornando-o praticamente inalterável. Ainda assim, reservamos o próximo subcapítulo no intuito de esmiuçar algumas questões em torno dessa associação, pois julgamos produtivas algumas questões emergentes.

NEM TODA ALEGAÇÃO DESCONFIANTE SE TORNARÁ UMA TEORIA CONSPIRATÓRIA

O argumento debatido neste subtópico é o seguinte: se as teorias da conspiração são mesmo teorias, no sentido edificado pelas Ciências e suas epistemologias, elas deveriam passar pelo escrutínio lógico e sociológico de uma comunidade científica. Mas, do contrário, se não são teorias propriamente ditas, porque essa alcunha foi preservada? Indo além de sugerir uma resposta cabal para essa indagação, gostaríamos de pontuar sobre um problema decorrente dessa associação, a ver, o fato de uma alegação versando sobre um suposto complô secreto receber a alcunha de uma teoria conspiratória depreciativa pressupor a existência de teorias não-merecedoras da mesma carga epistêmica concedida às teorizações científicas. Em outras palavras, existiram, então, teorias destrutivas?

Essa questão pode parecer frívola, mas foi discutida por Clarke (2002) em suas ponderações sobre as teorias da conspiração formarem algo parecido com o núcleo de programas de pesquisa degenerados, na esteira da epistemologia lakatosiana. Para revisar essa linha de pensamento, um programa de pesquisa, segundo Imre Lakatos (1970), pode ser qualificado como uma tradição profissional edificada em torno de uma teoria central, ou seja, um núcleo duro formado pelo conjunto de hipóteses e teorizações compartilhadas por uma comunidade especializada. Quando certas anomalias despontam em relação a essa tese, mas elas são coletivamente consideradas insuficientes para contradizê-la, a heurística negativa de um programa de pesquisa impede sua refutação sumária e a hipótese de falsidade recai sobre seu cinturão protetor, dentro do qual são formuladas as condições teóricas fundamentais. Inversamente, quando algum fato se torna incompatível com as formulações iniciais, colocando em crise as suas bases epistêmicas, a heurística do programa se torna positiva, possibilitando a reunião de sugestões sobre como resolver os problemas emergentes no intento de sofisticar esse cinturão de proteção. Sendo assim, um programa de pesquisa se tornará progressivo quando as respostas às anomalias forem efetivas em produzir fatos novos e quando esses são corroborados por uma comunidade esotérica. Do contrário, ele se tornará degenerativo quando as respostas postuladas forem logicamente insuficientes para resolver o problema, resultando na falta de suporte dos pares (LAKATOS, 1979).

Nesse seguimento, a proposição de Clarke (2002) recai sobre a insistência dos nomeados teóricos da conspiração “em permanecerem comprometidos com programas de pesquisa mesmo quando estes exibem sinais claros de degeneração” (p. 142, nossa tradução). Um exemplo disso

seriam os adeptos do terraplanismo, fiéis mantenedores das hipóteses de planicidade da Terra mesmo contra todas as evidências geofísicas suportadas pela comunidade científica internacional. Ao fundamentar essa tese de degeneração, Clarke (2002) resgatou uma controvérsia com Keeley (1999) na qual divergiu da posição desse último sobre uma teoria da conspiração merecer o “nome de ‘teoria’, porque oferece uma explicação do evento em questão. Ela propõe as razões pelas quais o evento ocorreu” (p. KEELEY, 1999, p. 116, nossa tradução). Segundo Clarke (2002), isso só se tornaria verdadeiro se o conceito de teoria empregado fosse aplicado como sinônimo de pontos de vista que mudam ao longo do tempo, algo similar aos processos descritos pelos programas de pesquisa de Lakatos (1979). Para ele, Keeley (1999) teria transformado as teorias da conspiração em explicações únicas sobre a ocorrência de eventos, deixando à parte a questão coletiva do suporte ao núcleo duro de teses centrais. Ainda assim, Clarke (2002) manteve o uso social dado a esse conceito, defendendo, inclusive, que dar “alguma consideração a mil teorias da conspiração é um pequeno preço a pagar para que uma conspiração nefasta real, como a conspiração de *Watergate*, seja descoberta mais cedo ou mais tarde” (p. 148, nossa tradução).

Nessa continuidade, as teses sobre teorias da conspiração serem tipos teóricos destrutivos e opositores às teorias científicas arregimentaram adeptos diversificados na academia. As estratégias envolveram sua categorização como tipos de desconfiança médica (BOGART et al., 2010; 2011; 2016), crenças infundadas (WOOD; DOUGLAS; SUTTON, 2012; VAN PROOIJEN; DOUGLAS, 2018; BERTIN; NERA; DELOUVÉE, 2020), fenômenos das pós-verdades (MARTINS, 2020) e até memes (GOERTZEL, 2010), sendo correntemente associadas a narrativas com pouco respaldo nos fatos ou, no mínimo, a uma forte resistência a processos de falseamento. A despeito disso, a associação entre os vocábulos ‘teorias’ e ‘conspiração’ resistiu a tais modificações e a depreciação dessas teorizações ocorreu via sua categorização como um tipo teórico destrutivo. Mesmo quando o vocábulo “teorias” foi suprimido, a instauração de expressões como “crenças conspiratórias” ou “narrativas conspiratórias” foi concretizada sem o escrutínio sobre os desdobramentos dessa associação, cerrando a expressão “teorias da conspiração” como uma categoria a englobar os fenômenos mais depreciativos. Dessa maneira, as produções acadêmicas posicionaram, de um lado, as teorias científicas, sendo elas instrumentos epistêmicos capazes de modelar com sucesso uma realidade exterior, contando com o respaldo social de uma comunidade esotérica, e de outro, as teorias do tipo conspiratória, como sendo explicações mal-sucedidas na explicação dessa mesma realidade, mas que, mesmo diante de contra-evidências sólidas, conseguem atrair adeptos insistentes em suscitar controvérsias.

Nesse sentido, gostaríamos de estruturar algumas considerações a respeito da manutenção do vocábulo “teorias” para nomear as teorias da conspiração. Em suma, alertamos que essa associação mantém alguns dos problemas epistêmicos associados à própria raiz epistemológica do conceito de teoria. Isto é, a pressuposição de que uma teoria é uma forma inapelavelmente objetiva de acessar uma realidade exterior, velando assim os processos epistêmicos, sociais, históricos, políticos, enfim, todas as conexões que sustentaram sua transformação em um instrumento político-metodológico de explicação da realidade. À vista disso, quando deliberamos sobre clivar, de um lado, uma teoria científica como uma explicação exitosa sobre um fato, e de outro, uma teoria da conspiração como uma forma degenerada de teorização, não nos valem dos procedimentos práticos por intermédio dos quais as próprias teorizações científicas obtiveram (ou não) êxito, pois somente assumimos *a priori* que as primeiras triunfaram por deterem preceitos que as segundas não possuem. Por mais eficiente que seja em âmbitos comunicacionais, essa tática dificulta o entendimento de questões como o fato de as teorias da conspiração não serem necessariamente falsas por definição, considerando seu não aprofundamento em relação aos desdobramentos práticos que permitem descrever como um fenômeno social tão estigmatizado e associado ao erro, pode, em algum momento, ter suas suposições corroboradas pelas evidências empíricas. Além disso, seguindo essa atitude, não reunimos os argumentos para explicar o porquê de o conceito de teorias da conspiração extrapolar, em muitos casos, a presença de alegações de conspiração, ultrapassando os atributos epistêmicos característicos de sua significação (NAPOLITANO; REUTER, 2021).

Dessa forma, reduzir uma teoria da conspiração a uma alegação suscitando um complô secreto e malévolo não nos permitiria compreender como esse conceito adquiriu componentes sociais, políticos e culturais ulteriores a uma simples desconfiança, se transformando em um estigma social (LANTIAN et al., 2018). Nesse sentido, entre alegações desconfiantes e teorias da conspiração existe uma rede de significados e ações que não dependem somente da checagem das primeiras para se efetivarem, mas que, quando identificados, tornam possível diferenciar, por exemplo, uma conjectura pontual sobre uma suposta conspiração ocorrendo em um contexto político e um discurso terraplanista tão enraizado culturalmente como um exemplar de teoria conspiratória esdrúxula. Reservamos o próximo capítulo de modo esmiuçar essa questão.

UMA DIFERENCIAÇÃO ENTRE ALEGAÇÕES DE CONSPIRAÇÃO E TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

Quando falamos de alegação de conspiração em diferenciação às teorias da conspiração, não pretendemos realizar nenhuma revolução conceitual radical. Nosso intuito é mais prático do que epistemológico, no sentido de pontuar sobre uma questão central: nem toda alegação apontando para a existência de um complô, secreto ou explícito, receberá a alcunha de uma teoria da conspiração. Essa circunstância foi evidenciada empiricamente em um estudo de Napolitano e Reuter (2021), no qual verificaram que a maioria dos participantes considerou apropriado utilizar o termo “teoria da conspiração” para caracterizar alegações que não apresentavam uma conspiração em seu escopo, como alusões a alienígenas. Além disso, verificaram o oposto disso em um segundo estudo: mesmo quando uma alegação incluía uma conspiração, as pessoas não a caracterizaram como uma teoria conspiratória caso a assunção fosse verdadeira (como no caso de conspirações políticas na América Latina). Isso significou uma dupla desassociação conceitual, assinalando que uma teoria da conspiração não necessariamente precisa conter alegações conspiratórias para ser considerada como tal.

Ampliando tal questão, essa diferenciação pode ser útil para distinguir teorias da conspiração daquelas teorizações sociológicas que apresentam aspectos epistêmicos similares a alegações de conspiração, como a atuação, oculta ou totalitária, de práticas ideológicas reproduzindo a hegemonia de um *status quo* (BOURDIEAU; PASSERON, 1982; ALTHUSSER, 2022). Conforme argumentou Bruno Latour (2004), alguns aspectos apriorísticos desse tipo de teorização crítica se assemelhariam às teorias da conspiração por resgatarem argumentos sobre atores poderosos agindo juntos e em segredo:

Qual é a diferença real entre conspiracionistas e uma versão popularizada, ou seja, uma crítica social ensinável inspirada por uma leitura muito rápida de, digamos, um sociólogo tão eminente quanto Pierre Bourdieu (para ser educado, vou ficar com os comandantes de campo franceses)? Em ambos os casos, se deve aprender a suspeitar de tudo o que as pessoas dizem, porque é claro que todos sabemos que elas vivem sob o domínio de uma completa ilusão de seus reais motivos. Então, após a descrença ter despontado e uma explicação ser solicitada para o que realmente está acontecendo, em ambos os casos, novamente, é o mesmo apelo a agentes poderosos escondidos no escuro, agindo sempre de forma consistente, contínua e implacável (LATOUR, 2004, p. 229, nossa tradução).

Compreendemos as bases dessa “crítica à crítica” de Latour (2004) e a corroboramos em alguma medida, sobretudo por ela colocar luz sobre os exageros de certas posições críticas ao preterirem o escrutínio das evidências empíricas em prol de posicionamentos *a priori*. No

entanto, mesmo considerando similitudes ou aproximações, não seria cabível categorizar esse tipo de teorização crítica na mesma classe discursiva de uma teoria da conspiração estigmatizada, como as teses terraplanistas, mesmo porque as alegações versando sobre agentes poderosos nesses dois casos não são isonômicas: enquanto as teorias dos aparelhos ideológicos de Estado possuem distintas tradições de pesquisas no marxismo em torno de estudos de casos concretos, como o colonialismo europeu, as alegações sobre a NASA estar escondendo a suposta verdade sobre o formato plano da Terra são ficções pouco suportadas empírica e coletivamente etc.

Além do mais, se considerássemos toda alegação desconfiante como uma teoria da conspiração, no mínimo, seríamos levados a renegar sumariamente qualquer desconfiança social somente pelo receito de sermos associados em algum nível aos “teóricos da conspiração”. Agindo assim, poderíamos perder de vista a atuação, secreta ou totalitária, de atores internacionais em golpes de estado em determinados países, como nas ocorrências em torno do Golpe Militar no Brasil, em 1964, bem como na conspiração em torno do caso *Watergate*, nos Estados Unidos da América. Com isso, não pretendemos negar a possibilidade de certas alegações, das mais simplórias às mais respaldadas, angariarem uma abordagem conspiracionista na medida em que avançam radicalmente em suas desconfianças, transformando-se em um produto midiático. Contudo, essa qualificação não deve ser conferida *a priori*, uma vez que conspirações e teorias da conspiração são fenômenos ontologicamente distintos, sendo a mera presença de alegações de conspiração insuficiente para tornar uma teoria conspiratória (NAPOLITANO E REUTER, 2021).

Em síntese: mais do que uma alegação suscitando um complô, uma teoria da conspiração pode ser entendida como o produto de um evento. Falamos em evento tendo em suporte a conceituação proposta por Whitehead (1994) como sendo um processo contingente que conjunta o caráter específico de um lugar em determinado período, se instituindo em uma dinâmica na qual cada “evento estende-se por sobre outros eventos e por sobre cada evento estendem-se outros eventos” (p. 72). Indo além de uma ocorrência isolada, essa rede de acontecimentos sucessivos pode ser estendida até à qualificação de um fato científico, na medida em que sua instauração prática permite uma deliberação sobre um argumento ser considerado meritório de receber o crivo de uma comunidade científica particular. À nível de exemplo: foi por ter se consolidado enquanto evento singular na história das Ciências que a invenção experimental do plano inclinado por Galileu Galilei conferiu aos cientistas de sua época a possibilidade de um novo uso da razão, tornando factível uma demarcação entre enunciados considerados científicos e aqueles não-merecedores do escrutínio dos

procedimentos técnicos das Ciências, sendo, por isso, relegados às diferentes classes do senso-comum, dos mitos e das crenças (STENGER, 2002).

Na esteira dessa concepção, argumentamos sobre as teorias da conspiração assumirem a forma de um evento no qual se chocam dois tipos fundamentais de atitude: uma desconfiante, que visa explorar as incertezas em torno da origem ou dos desdobramentos de uma ocorrência, se materializando narrativamente na forma de uma alegação de conspiração; e uma experimentadora das consequências da primeira e, mais do que isso, produtora de significados que passam a ser compartilhados por uma comunidade, permitindo assim conferir à primeira a alcunha de ‘teoria da conspiração’. Indo além de um choque unicamente epistêmico, os meios aos quais essa contenda se conecta também devem ser admitidos como atores de sua instauração, pois suas agências podem mediar ou intermediar as relações emergindo em seus espaços. Um exemplar disso pode ser encontrado nas discussões de Bessi et al. (2015) sobre as arquiteturas de mídias sociais favorecerem a disseminação de conteúdo polarizado, potencializando a disseminação de conteúdos polêmicos e virais, nos quais se enquadram as teorias da conspiração.

Esse entendimento pragmático nos permite compreender mais amplamente a assunção clássica de que nem toda teoria da conspiração pode ser considerada falsa por definição (WOOD; DOUGLAS; SUTTON, 2012). Isso se torna intuitivo da perspectiva do evento, visto que a presumida falsidade das alegações conspiratórias não deve ser o único componente analisado em sua instauração prática. Se assim fosse, bastaria uma checagem transparente das evidências em jogo, um respaldo midiático abrangente em favor desse procedimento e sobrariam poucos motivos para terraplanistas se reunirem diariamente no intuito de discutirem sobre o porquê de seus modelos não serem corroborados e replicados em larga escala. Mas a instauração de uma teoria da conspiração ultrapassa a mera checagem das informações em disputa, resultando de um evento que conjunta experiências conflitantes em conexão com um arcabouço sociotécnico favorável à sua edificação e continuidade.

Desse aspecto, como essas experiências não estão restritas a tempos ou culturas particulares, as teorias da conspiração se desdobram em uma aparência quase universal. Alguns trabalhos atribuem essa universalidade a questões genéticas relacionadas às alegações de conspiração, arguindo que “a tendência de desconfiar da possibilidade de que outros estejam formando conspirações contra alguém e seu grupo pode fazer parte da natureza humana” (VAN PROOIJEN, DOUGLAS, 2018, p. 900, nossa tradução). Da perspectiva pragmática deste trabalho, gostaríamos de pontuar sobre essa aparente universalidade ter se tornado um produto daquilo que William James (2004) e Bruno Latour (2019) denominaram de hábito.

Segundo William James (2004), o hábito é uma forma de ação que ultrapassa a mera reprodução mecânica de atitudes, ainda que possa se desdobrar em práticas específicas atreladas à simplificação de movimentos e à diminuição de esforços. Ampliando tal estrato, a filosofia do hábito se estende às próprias leis descritas pela física em relação à natureza, à medida que certos tipos elementares da matéria se mantêm resistentes a mudanças, tornando algumas estruturas contínuas ao longo do tempo. Por meio do hábito, realizamos atividades físicas ou competências sociais, do mesmo modo como nos acostumamos com determinadas situações ou condições. O hábito se torna, assim, “a grande mola mestra da sociedade, seu agente mantenedor mais precioso” (JAMES, 2004, p. 208).

Habituar-se a algo, portanto, significa tornar contínua determinada ação. Contudo, como toda continuidade “é sempre o efeito de um salto sobre as discontinuidades” (LATOURETTE, 2019, p. 221), o hábito pode ser compreendido, da perspectiva de um modo de existência, como uma maneira a partir da qual omitimos as trajetórias de existência de uma entidade, transformando o hiato separador de sua discontinuidade naquilo que se costuma chamar de essência. Quase como extraindo o mundo de Parmênides do mundo de Heráclito, unindo diferença e repetição, o hábito se institui, então, enquanto uma prática empregada para tornar a materialidade caótica do mundo em um lugar minimamente suportável ou, melhor dizendo, habitável (LATOURETTE, 2019).

Nesse sentido, argumentamos sobre os procedimentos de categorização das teorias da conspiração terem se tornado um hábito diante das tentativas de se lidar com a complexidade cultural de certas desconfianças sociais. Assim, ao invés de checarmos todas as informações relacionadas às alegações de conspiração, de modo a esmiuçar suas condições de produção, nos habituamos a denominar de “conspiracionistas” todos aqueles desconfiantes: dos mais explicitamente falsos, como terraplanistas, antivaxxers e QAnon, até os sujeitos suspeitando de complôs cotidianos ou específicos. Na classe das teorias da conspiração, sempre há espaço para mais um componente. Ainda que essa seja uma ação eficiente em diversos âmbitos, uma vez que automatiza determinadas posições de uma controvérsia, delineando os atores e os papéis sociais envolvidos, não tem sido eficiente para evitar o suporte a alegações de conspiração, já que denominar sujeitos ou grupos de “teóricos da conspiração” tem gerado mais ambivalência do que desprezo em situações concretas (WOOD, 2016).

Além disso, os atores categorizantes (como os cientistas e divulgadores em Ciência atuando em mídias sociais) têm procurado cerrar essas contendas como uma forma de proteção da autoridade epistêmica das produções que defendem. Considerando as diferenças de força entre

essas partes, como esse quadro se mantém possível? Destinamos o próximo tópico para esmiuçar essa questão, bem como para concluir nosso ensaio.

A FABRICAÇÃO SOCIOTÉCNICA DAS TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

Ao assumirmos uma teoria da conspiração como fruto de um evento, uma questão desponta: como os nomeados “teóricos da conspiração” têm conseguido manter suas controvérsias ativas por tanto tempo? Afinal, se seus métodos são ineficientes, seus adeptos minoritários e seus resultados estão equivocados, como seria possível pensar em seu relativo “sucesso” midiático sem recair em uma tese simplista sobre estarmos diante de um caso contemporâneo de delírio coletivo?

Para explorar essa questão, retomamos a abordagem em ação de Bruno Latour (2011; 2012) sobre a instauração de um fato científico, de modo a analisá-la comparavelmente em relação a uma teoria da conspiração. Tendo como parâmetro essa abordagem, chegamos à conclusão de que o estabelecimento de um fato não se deve unicamente aos aspectos lógicos de uma hipótese transformada coletivamente em teoria, pois existem modalidades sociais positivas e negativas que tornam a continuidade de um enunciado possível graças ao escrutínio de suas condições de produção. Um exemplo histórico disso pode ser encontrado no caso da “vitória” do oxigênio sobre o flogisto, acontecimento este não redutível aos esforços estritamente técnicos de Antoine Lavoisier com o apoio de sua balança analítica, primeiro, porque o aumento do peso de metais calcinados já era um fenômeno conhecido em sua época; segundo, porque o químico francês não fora o único a se opor às teses de George Ernst Stahl e Guillaume François Rouelle; e terceiro, o destronamento da teoria flogística levou anos para se tornar um fato amplamente aceito (inclusive pelo próprio Lavoisier). De outra maneira, o triunfo de Lavoisier se deveu sobretudo a um deslocamento no curso de interesses da própria comunidade científica europeia, acontecimento que o posicionou como uma figura de influência em todo o continente. No entanto, o processo de convencimento de seus pares levou mais de uma década, sendo acompanhado de outros feitos, como a consolidação teórica do oxigênio como um elemento aceito e a “descoberta” da composição da água, evento que trouxe recursos financeiros e humanos às investigações de Lavoisier, desencadeando a conversão de outros químicos e pesquisadores ao conjunto de seus pressupostos teóricos (BENSAUDE-VINCENT; STENGERS, 1992).

Esse exemplo demonstra como o estabelecimento de um fato científico se deve, em grande medida, à estabilização das controvérsias em torno de sua instauração. Com isso não

pretendemos negar a importância dos procedimentos técnicos para a edificação de um fato, visto ser notória a participação da balança analítica na revolução química de Lavoisier. Contudo, isso ocorreu não pela mera utilização desse instrumento, mas pelo modo diferente pelo qual o químico francês passou a empregá-la, sendo, ao mesmo tempo, “o instrumento privilegiado do laboratório do químico, um conceito organizador que permite abstrair de certas circunstâncias, e um instrumento de argumentação que cria um palco da prova” (BENSAUDE-VINCENT; STENGERS, 1992, p. 134). Tal qual o plano inclinado de Galileu, a balança foi o acontecimento experimental de Lavoisier (STENGERS, 2002). Com ela, ele mudou os rumos da atividade científica de seus pares, angariando uma notoriedade sem a qual muito provavelmente não teria sido possível reunir suporte não apenas político, mas também técnico, financeiro e institucional para seguir com suas produções. Esse evento também se desdobrou no silenciamento de adversários, pois a fidelidade de um cientista em torno de uma teoria degenerada – para falar como Lakatos (1979) – levaria à perda de credibilidade diante dos avanços sociotécnicos da Química naquele período. Dessa forma, tornar um argumento resistente a alterações pode ser considerado um dos motes primordiais da atividade científica na medida em que negá-lo coloca o dissidente à sua própria mercê, “sem apoio ou aliados, sozinho em sua profissão, ou – o que é pior – isolado da comunidade, ou talvez – o que é terrível – num asilo! Grande é o poder dessa retórica capaz de enlouquecer quem dela discorde” (LATOURE, 2011, p. 88).

Na esteira desse entendimento pragmático da atividade científica, podemos compreender mais concretamente o caráter depreciativo de uma teoria da conspiração. Como os adeptos de uma alegação de conspiração estão usualmente engajados em nutrir discordâncias diante da autoridade de explicações consideradas oficiais, aqueles que permanecem detratores, se negando à aceitar o arcabouço metodológico e empírico da atividade profissional opositora, se tornam sumariamente isolados, num processo consolidado por meio de um trabalho de fronteira conjuntando cientistas, jornalistas, pesquisadores e todo tipo de ator agindo para corroborar a impertinência das alegações conspiratórias (HARAMBAM, AUPERS, 2015).

Desse modo, a insistência em torno de certas alegações de conspiração se mostra um trabalho de defesa diante desse cenário, dado o desequilíbrio de forças entre as partes (na grande maioria dos casos), mas também devido às diferenças metodológicas edificadoras dos argumentos envolvidos. Ressaltamos isso no sentido de reconhecer a singularidade dos procedimentos sociotécnicos das Ciências em estabelecer uma verdade negativa, por meio dos quais seus enunciados arregimentam recursos de forma a se consolidar como mais do que simples ficções. Esse processo se efetiva pela criação de um regime de envolvimento estético,

afetivo e político, no qual determinadas atitudes produzem verdades sobre a realidade; a realidade garante a edificação dessa verdade caso restrições sejam respeitadas; e no qual os cientistas são atores fundamentais que não podem se considerar detentores estritos dos saberes que produzem (STENGERS, 2002).

Nessa sequência, os enunciados de uma alegação de conspiração, ou seja, a formatação lógica pela qual ela pode ser esquadrihada, se diferenciam de um enunciado científico na medida em que são mobilizados como uma forma de resistência diante da autoridade epistêmica de um enunciado opositor (HARAMBAM; AUPERS, 2015). Isso se mostra verdadeiro sobretudo naquelas alegações estigmatizadas, que não conseguem angariar aliados suficientes para sustentar os resultados de suas supostas descobertas-invenções. Todavia, não se deixando vencer pela protuberância dos argumentos divergentes, os sujeitos engajados nessas alegações têm criado suas próprias comunidades internas em meio às quais podem dar continuidade às suas teses, conferindo as motivações de seu fracasso a inimigos quase sempre externos: a NASA em relação à hipótese de planicidade da Terra; a indústria farmacêutica no caso das teses antivacina; o Supremo Tribunal Eleitoral (STE) referente às desconfianças das urnas eletrônicas no Brasil; os Estados Unidos da América em se tratando de certas teses sobre o imperialismo capitalista; os imigrantes latino-americanos como inimigos invasores da cultura estadunidense etc.

Nenhuma dessas alegações pode ser considerada, em si, uma teoria da conspiração e a falsidade dos enunciados replicados nem sempre é uma ocorrência explícita ou até mesmo verificável. Mas todas elas compartilham de suposições sobre uma suposta conspiração ocorrendo no intuito de prejudicar grupos específicos e que são resgatadas para explicar a posição subjugada na qual seus adeptos estão submetidos, ou ainda, para justificar os sentimentos de ameaça repartidos entre seus pares. Nesse seguimento, sua instauração como teorias da conspiração não será uma questão meramente epistêmica, sendo, portanto, um produto coletivo do seguimento das controvérsias em meio às quais diferentes atores mobilizam seus esforços (HARAMBAM, AUPERS, 2017).

Para que essa instauração coletiva ocorra, o terreno no qual essas controvérsias se conectam deve ser considerado um ator de sua manutenção. Essa questão tem sido amplamente discutida em pesquisas investigando o papel das arquiteturas das mídias digitais no estabelecimento de condições propícias para a distribuição de conteúdo de cunho conspiratório. Nessa conjuntura, a instituição de dinâmicas de polarização entre usuários, bem como a formação de câmaras de eco – bolhas sociais dentro das quais são consumidos tipos de conteúdo convergentes – têm sido descritas como ocorrências habituais dos ambientes midiáticos digitais. Mais do que uma

decorrência da atuação algorítmica desses espaços, o conteúdo das alterações em jogo tem sido descrito um fator determinante dessas dinâmicas de polarização, num processo no qual o degrading de controvérsias envolvendo agrupamentos rivais – como divulgadores de Ciência e engajados em teses sobre a Terra plana – resulta na edificação de um cenário onde as teorias da conspiração têm ganhado cada vez mais destaque (BESSI et al., 2016).

No entanto, tudo isso não quer dizer que as teorias da conspiração possam ser consideradas fenômenos estritamente contemporâneos, pois disputas em torno de alegações de conspiração foram verificadas em tempos e culturas distintas (VAN PROOIJEN; DOUGLAS, 2018).

Controvérsias sobre as hipóteses da Terra plana, por exemplo, foram registradas desde o século XIX, como na contenda envolvendo o naturalista Alfred Russel Wallace e o terraplanista John Hampden. Após terem se enfrentado em um experimento visando provar a rotundidade da Terra, Wallace foi considerado o vencedor por conseguir demonstrar, com o auxílio de um telescópio, um desnível ao longo de uma hidrovía de Londres. No entanto, Hampden não aceitara bem a derrota, passando a importunar o naturalista por décadas na sequência do ocorrido, chegando ao ponto de enviar cartas intimidadoras a pessoas próximas a ele, incluindo o Presidente da Sociedade Geográfica Real da qual Wallace fazia parte (MILNER; SHERMER, 2015):

Se você persistir em manter em sua lista de membros um ladrão e vigarista condenado, A. R. Wallace, de Barking, sou obrigado a inferir que sua sociedade é composta principalmente por esses canalhas sem princípios, que pagam a você uma comissão estipulada por suas fraudes [...] (MILNER; SHERMER, 2015, p. 36, nossa tradução).

Nesse excerto, notamos a acusação de John Hampden sobre um suposto complô envolvendo o presidente e membros da sociedade de geógrafos britânica pelo simples fato de Wallace fazer parte de seu quadro. Para formalizar essa bravata, fez uso de uma tecnologia social das mais antigas: uma carta escrita à mão. Não havia algoritmos de mídias sociais, tampouco uma suposta “era da desinformação” à disposição de Hampden, mas nada disso o impediu de desconfiar da índole de pessoas e instituições, recorrendo a uma suposição de complô como forma de justificar seu revés. Na sequência desse evento, contudo, ele não ganhou reconhecimento pela alcunha de um “teórico da conspiração”, sendo apenas taxado de um doido varrido e crente nas injustificadas “teorias” da Terra plana (GARWOOD, 2013).

Desse modo, ainda que um sujeito possa se engajar abertamente em alegações de conspiração, seus argumentos não se tornarão parte de uma teoria da conspiração a menos que

assim sejam instaurados e assimilados por uma comunidade. Afirmamos isso não no sentido de negar a realidade de uma teoria da conspiração, mas, do contrário, de descrever sua realidade como um fluxo cuja instauração depende do confronto daqueles que alegam a existência de conspirações e aqueles que renegam essa alegação, produzindo significados compartilhados em um terreno favorável à sua disseminação. Se, conforme dissertou Coady (2006), uma conspiração não pode existir movida por um indivíduo isolado, a teorização que acusa esse complô de acontecer secretamente tampouco pode se efetivar sem o devido suporte externo, incluindo o de seus opositores. Seus adeptos poderão ser taxados de mentirosos, malucos, vigaristas, farsantes ou negacionistas por desconfiarem da autoridade de uma explicação oficial, mas a alegação de conspiração em torno da qual se mobilizaram só se tornará uma teoria da conspiração como o resultado de uma instauração cultural mais ampla.

Na esteira dessas considerações, esperamos que as discussões reunidas neste ensaio possam motivar pesquisadores e pesquisadoras a realizarem investigações sobre as teorias da conspiração seguindo o cerne dessa abordagem pragmática. Sob o signo dos eventos, julgamos ter encontrado um caminho frutífero para perseguir os desdobramentos desse fenômeno cultural tão polêmico e enraizado midiaticamente. Desse aspecto, nossas conclusões estão em linha com as discussões visando encontrar uma forma menos estigmatizada para lidar com as pessoas envolvidas em alegações de conspiração (HARAMBAM, 2021), mas também cientes de que as consequências sociais deletérias de algumas delas – como as teses antivacina – não devem ser menosprezadas em função de objetivos filosóficos particulares. Desse modo, abordar uma teoria da conspiração como o resultado de um evento pode ser uma saída para responder a ambos os desafios.

REFERÊNCIAS

ADAM-TROIAN, J.; WAGNER-EGGER, P.; MOTYL, M.; et al. Investigating the Links Between Cultural Values and Belief in Conspiracy Theories: The Key Roles of Collectivism and Masculinity. **Political Psychology**, v. 42, n. 4, p. 597–618, 2021.

ALBUQUERQUE, A.; QUINAN, R. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “professor terra plana”. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**, 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2022.

BENSAUD-VINCENT, B.; STENGERS, I. **História da química**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

- BERTIN, P.; NERA, K.; DELOUVÉE, S. Conspiracy Beliefs, Rejection of Vaccination, and Support for hydroxychloroquine: A Conceptual Replication-Extension in the COVID-19 Pandemic Context. **Frontiers in Psychology**, v. 11, n. September, p. 1–9, 2020.
- BESSI, A., ZOLLO, F.; DEL VICARIO, M.; PULIGA, M.; SCALA, A.; CALDARELLI, G. UZZI, B.; QUATTOCHIOCCHI, W. Users polarization on Facebook and Youtube. **PLoS ONE**, v. 11, n. 8, p. 1–24, 2016.
- BJERG, O.; PRESSKORN-THYGESEN, T. Conspiracy Theory: Truth Claim or Language Game? **Theory, Culture and Society**, v. 34, n. 1, p. 137–159, 1 jan. 2017.
- BOGART, L. M.; WAGNER, G.; GALVAN, F. H.; BANKS, D. Conspiracy beliefs about HIV are related to antiretroviral treatment nonadherence among African American men with HIV. **Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes**, v. 53, n. 5, p. 648–655, 2010.
- BOGART, L. M.; GALVAN, F. H.; WAGNER, G. J.; KLEIN, D. J. Longitudinal association of HIV conspiracy beliefs with sexual risk among black males living with HIV. **AIDS and Behavior**, v. 15, n. 6, p. 1180–1186, 2011.
- BOGART, L. M.; WAGNER, G. J.; GREEN JR, H. D.; MUTCHLER, M. G.; KLEIN, D. J.; MCDAVITT, B.; LAWRENCE, S. J.; HILLIARD, C. L. Medical mistrust among social network members may contribute to antiretroviral treatment nonadherence in African Americans living with HIV. **Social Science and Medicine**, v. 164, p. 133–140, 2016.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BUNGE, M. A. **Chasing reality**. Toronto: University of Toronto Press, 2006.
- CLARKE, S. Conspiracy theories and conspiracy theorizing. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 32, n. 2, p. 131-150, 2002
- COADY, D. **Conspiracy theories: The philosophical debate** Conspiracy Theories: The Philosophical Debate, 2006.
- CORDERO, A. Mario Bunge's Scientific Realism. **Sci & Educ**, v. 21, s. n., p. 1419–1435, 2012.
- DOUGLAS, K. M.; SUTTON, R. M.; CICHOCKA, A. The psychology of conspiracy theories. **Current Directions in Psychological Science**, v. 26, n. 6, p. 538–542, 2017.
- GARWOOD, C. **Flat earth: the history of an infamous ideia**. London: Pan Books, 2013.
- GOERTZEL, T. Belief in Conspiracy Theories. **Political Psychology**, v. 15, n. 04, p. 731-742, 1994.
- GOERTZEL, T. Conspiracy theories in science. **EMBO Reports**, v. 11, n. 7, p. 493–499, 2010.

HARAMBAM, J. Against modernist illusions: why we need more democratic and constructivist alternatives to debunking conspiracy theories. **Journal for Cultural Research**, v. 25, n. 1, p. 104–122, 2021.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. Contesting epistemic authority: Conspiracy theories on the boundaries of science. **Public Understanding of Science**, v. 24, n. 4, p. 466–480, 2015.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. ‘I Am Not a Conspiracy Theorist’: Relational Identifications in the Dutch Conspiracy Milieu. **Cultural Sociology**, v. 11, n. 1, p. 113–129, 1 mar. 2017.

JAMES, W. Hábito. Tradução: GUTMAN, G. **Rev. Latinoam. Psicop. Fund.** Ano VII, n. 04, p. 200-213, 2004.

JAMES, W. **The meaning of truth**: a sequel to ‘pragmatism’. Auckland: The floating press, 2010.

KEELEY, B. Of conspiracy theories. **The Journal of Philosophy**, v. 96, s. n., p.109-26, 1999.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**, 13. ed. São Paulo: Perspectiva Editora, 2017.

LAKATOS, I. 1970. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: **Criticism and the growth of knowledge**. LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. (org). Cambridge: Cambridge University Press.

LANTIAN, A.; MULLER, D.; NURRA, C.; KLEIN, O.; BERJOT, S.; PANTAZI, M. Stigmatized beliefs: Conspiracy theories, anticipated negative evaluation of the self, and fear of social exclusion. **European Journal of Social Psychology**, v. 48, n. 07, p. 939-954, 2018.

LATOUR, B. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora, 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LATOUR, B. **Investigação sobre os modos de existência**: uma antropologia dos modernos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede-Salvador: EDUFBA, 2012.

MARCHLEWSKA, M.; CICHOCKA, A.; KOSSOWSKA, M. Addicted to answers: Need for cognitive closure and the endorsement of conspiracy beliefs. **European Journal of Social Psychology**, v. 48, n. 2, p. 109–117, 2018.

MARTINS, A. F. P. Terraplanismo, Ludwik Fleck e o mito de Prometeu. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1193-1216, dez. 2020

- MILNER, R.; SHERMER, M. Wallace and the Flat Earthers. **Skeptic Magazine**, v. 20, n. 3, p. 34–37, 2015.
- NAPOLITANO, M. G.; REUTER, K. What is a Conspiracy Theory? **Erkenntnis**, s. v., s. n., s. p., 2021.
- PIGDEN, C. Conspiracy Theories and the Conventional Wisdom. **Episteme**, v. 04, n. 02, p. 219-232, 2007.
- POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**, 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.
- STENGERS, I. **A invenção das ciências**, 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.
- VAIANO, B. O que veio primeiro, o ovo ou a galinha? **Super Interessante**, 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/quem-veio-primeiro-o-ovo-ou-a-galinha/>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- VAN PROOIJEN, J. W.; DOUGLAS, K. M. Belief in conspiracy theories: Basic principles of an emerging research domain. **European Journal of Social Psychology**, v. 48, n. 7, p. 897–908, 2018.
- VENTURINI, T. Online Conspiracy Theories, Digital Platforms and Secondary Orality. Toward a Sociology of Online Monsters. **Theory, Culture & Society**. Preprint, 2021.
- WHITEHEAD, A. N. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- WOOD, M. J.; DOUGLAS, K. M.; SUTTON, R. M. Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. **Social Psychological and Personality Science**, v. 3, n. 6, p. 767–773, 2012.
- ZOLLO, F. et al. Debunking in a world of tribes. **PLoS ONE**, v. 12, n. 7, p. 1–27, 2017

2- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1985, o líder político do Partido Conservador de Zalanda, Sr. Carles Perez, tramou uma conspiração para prejudicar seus adversários no Partido Socialista, que ameaçavam sua liderança. Ele subornou membros do partido rival e chantageou outros para que revelassem informações comprometedoras sobre seus líderes. Perez usou essas informações para lançar uma campanha difamatória contra os socialistas, que resultou em sua vitória nas eleições e na manutenção de seu poder. No entanto, suas ações foram descobertas anos depois e ele foi forçado a renunciar em desgraça. Seu nome se tornou sinônimo de corrupção e traição, e seu legado político foi arruinado para sempre.

O excerto acima versa sobre uma conspiração política registrada em Zalanda, em 1985, que culminou na desgraça de seu fiador. No entanto, devo revelar uma característica peculiar sobre essa estória: ela é completamente falsa. Nunca existiu complô algum liderado pelo comandante do Partido Conservador de Zalanda. Aliás, nem mesmo existe um lugar chamado Zalanda. Até onde se tem registro, o Sr. Carles Perez mencionado não foi uma pessoa de carne e osso. Cada pedaço de informação foi inventado. E não fiz isso sozinho, porque o enredo não é de minha autoria. Ele foi criado por uma Inteligência Artificial (IA) – o *ChatGPT* – tendo sido minha incumbência apenas digitar no campo de escrita dessa plataforma a seguinte instrução: “crie uma história, em um parágrafo, sobre um líder político que conspirou contra seus adversários. A história deve conter o nome fictício desse político, dos partidos envolvidos, de seu país, uma data no passado e um final trágico”. Nesses termos, poderia dizer que, eu, com auxílio de uma AI, criamos o enredo de uma teoria da conspiração, ou seja, uma explicação que postula sobre grupos agindo juntos e em segredo com objetivos geralmente sinistros (COADY, 2006).

Mas como alguém poderia nomear essa estória de teoria conspiração se os únicos afeitos a seu enredo somos, por enquanto, eu, escritor, e você, leitor(a)? A não ser que ela seja levada a sério e viralize em grupos de uma mídia social ou em rodas de conversa pelas ruas do país, ganhando condição de continuidade – ou hábito – ao longo do tempo, o boato ficará inscrito neste espaço textual até seu esquecimento sumário. Sua materialidade, portanto, está condicionada à estrutura de uma base de dados garantidora de sua publicação, bem como ao conhecimento público de seu conteúdo. Como um exoplaneta desconhecido que, neste exato momento, só existe como fruto de uma especulação, a realidade dessa teoria só ganhará probabilidade pela ação coletiva de atores que a promovam, criando e distribuindo significados a partir de suas alegações.

Em última análise, podemos dizer que essa estória, aqui e agora, não passa de uma alegação de conspiração, isto é, um argumento versando sobre um suposto complô que ocorreu em locais, tempos e culturas que nem precisam existir realmente. Para ganhar condição de teoria da conspiração, essa alegação precisaria mobilizar ações e convencer um número suficiente de adeptos para levar adiante seu escopo argumentativo. Mais do que isso, precisaria ser categorizado dessa forma, relegado então à companhia de outras narrativas consideradas conspiratórias: *QAnon*, *Pizzagate*, Terra plana, a farsa da ida do homem à Lua, a fraude eleitoral nas eleições brasileiras, a lenda da suposta morte de *Paul McCartney*, os *chemtrails* etc. Difícil negar que tais alegações são realmente teoria conspiratórias, pois elas estão classificadas como tal em locais diversos, como dados do *Google*, *Wikipedia*, plataformas de notícia e entretenimento, incluindo a própria inteligência do *ChatGPT* (quando indagada sobre ser verdade que *Paul McCartney* morreu, sua resposta foi: “Não, essa é uma teoria da conspiração conhecida como ‘Paul está morto’ que surgiu nos anos 60” [...]). Mas houve um momento da história, talvez logo após sua confecção, que nenhuma delas carregava essa alcunha, sendo, outrora, associadas a outros tipos de estranhezas. O caso do terraplanismo retrata bem esse fato, uma vez que suas bases sociais remetem às explicações cosmológicas antigas e não estão necessariamente envolvidas em alegações conspiratórias (GARWOOD, 2013).

Nesse momento, gostaria de lembrar a questão de pesquisa apresentada no preâmbulo: como podemos definir – ou seja, dar limites – a realidade das teorias da conspiração em termos de sua formatação conceitual e de sua relação com a verdade científica? Para respondê-la, gostaria de inicialmente defender, com base nos artigos produzidos, que a realidade de uma teoria da conspiração pode ser entendida, em suma, como um produto de agências coletivas engajadas em sua instauração.

Isso ficou evidenciado no Artigo I, por exemplo, que assinalou como pesquisadores de diferentes abordagens tomaram o conceito de teorias da conspiração como um ponto de convergência para inscrever distintos aspectos da realidade desse fenômeno. Nesses procedimentos, fatores sociotécnicos como a posição institucional dos autores e o compartilhamento de argumentos convergentes se mostraram fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas, tornando o conceito de teorias da conspiração um produto teórico dessas mobilizações. Assim, ainda que esse conceito seja tão associado a alegações irreais, quanto mais esmiuçaram sua realidade controversa, mais os pesquisadores conferiram a ele uma realidade particular – depreciativa, mas real.

No Artigo II, isso também ficou expresso no modo como atores transformaram o conceito de teorias da conspiração em uma categoria depreciativa a englobar várias dinâmicas

negacionistas das Ciências, se conectando, inclusive, com controvérsias políticas brasileiras. Dessa maneira, não apenas sua formação conceitual foi desdobrada nessas contendas, mas o próprio processo de categorização de determinadas alegações como exemplares de teorias da conspiração se mostrou um hábito enraizado em situações midiáticas. Isso implicou em considerar uma automatização de certas posições no debate público em mídias sociais, por meio da qual algumas alegações serão consideradas conspiratórias e, por conseguinte, falsas por definição.

Por fim, no Artigo III, organizei essas discussões no sentido de ensaiar sobre as teorias da conspiração, ao invés de causas metafísicas descoladas da materialidade do mundo ou efeitos de possíveis desvios psicossociais de seus adeptos, serem consideradas como o resultado de um evento. Esse pode conjuntar tanto aqueles engajados em alegações de conspiração quanto aqueles que produzem significados a partir delas, se prolongando ao longo de um terreno favorável para sua continuidade. Sendo assim, a realidade das teorias da conspiração não se resumirá às alegações versando sobre conspirações, mesmo porque muitas dessas nem mesmo acabam reconhecidas como tal.

A nível de exemplo, gostaria de retomar a estória da conspiração Zalanda: não há indícios de que ela seja amplamente reconhecida como uma teoria conspiratória. Por enquanto – e espero que sempre – ela trata apenas de uma estória fictícia relegada ao anonimato de uma tese de doutoramento. Para angariar realidade de teoria da conspiração, ela precisaria reunir interessados em levar adiante suas alegações, atores corresponsáveis por classificá-la como tal, e ainda, um terreno propício para que esse processo se sucedesse. Seu “sucesso”, portanto, ultrapassa minha responsabilidade exclusiva e sua origem nas linhas de um texto gerado por uma inteligência artificial tampouco importariam em um eventual alastramento. Aliás, na maioria das vezes, se torna praticamente impossível mapear as bases da instauração de uma alegação de conspiração (basta pensar na dificuldade de se apontar uma ocasião particular na qual o boato sobre a morte de *Paul McCartney* pode ter sido forjado). Nesse sentido, teorizar sobre uma suposta conspiração ocorrendo pode até ser uma ação realizada individualmente, mas a continuidade dessa teorização dependerá de esforços coletivos para angariar hábito e forma de teoria da conspiração.

Considerando essas discussões, podemos empreender o caráter avaliativo denso angariado pelo conceito de teorias da conspiração como um efeito da própria instauração da verdade oriunda das Ciências modernas. Nos dados das pesquisas, isso ficou evidenciado quando sujeitos engajados em temas científicos no *Facebook* (Artigo II) estabeleceram uma clivagem frontal em relação ao conspiracionismo, barrando, inclusive, sua participação em Grupos

públicos sobre Ciências: “*Teorias da conspiração do tipo "o homem não foi a lua", "terra plana", e outros não serão toleradas*”, foi o que disse um dos atores. Essa atitude se mostra uma herança de uma Ciência oriunda da modernidade, período caracterizado pela separação incontornável entre o verdadeiro e o falso, entre o fato e a ficção. Desse modo, ao instaurarem uma verdade objetiva e condecorarem seus responsáveis, os modernos também estabeleceram e isolaram seus inimigos, conferindo a eles os mais variados deméritos (LATOURE, 1994).

Nesse procedimento, a própria manutenção das teorias da conspiração como “teorias”, ainda que controversa segundo argumentou Clarke (2002), serviu como um ponto para expressar tal consideração. Ora, se os cientistas e filósofos modernos inauguraram as únicas formas válidas de teorização, então para quaisquer outras “teorias” só restaria a categorização como mentiras deslavadas ou, no mínimo, teorizações farsescas. Nessa sequência, essa atitude se conectou com acontecimentos desdobrados já na pós-modernidade, como o negacionismo científico digital e as *fake news*, sobrando para os pós-modernos “pagarem essa conta”, uma vez que, tendo esvaziado o mundo de fatos duros e inquestionáveis, eles ganharam o rótulo de engenheiros do conspiracionismo contemporâneo.

Desse aspecto, não estou a afirmar que alegações de conspiração não possam ser, de fato, falsas ou exageradas em muitos casos (vide as alegações conspiratórias do terraplanismo). A questão que pretendo pontuar remete a um problema ético, sobretudo quando falamos de âmbitos educacionais e de divulgação científica. Imaginemos a circunstância de um professor de Física atuando diante de um estudante engajado em defender a hipótese de planicidade da Terra. Para esse jovem terraplanista, não apenas a Terra seria plana como esse “fato” não viria à tona devido a uma conspiração global envolvendo a NASA, os governos de diversos países, a comunidade científica internacional e tantos outros possíveis atores supostamente interessados em esconder “a verdade”. Obviamente, esse estudante não teria criado essa convicção instintivamente, já que o terraplanismo tem se mostrado um movimento resiliente e, mais do que isso, atraente⁵. Não é como se ele tivesse levantado uma suspeita individual sobre um complô envolvendo o professor e a equipe pedagógica após ter se saído mal no exame de Astronomia. Sua suposição pode ter raízes sociais mais profundas, incluindo suas bases familiares ou religiosas, o tipo de conteúdo que ele está acostumado a consumir em mídias sociais, sua própria personalidade peculiarmente desconfiada etc. Diante desse cenário multifatorial, o professor poderia agir de maneiras distintas: demonstrar o histórico de medições

⁵ Segundo o Data Folha, aproximadamente 11 milhões de brasileiros em 2019 alegaram acreditar que a Terra é plana. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/7-dos-brasileiros-afirmam-que-terra-e-plana-mostra-pesquisa.shtml>

da curvatura da Terra por Erastótenes; esclarecer o fato de o funcionamento dos satélites depender de uma interpretação “globista” da Terra; mostrar a impossibilidade de um eclipse lunar produzir uma sombra curva em uma interpretação da Terra plana etc. Nada disso garantiria a “conversão” do estudante à Ciência. Ele poderia simplesmente recusar essa gama de contra-argumentos e continuar acreditando na planicidade da Terra, talvez até acusando o professor de participar da conspiração mundial contra a Terra plana. O docente teria feito sua parte, mas seu poder de convencimento estaria fadado a desdobramentos que não são de sua inteira responsabilidade.

Desse modo, quando falamos em educação científica, poderemos sempre estar diante de uma circunstância na qual nós, professores, nunca teremos total controle diante de posicionamentos divergentes. Não é como se pudéssemos agir como os cientistas, nos firmando em melhores condições técnicas ou tecnológicas como uma forma de isolar os atores discordantes (LATOURET, 2011). Ou como os políticos tradicionais, que massacram os opositores pela falta de acesso a verbas ou apoio legislativo. No mundo de uma sala de aula, os divergentes se tornam também nossa herança.

Nesse sentido, ainda que discussões venham argumentado sobre a eficácia dos processos educacionais das Ciências em atravancar o suporte a certas narrativas conspiratórias injustificadas, contribuindo para estimular o senso crítico e o pensamento analítico das pessoas (SWAMI et al., 2014; FASCE; PICÓ, 2019), também é verdade que as relações entre níveis educacionais e o suporte a alegações de complô não são diretas, sendo explicadas por processos psicológicos múltiplos e independentes (VAN PROOIJEN, 2017). Logo, não há garantias de que argumentos pró-científicos sejam capazes de convencer pessoas que já acreditam fortemente em alegações de conspiração e há algumas discussões sugerindo que o confronto direto e a estigmatização podem intensificar sua confiança nesses argumentos, pois poderiam se indagar se o ataque oriundo de um inimigo aberto – tal qual um cientista – não seria um sinal de que estariam indo na direção correta ao suspeitar de certos intentos (WOOD, 2016).

Mesmo diante desse cenário de incertezas, resultados de pesquisa – como os apresentados no Artigo I, envolvendo o conceito comunicacional das teorias da conspiração – vêm demonstrando que páginas de divulgação científica em mídias sociais são mais propensas a atacar argumentos externos considerados conspiratórios do que o contrário, revelando atitudes pouco receptivas desses grupos em relação a explicações não suportadas pelas Ciências (BESSI et al., 2015; 2016; DEL VICÁRIO et al., 2016). Não pretendo julgar suas motivações, afinal, quem nunca se envolveu em uma situação de confronto diante de antagonistas? Mas, e se admitíssemos por um momento que, talvez, muitas dessas pessoas não queiram descobrir a

realidade dos fatos suscitada pelos cientistas? Ora, se assim procedessem, isso encerraria as próprias motivações sociais que os levam a se reunir coletivamente em torno de pautas desconfiantes. Mais amplamente, a partir do momento em que o escopo de suas alegações passa a ser confrontado por seus adversários cientistas, eles angariam a legitimidade que buscavam para suscitar o âmago de uma alegação conspiratória: desconfiar de grupos supostamente conspirando contra certos argumentos rivais motivados por objetivos sinistros (COADY, 2006).

Nesse seguimento, o suporte a uma alegação de conspiração se torna uma ação útil às pessoas, na medida em que, para elas, importa menos que seus argumentos estejam suportados pelos fatos das Ciências e mais como sua crença contribui para seus intentos em situações concretas. Não quero, com isso, afirmar que os sujeitos engajados em nessas alegações sejam todos intelectualmente humildes e não se consideram detentores da verdade, sendo esse, aliás, um hábito⁶ usual de muitos deles. A questão que tenciono pontuar implica em assumir sua crença em um sentido pragmático, não remetendo a uma entidade mental característica de uma pessoa, mas a uma forma concreta de ação (JAMES, 2013). Sendo assim, acreditar que existe uma conspiração acontecendo se torna uma atitude verdadeira para essas pessoas justamente porque lhes serve a fins específicos, sendo real na medida pela qual confere a elas a possibilidade de agir diante de determinadas circunstâncias, como em situações nas quais seus posicionamentos não são hegemônicos. Contudo, essa ação por si só não confere às suas alegações a condição de teoria da conspiração, sendo essa instauração uma consequência de um conjunto mais amplo de atitudes e atores – como perfis de divulgação científica, páginas de jornalismo e entretenimento, bancos de informação de sites de busca, algoritmos e arquiteturas de mídias sociais etc. – atuando para produzi-lo e estabilizá-lo.

Diante desse cenário, poderíamos argumentar: e se, ao invés do confronto, combatêssemos essas desconfianças com indiferença? Essa hipótese tem bases argumentativas nas discussões de Tommaso Venturini (2019) sobre o conspiracionismo *online* prosperar na medida pela qual produz indignação e alarde, tornando suas teses difíceis de se ignorar ou esquecer. Sua sobrevivência *online*, portanto, depende do confronto, da excitação e do poder de “ferir” seus adversários, nutrindo continuamente as controvérsias diante de argumentos considerados oficiais. Não seria, então, mais inteligente evitar sua emancipação social por meio da contenção de sua publicidade? Essa consideração até tem fundamentos interessantes, mas sua limitação

⁶ Basta analisar o resgate usual de Jair Bolsonaro do trecho bíblico de João 8:32: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/02/20/interna_politica,1123332/todo-jornalista-deveria-ter-joao-8-32-carimbado-na-testa-afirma-bol.shtml

reside em sua faceta idealizada. Na prática, para além das questões éticas, percebemos que a indiferença diante de alegações de conspiração é praticamente impensável em face de sua própria característica confrontadora, sem falar que isso poderia acarretar atitudes irresponsáveis diante daquelas alegações potencialmente destrutivas, como os argumentos visando suspeitar da segurança das vacinas contra a COVID-19, ou aquelas que pretendem deslegitimar pautas progressistas importantes – como as causas LGBTQIAP+ – acusando-as de conspirar contra a suposta moralidade cristã ocidental (JOLLEY; DOUGLAS, 2014; MARCHLEWSKA et al., 2019). Certas alegações de conspiração, portanto, são simplesmente impossíveis de se relevar e o evento de sua transformação em uma teoria da conspiração não será passível de impedimento.

Outra possibilidade seria defender a contenção imediata de alegações de conspiração por intermédio das empresas detentoras das plataformas de mídias sociais. Algo nesse nível foi sugerido por Morozov (2012), ponderando sobre a possibilidade de as plataformas digitais marcarem com uma bandeira vermelha os sites administrados por pseudocientistas e teóricos da conspiração, contribuindo para alertar as pessoas sobre os riscos associados àquele tipo de informação. Nos últimos anos, de fato, estratégias⁷ similares foram promovidas pelas plataformas digitais para monitorar informações em espaços digitais sobre a COVID-19, marcando fontes consideradas oficiais e confiáveis, excluindo publicações abertamente mentirosas e barrando diversos perfis que se engajaram em disseminar conteúdo dúbio ou falso.

Não é tão difícil acatar os bons argumentos em torno desse tipo de agência em um período marcado por tantas atribulações, mas, poderíamos estender esse tipo de atitude a longo prazo? Conforme discutiu Noortdje Marres (2015), deveríamos colocar os mecanismos de busca projetados pelas *Big Techs* como árbitros fora do alcance da crítica? Em resumo: se a indiferença pode pecar pela irresponsabilidade, essa última estratégia pode pesar a mão na tirania. Se minha tese estiver mesmo correta e uma teoria da conspiração não deve ser resumida às características epistêmicas de uma narrativa, bem como às condições psicossociais de seus adeptos, então, quem iria decidir “o que é” uma teoria conspiratória? Os grandes conglomerados de mídias? Os cientistas? Quais? Sociais ou da Natureza? Como funcionaria o arbítrio desses procedimentos? Quais seriam os critérios envolvidos? Como operar para atualizar os critérios às diferentes situações nas quais uma teoria considerada conspiratória emerge? São tantas

⁷ O perfil de Jair Bolsonaro no Twitter, por exemplo, sofreu diversas penalidades após o ex-presidente brasileiro compartilhar informações que vão contra as explicações oficiais sobre a pandemia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/29/twitter-apaga-publicacoes-de-jair-bolsonaro-por-violarem-regras-da-rede.ghtml>

perguntas a serem respondidas sobre esse tema que a defesa de qualquer decisão imediata pode ser considerada um ultraje.

Dessa forma, discutir sobre como agir diante da emergência de teorias da conspiração remete a um corolário classicamente pragmatista: “tudo depende”. Para falar nos termos de William James (2013), isso significa condicionar as respostas de todos os problemas às suas consequências concretas, assumindo uma atitude que desvia das coisas primeiras, dos princípios, das categorias *a priori* e se aproxima das coisas últimas, das consequências, dos resultados *a posteriori*. No âmbito das teorias da conspiração, isso implica em assumir que, às vezes, será preciso atacar diretamente uma alegação antes mesmo de ela tomar magnitude tamanha que não possa ser contradita, mesmo sob o risco de contribuirmos com sua publicidade (os casos das narrativas antivacina são um belo exemplo disso). Outras vezes, talvez precisemos dar um passo atrás, nos perguntando se vale mesmo a pena dar voz (e poder) a uma alegação cotidiana (pensemos na suposição de que *Paul McCartney* está morto. Esse argumento será mesmo maléfico em alguma medida, a não ser para familiares desavisados do *Beatle*?). Em todo caso, precisaremos considerar que nossas atitudes também conferem realidade ao conspiracionismo, seja por meio da publicização de suas alegações, seja pela instauração coletiva de significados que inscrevam aspectos de sua realidade.

Por fim, uma última questão incomodativa também precisa ser encarada: em certas ocasiões, nós mesmos, atores engajados em temas científicos, não podemos desconfiar de ocorrências com base em suspeitas pouco suportadas pelos fatos? Pondero isso, pois, a não ser que um sujeito se considere detentor de uma condição *full time* racional, não me parece descabido pensar que alegações de conspiração possam emergir em ambientes científicos ou educacionais, como salas de professores, reuniões do laboratório, *podcasts* sobre Ciência e perfis de divulgação científica. Não estou a defender esse tipo de posição e reconheço a necessidade fundamental de evitá-la, mas, em face dela, indago: até onde vai nossa legitimidade crítica?

Nesses parâmetros, defender uma posição pragmática, que renuncia a posicionamentos imediatos por considerá-los improváveis de generalização, talvez soe um bocado mercenário. Afinal, como poderíamos conceber, duplamente, o não-enfrentamento de alegações de conspiração em certas ocasiões e o confronto direto em outras? Mas, pensando pragmaticamente a partir de uma concepção de ação (JAMES, 2013), se uma teoria da conspiração pode ser qualificada como o resultado de um evento no qual todos os seus participantes – os engajados em alegações de conspiração, os cientistas checadores de fatos, o público expectador, as arquiteturas das mídias sociais, as *Big Techs* satisfeitas com a viralidade

de seu conteúdo etc. – atuam potencialmente para que elas ganhem essa condição, então, até que ponto a perspectiva de confrontá-las continuamente não acarretaria o próprio consentimento de sua existência?

Para lembrar Bruno Latour (2002), a fidelidade diante de um ídolo “não se trata absolutamente de crença, mas de atitude” (p. 55). Assim, não poderíamos nós, profissionais das Ciências, acabar emulando comportamentos demasiadamente iconoclastas? Como Jagannath, uma jovem personagem de um conto de Ananthamurthy que pretendia libertar seus familiares da crença em uma mísera pedra – o *shaligram* – sem saber que sua crença era maior que a de todos juntos, não estaríamos nós levando as teorias da conspiração mais a sério que seus próprios atores? Posso estender esse questionamento àqueles sujeitos engajados em uma interpretação ingenuamente realista das Ciências, os mesmos que não ganharam a simpatia nem de um realista notável como Mario Bunge: não seriam eles iconoclastas hipócritas tais quais os colonizadores portugueses, que acusavam os povos guineenses de acreditarem em fetiches enquanto carregavam no peito suas próprias cruzes (LATOUR, 2002)?

Dessa perspectiva, gostaria de encerrar a tese com uma consideração de Bruno Latour em relação ao conspiracionismo. Em entrevista a Venturini e Munk (2021), o filósofo deu uma definição que pode ser bastante produtiva para compreendermos a realidade das teorias da conspiração: “Conspiracionismo para mim não é um defeito cognitivo, mas a completa irrelevância da noção de um mundo comum” (p. 292). Nesse sentido, a perda de referência em relação ao comum sem dúvida nos atinge enquanto atores engajados nas Ciências, visto que aqueles inimigos de nossas produções, os quais denominamos de negadores dos fatos, loucos desvairados, ou, simplesmente, teóricos da conspiração, não pretendem acatar com boa vontade nossas argumentações. Mesmo porque a maior parte delas está consolidada sobre fatos que não são evidentes, mas precisam ser construídos com muito suor e apoio. Nosso papel enquanto educadores e comunicadores em Ciências se torna, então, crucial, pois seremos nós a tomar a frente dessa mediação. Assim, ao invés de clivar dois mundos incomensuráveis, nossa atuação precisará encarar a realidade de que a perda da noção de comunidade será enfrentada, em boa medida, pela colaboração com aqueles mesmos que a negam.

3- REFERÊNCIAS

BASTIAN, M., HEYMANN, S., & JACOMY, M. Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks. **Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media**, n. 03, v. 01, p. 361-362, 2009.

BENOIT, B. Verdade, interpretação e justiça segundo Nietzsche. **Cad. Nietzsche**, v. 42, n. 01, p. 31-60, 2021.

BESSI, A.; COLETTI, M.; DAVIDESCO, G. A.; SCALA, A.; CALDARELLI, G. QUATTOCHIOCCHI, W. Science vs conspiracy: Collective narratives in the age of misinformation. **PLoS ONE**, v. 10, n. 2, p. 1–17, 2015

BESSI, A.; PETRONI, F.; DEL VICARIO, M.; ZOLLO, F.; ANAGNOSTOPOULOS, A.; SCALA, A.; CALDARELLI, G.; QUATTOCHIOCCHI, W. Homophily and polarization in the age of misinformation. **European Physical Journal: Special Topics**, v. 225, n. 10, p. 2047–2059, 2016

BUNGE, M. A. **Chasing reality**. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

CLARKE, S. Conspiracy theories and conspiracy theorizing. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 32, n. 2, p. 131-150, 2002

COADY, D. **Conspiracy Theories: The Philosophical debate**. London: Routledge, 2006.

DEL VICARIO, M.; BESSI, A.; ZOLLO, F.; PETRONI, F.; SCALA, A.; CALDARELLI, A.; STANLEY, H. E.; QUATTROCIOCCHI, W. The spreading of misinformation online. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 113, n. 3, p. 554–559, 2016.

DELEUZE, G. **A dobra: Leibniz e o barroco**, 6. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

FASCE, A.; PICÓ, A. Science as a Vaccine: The Relation between Scientific Literacy and Unwarranted Beliefs. **Science & Education**, v. 8, s. n., p. 109-125, 2019.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010

GARWOOD, C. **Flat earth: the history of an infamous ideia**. London: Pan Books, 2013.

GOERTZEL, T. Belief in Conspiracy Theories. **Political Psychology**, v. 15, n. 04, p. 731-742, 1994.

GROSSBERG, Lawrence. Será que os estudos culturais têm futuros? E deverão tê-los? (ou o que se passa em Nova Iorque)? **Comunicação e Cultura**, n. 6, p. 17-51, 2008.

HARAMBAM, J., AUPERS, S. Contesting epistemic authority: conspiracy theories on the boundaries of science. **Public Understanding of Science**, n. 04, v. 24, p. 466-480, 2015.

HARAMBAM, J.; AUPERS, S. ‘I Am Not a Conspiracy Theorist’: Relational Identifications in the Dutch Conspiracy Milieu. **Cultural Sociology**, v. 11, n. 1, p. 113–129, 1 mar. 2017.

JAMES, W. Hábito. Tradução: GUTMAN, G. **Rev. Latinoam. Psicop. Fund.** Ano VII, n. 04, p. 200-213, 2004.

JAMES, W. **Pragmatism: a new name for some old ways of thinking**. Kindle: Wealth of Nations, 2013. *E-book*.

JAMES, W. **The meaning of truth: a sequel to 'pragmatism'**. Auckland: The floating press, 2010.

JOLLEY, D.; DOUGLAS, K. M. The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. **PLoS ONE**, v. 9, n. 2, 2014.

KEYES, R. **The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life**. New York: St. Martin's, 2004.

LAKATOS, I. 1970. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: **Criticism and the growth of knowledge**. LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. (org). Cambridge: Cambridge University Press.

LANTIAN, A.; MULLER, D.; NURRA, C.; KLEIN, O.; BERJOT, S.; PANTAZI, M. Stigmatized beliefs: Conspiracy theories, anticipated negative evaluation of the self, and fear of social exclusion. **European Journal of Social Psychology**, v. 48, n. 07, p. 939-954, 2018.

LATOURE, B. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOURE, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**, 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LATOURE, B. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos**. Petrópolis: Editora vozes, 2019.

LATOURE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOURE, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede-Salvador**: EDUFBA, 2012.

LATOURE, B. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Caxias do Sul: Edusc, 2002.

LATOURE, B; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Dumará, 2007.

MARCHLEWSKA, M.; CICHOCKA, A.; LOZOWSKI, F.; GÓRKA, P.; WINIEWSKI, M. In search of an imaginary enemy: Catholic collective narcissism and the endorsement of gender conspiracy beliefs. **Journal of Social Psychology**, v. 159, n. 6, p. 766–779, 2019.

MARRES, N. Why map issues? On controversy analysis as a digital method. **Science, Technology, & Human Values**, v. 40, n. 05, p. 655-686, 2015.

MCINTYRE, L. **Post-Truth**. Cambridge: MIT Press, 2018.

MOROZOV, E. Warning: This Site Contains Conspiracy Theories. *Slate*, January 23, 2012. Disponível em: <https://slate.com/technology/2012/01/anti-vaccine-activists-9-11-deniers-and-googles-social-search.html>. Acesso em 10 fev. 2023.

MUTTI, G. S. L.; KLUBER, T. E. Formato multipaper nos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros das áreas de educação e ensino: um panorama. **V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**. Foz do Iguaçu, 2018.

NAPOLITANO, G. M., REUTER, K. What is a conspiracy theory? *Erkenn* (Early access), 2021.

OXFORD LEARNERS'S DICTIONARIES. Post-truth. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>>. Acesso em: 01 dez. 2021

PERIN, A. A verdade como um problema fundamental em Kant. *Trans/Form/Ação*, v. 33, n. 01, p. 97-124, 2010.

RÄIKKÄ, J. Conspiracies and conspiracy theories. *Argumenta*, v. 3, n. 2, p. 205–216, 2018.

STENGERS, I. **A invenção das ciências**, 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**, 1 ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

SWAMI, V.; VORACEK, M.; STIEGER, S.; TRAN, U. S.; FURNHAM, A. Analytic thinking reduces belief in conspiracy theories. *Cognition*, v.133, s. n., p. 572–585, 2014.

VAN PROOIJEN, J. Why Education Predicts Decreased Belief in Conspiracy Theories. *Applied Cognitive Psychology*, v. 31, s. n., p. 50–58, 2017.

VENTURINI, T. **From Fake to Junk News, the Data Politics of Online Virality**. In D. Bigo, E. Isin, & E. Ruppert (Eds.), *Data Politics: Worlds, Subjects, Rights*. London: Routledge (forthcoming), 2019.

VENTURINI, T. Online Conspiracy Theories, Digital Platforms and Secondary Orality. Toward a Sociology of Online Monsters. *Theory, Culture & Society*. Preprint, 2021.

VENTURINI, T.; MUNK, A. **Controversy mapping: a field guide**. London: Polity Press, 2021.

WHITEHEAD, A. N. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins fontes, 1994.

WOOD, M. J.; DOUGLAS, K. M.; SUTTON, R. M. Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science*, v. 3, n. 6, p. 767–773, 2012.

WOOD, M., J. Some Dare Call It Conspiracy: Labeling Something a Conspiracy Theory Does Not Reduce Belief in It. *Political Psychology*, v. 37, n. 05, p.695-705, 2016